

MÁRCIO ALEXANDRE PORTZ

**A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES CAMPONESAS
NA COMUNIDADE SERRINHA EM SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR**

FRANCISCO BELTRÃO

ABRIL/2010

MÁRCIO ALEXANDRE PORTZ

**A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES
CAMPONESAS NA COMUNIDADE SERRINHA EM SÃO JOSÉ
DAS PALMEIRAS - PR**

Dissertação apresentada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Nível Mestrado, para obtenção do título de Mestre.

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCELO
DORNELIS CARVALHAL

FRANCISCO BELTRÃO

ABRIL/2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR.,
Brasil)

P853p	Portz, Márcio Alexandre A preservação ambiental das propriedades camponesas na Comunidade Serrinha em São José das Palmeiras - PR / Márcio Alexandre Portz. - Francisco Beltrão, 2010 118 p. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2010. 1. São José das Palmeiras (PR) - Comunidade Serrinha - Preservação Ambiental. 2. Preservação ambiental - Paraná. 3. Campesinato. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título. CDD 21.ed. 304.2 333.72 CIP-NBR 12899
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OS CAMPONESES E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR

Autor: Marcio Alexandre Portz

Orientadora: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Marcio Alexandre Portz e
aprovada pela comissão julgadora.

Data: 09 / 02 / 2010

Assinatura:

Marcio Alexandre Portz

Comissão Julgadora:

Marcelo Dornelis Carvalho

[Assinatura]

Francisco Beltrão - PR
2010

“E todos os que criam estavam juntos, e tinham tudo em comum. E vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos, a medida que alguém tinha necessidade”. (Atos 2,44-45)

A Deus
A minha esposa Tatiane
Aos meus pais João e Juliana

Dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela força e confiança que tem me dado para superar minhas fraquezas, depois agradeço a minha família em especial a minha esposa, pais e meus irmãos pelo apoio. Agradeço também meus colegas de mestrado entre estes em especial os que estiveram mais próximos neste período, Djoni, Ivanildo, Gabriel, Andrey, Ricardo e a colega Irma. Além dos colegas professores, coordenação e funcionários da Escola de Quatro Pontes, que deram a liberação para minhas pesquisas e disciplinas quando precisei. Agradeço aos agricultores que forneceram momentos para as entrevistas e conversas para enriquecer as discussões do trabalho, graças a eles pude avançar na pesquisa das relações dos camponeses com o meio ambiente.

Agradeço ao professor João Fabrini que quando precisei sempre teve sua atenção sobre o trabalho em algumas correções sobre assuntos que tive dificuldade em proceder. E agradeço em especial ao professor Marcelo Carvalhal, como também sua esposa Terezinha, por terem me agüentado neste período de orientação e depois ter feito isto muito bem, me ajudando, com idéias e conselhos, tornando o trabalho mais consistente.

Digo a todos aqueles que me ajudaram e principalmente aos que citei que sua ajuda demonstrada de qualquer forma tornou não só apenas possível à concretização deste trabalho, mas também no meu crescimento intelectual.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	i	
LISTA DE TABELAS.....	ii	
LISTA DE SIGLAS.....	iii	
LISTA DE SIGLAS.....	iii	
RESUMO.....	iv	
ABSTRACT.....	v	
INTRODUÇÃO.....	1	
CAPÍTULO 1		
O PROCESSO HISTÓRICO DO ECOLOGISMO E DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ	5	
1.1 Ecologismo: a trajetória histórica no Brasil.....	6	
1.2 A modernização da agricultura: modelo econômico e impactos ambientais no Brasil.....	20	
1.3 As mediações da estrutura fundiária na relação entre a modernização e o meio ambiente.....	25	
1.4 As vilas rurais e o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Projetos de Reforma Agrária capitalista, implantados a partir da década de 1990 no Paraná.....	30	
CAPÍTULO 2		
O DEBATE TEÓRICO SOBRE O CAMPESINATO: O CAMPONÊS, DO CONCEITO AO CAMPO NA COMUNIDADE SERRINHA	36	
CAPÍTULO 3		49
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	49	
3.1 Formação espacial do município de São José das Palmeiras.....	59	
CAPÍTULO 4		
CONDIÇÃO CAMPONESA E ESTRATEGIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE DA SERRINHA	72	
4.1 Trabalho familiar.....	76	
4.2Anos que vivem na propriedade.....	78	
4.3 Renda dos agricultores.....	78	
4.4 Culturas agrícolas	78	
4.5 Produção pecuária	81	
4.6 Maquinários agrícolas.....	81	
4.7 Problemas ambientais	82	

4.8 Projetos e organizações sociais, econômicas e governamentais, que influenciam na vida dos camponeses da comunidade da Serrinha em São José das Palmeiras ...	88
4.9 Projetos institucionais nas propriedades rurais	92
4.9.1 Manejo e conservação das propriedades da Serrinha	92
4.10 Os camponeses e o mercado: entre a resistência e subordinação.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
Anexo 1 - ENTREVISTA AOS AGRICULTORES	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Brasil localizando o estado do Paraná e a sua região Oeste. Márcio Alexandre Portz, 2009.....	50
Figura 2. Mapa da região Oeste do município de São José das Palmeiras e a área correspondente a comunidade Serrinha. Márcio Alexandre Portz, 2009.	60
Figura 3. Concentração fundiária no município de São José das Palmeiras. 1985,1992 e 2008.....	64
Figura 4. Oscilação populacional no município de São José das Palmeiras nas zonas rural e urbana nos anos de 1985, 1991, 1996, 2000 e 2007.....	66
Figura 5. Criação de gado de corte no município de São José das Palmeiras/PR. Foto: Márcio Alexandre Portz, Maio de 2009.	68
Figura 6. Distribuição espacial das propriedades estudadas da comunidade da Serrinha. Márcio Alexandre Portz, 2010.....	75
Figura 7. Imagem demonstrando a compactação e a erosão laminar do solo na propriedade de Vidal Miranda na comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.....	87
Figura 8. Imagem representando a escassez de água nos rios em decorrência de um período de estiagem, propriedade de Araci Schneider comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.	90
Figura 9. Localização geográfica do Município de São José das Palmeiras na Bacia do Paraná III. Fonte: ITAIPU, 2006: Modificado por Márcio Alexandre Portz, 2009.....	91
Figura 10. Terraço em propriedade de Araci Schneider comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.	95
Figura 11. Croqui da área e do uso do solo do agricultor Sergio Fernandez no município de São José das Palmeiras. Fonte: Márcio Alexandre Portz, 2009.....	97
Figura 12. Cultivo de milho em propriedade de Sergio Fernandez comunidade Serrinha município de São José das Palmeiras/PR. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.	99
Figura 13. Depósito de dejetos bovinos de propriedade de Sergio Fernandez comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras/PR. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.....	104
Figura 14. Cultivo de horta em propriedade de Vidal Miranda na comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras/PR. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estrutura fundiária do município de São José das Palmeiras, demonstrando o número de estabelecimentos e áreas (ha) no período de 1985, 1992 e 2008.....	64
Tabela 2. Número da população do município de São José das Palmeiras/PR no período de 1985, 1991, 1996, 2000 e 2007.	66
Tabela 3. Uso do solo dos estabelecimentos rurais do município de São José das Palmeiras/PR.....	68
Tabela 4. Atividades pecuárias dos estabelecimentos rurais do município de São José das Palmeiras/PR.....	69
Tabela 5. Uso da terra das propriedades da Serrinha (ha).	73
Tabela 6. Porcentagem do uso do solo nas propriedades.	73
Tabela 7. Resultados gerais das entrevistas das propriedades estudadas do município de São José das Palmeiras/PR. Márcio Alexandre Portz, 2009.	76

LISTA DE SIGLAS

- ADPIC** - Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual
- AMOP** - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
- CMMAD** - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- COAMO** - Cooperativa Agropecuária Mouraoense Ltda.
- COPAGRIL** - Cooperativa Agroindustrial
- CPDS** - Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
- EMATER** - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPARDES** - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPTU** - Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana
- ITR** - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
- IUCN** - União Internacional pela Conservação da Natureza
- MASTRO** - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste Paranaense
- MDA** - Ministério de Desenvolvimento Agrário
- M-D-M** – Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria
- MJT** - Movimento Justiça e Terra
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
- NPRs** - Notas Promissórias Rurais
- OMC** - Organização Mundial do Comércio
- ONU** - Organização das nações Unidas
- PIB** - Produto Interno Bruto
- SEMA** - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
- TRIPs** - Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio
- UDR** - União Democrática Ruralista

RESUMO

PORTZ, M. A. Os camponeses e a preservação ambiental do município de São José das Palmeiras – PR.

O trabalho aborda a preservação ambiental dos camponeses da comunidade Serrinha no Município de São José das Palmeiras/PR. A preservação do meio ambiente feita pelos camponeses é devido o modo de vida camponês, baseado em práticas ecológicas (conservação dos solos e da água, praticas agrícolas, etc.), limitação no uso dos recursos naturais, definidos a partir do critério de subsistência de uma família. A preservação ambiental se encontra de duas formas: as questões locais ligadas a necessidade da preservação da água do solo, da biodiversidade ligadas diretamente com as comunidades. E outra uma complexa ligação da destruição da natureza dos meios locais em todas as regiões do mundo, para uma mudança de processos naturais como as correntes marítimas, o aquecimento global, a evaporação dos mares, derretimento das geleiras dos pólos, etc. A evolução do modo de vida camponês, apresenta relevantes práticas e organizações produtivas que se desdobram em formas de produção equilibradas com meio ambiente. Nas áreas estudadas, estas práticas se apresentam de forma a melhorar a condição natural dos elementos da propriedade, também desempenham uma resistência dos camponeses em suas propriedades. A ligação com políticas e projetos sociais como o Programa Cultivando Água Boa e Paraná Biodiversidade aumenta as condições financeiras e as soluções de alguns passivos ambientais nas pequenas propriedades dos camponeses. Os camponeses são uma “classe” vital para a continuação da biodiversidade natural dos ecossistemas, por apresentarem características no seu modo de vida finito em suas necessidades materiais.

Palavras-chave: Campesinato, Comunidade Serrinha, Preservação Ambiental.

ABSTRACT

PORTZ, M. A. Farmers and environmental preservation in São José das Palmeiras - PR.

The paper addresses the environmental preservation of the rural community Serrinha in São José das Palmeiras / PR. The preservation of the environment made by farmers is due to the peasant way of life based on environmental practices (soil conservation, water, agricultural practices, etc..), Limiting the use of natural resources, set at the discretion of subsistence family. Environmental protection is one of two ways: local issues related to the need for preservation of soil water, biodiversity linked directly with communities. And another one connecting the complex nature of the destruction of the local media in all regions of the world, for a change of natural processes such as ocean currents, global warming, evaporation of the seas, melting glaciers at the poles, etc. The evolution of the peasant way of life has important practical and productive organizations that develop into forms of production balanced with the environment. In the areas studied, these practices are presented in order to improve the condition of the natural elements of the property, also play a resistance of the peasants in their properties. The connection with political and social projects like the Cultivando Água Boa Program and Paraná Biodiversidade increases the financial conditions and the solutions of some environmental liabilities in small farms of the peasants. Peasants are a "class" vital to the continuation of the biodiversity of natural ecosystems; they are similar in their mode of finite life in their material needs.

Keywords: Peasantry, Community Serrinha, Environmental Preservation.

INTRODUÇÃO

Com a vigência do modelo econômico capitalista, tornam-se cada vez mais contraditórias as políticas e os processos de uso dos recursos naturais pela sociedade. O campesinato na sua forma singular, dentro do modo capitalista, permite alcançar formas finitas de consumo dos recursos naturais e de lucros, de forma que o objetivo final da produção não seja a acumulação de capital. É baseado no trabalho familiar e nas necessidades mínimas de subsistência de uma família, neste aspecto, o meio ambiente é respeitado em seus limites.

De acordo com Fabrini (2002, p. 44).

A existência dos camponeses está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela possibilidade que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa a proletarianização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência.

É nesta resistência ao modelo capitalista que tem como meio o trabalho assalariado, a lógica infinita de absorção dos recursos ambientais, gerando lucros a empresários e grandes proprietários de terras, não respeitando a ordem natural dos elementos da natureza, que o campesinato contribui para a relação sociedade e natureza, possibilitando uma melhor qualidade à própria sociedade.

Para analisar melhor esta questão, o presente trabalho busca na comunidade da Serrinha no município de São José das Palmeiras, situações que reflitam o campesinato em propriedades de até 30 hectares e suas relações com o meio ambiente.

A comunidade da Serrinha foi escolhida por sua localização no município de São José das Palmeiras, ela encontra-se próxima a divisa com município de Santa Helena e área de preservação da ITAIPU, uma área de estudo que é caracterizada por pequenas propriedades agrícolas, circundadas por grandes fazendas, além do histórico de intensa produção de hortelã, importante no entendimento da redução acentuada da demografia, além disto, uma área conhecida pelos projetos de agricultura feita por alguns órgãos governamentais como a EMATER e a ITAIPU que vieram a ser difundidos na região Oeste do Paraná. Desta forma permitiu-se, antes mesmo de qualquer estudo, verificar uma perspectiva de preservação do meio ambiente nas propriedades da Serrinha.

Foram realizadas inicialmente 10 entrevistas com agricultores da comunidade Serrinha, por impedimentos de tempo e falta de interesse na participação do estudo, sobraram sete propriedades que puderam ser avaliadas. Com a espacialização da área de estudo determinada, foram realizados questionários (anexo 1) direcionados às questões produtivas, mercadológicas, políticas e ambientais. Além dos questionários foi analisada a área de estudo, através de imagens espaciais e pesquisas a campo (fotografias e verificações técnicas), ligada com um referencial bibliográfico específico.

No primeiro capítulo, foi enfatizada a necessidade de modelos não degradantes, em função do modelo preconizado após a Segunda Guerra Mundial, onde tecnologia e necessidade do capital monopolista expandiram-se para o campo. Neste contexto, foram realizadas conferências internacionais, como a de Estocolmo em 1972, que discutiu o “desenvolvimento zero” e o “desenvolvimento a qualquer custo”, da mesma forma, em 1992 a Rio_92 reforçou as discussões gerando documentos atualmente usados para parâmetros ambientais e sociais, como a Carta da Terra e a Agenda 21. Estas conferências foram essenciais para o início das discussões sobre questões que abordam os modelos de produção e meio ambiente.

Para trazer a discussão para o campo é discutida a modernização da agricultura baseada na lógica capitalista, com a incorporação de modelos, como a Revolução Verde, que de forma *dolorosa* é implantada na vida dos agricultores brasileiros. Estes modelos se baseiam na lógica capitalista, em não respeitar tradições e culturas locais, preocupada em apenas gerar lucros às empresas, resultando na concentração de terras.

A concentração de terras, proveniente da acumulação de capital por proprietários não camponeses é constituída a partir de um processo histórico e compreende a valorização da renda da terra, que transforma a terra num valor monetário, fonte de lucro e especulação, agravando a concentração fundiária no Brasil, cuja contrapartida culmina nos movimentos de luta pela terra, que buscam a socialização da mesma.

Os programas do Estado, as políticas de reforma agrária e ambiental, que influenciam na vida dos agricultores e são necessárias para melhorar as condições financeiras dos agricultores de São José das Palmeiras serão abordadas neste capítulo.

No segundo capítulo foi abordada uma organização particular dentro do capitalismo, sendo um elemento a mais na preservação dos recursos naturais, o modo de vida camponês. Buscaram-se diferentes leituras, para compreender a lógica camponesa na sua heterogeneidade dentro da sociedade capitalista, para fornecer argumentos para a pesquisa empírica. O debate teórico deste capítulo, propõe compreender melhor as relações estabelecidas nas propriedades da Serrinha que apresentaram aspectos importantes no avanço dos estudos ecológicos, isto ocorre, devido a forma que os mesmos vivem da terra numa relação M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria), destacada pelo teórico Martins (2003), ou ainda pelos mínimos de calorías expostos por Wolf (1970). Desta maneira a lógica camponesa apresenta traços de absorver apenas o necessário para sustentação da família, desta forma a preservação ecológica ocorre de forma indireta pela minimização de uso dos elementos naturais.

No terceiro capítulo a construção histórica da região Oeste, a partir de preceitos do capital privado com ajuda do Estado, que mobilizaram uma colonização pautada em questões geopolíticas e na intensificação da modernização

do campo. Processo no qual parcela significativa de agricultores foram desterritorializados. Porém, com a ajuda dos movimentos sociais vinculados a terra, este processo não se agravou mais, de maneira que boa parte das famílias que perderam suas terras na expropriação devido a construção da ITAIPU buscou se restabelecer na própria região Oeste.

A própria formação do município de São José das Palmeiras, foi um desdobramento deste processo ocorrido na região Oeste, neste capítulo buscamos compreender o processo de colonização e imigração do município, as condições dos primeiros imigrantes, as estruturas econômicas dos primeiros anos de formação, sendo importantes questões para entender o histórico das propriedades estudadas.

No quarto capítulo, avaliamos os dados coletados, através de entrevistas direcionadas, buscando características da produção agrícola, como mão-de-obra, permanência na propriedade, utilização de maquinários agrícola e seus reflexos na preservação ambiental.

Avaliar o grau de preservação ambiental das propriedades estudadas foi um dos principais objetivos deste trabalho, para desta forma compreender situações relativas à limitação da acumulação de capital pelos camponeses. Neste critério o interesse da pesquisa foi analisar o equilíbrio entre produção, trabalho, obtenção de recursos naturais, tecnologia e tamanho da unidade agrícola.

Ainda foram abordadas as práticas ecológicas individuais dos camponeses de São José das Palmeiras, que é representada na organização dos meios produtivos para dentro de sua propriedade e a identidade com a terra. Também são verificadas as ligações destes camponeses com instituições financeiras e técnicas que possam colaborar nas ações com o meio ambiente. E uma decorrente ligação dos camponeses com o mercado e seus reflexos no modo de vida camponês.

Assim, este trabalho tem buscado compreender alguns paradigmas do modo de vida camponês dentro da sociedade capitalista, relacionada aos aspectos regionais com uma preservação ambiental das propriedades estudadas da comunidade da Serrinha.

CAPÍTULO 1

O PROCESSO HISTÓRICO DO ECOLOGISMO E DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ

Neste capítulo, analisamos os modelos e paradigmas da relação sociedade-natureza.. Deste modo, será discutido o “ecologismo” e a forma que o mesmo se desdobrou na colaboração de trazer a preocupação ambiental a um contexto crescente de destruição da natureza. Além disto, buscou-se referencias que indicam algumas contradições dentro da temática ecológica, um exemplo é a concepção de “desenvolvimento sustentável”, difundida por alguns setores da sociedade e enfatizada em escala global por conferências, mas que não é concretizada por parte dos teóricos e da sociedade, porque apresenta ligações com a ideologia de crescimento do processo capitalista inicialmente na cidade e após a metade do século XX no campo.

Esta entrada do capitalismo no campo vem se intensificar com a modernização tecnológica na produção, entre seus maiores efeitos na natureza, a

degradação do solo, desmatamento de florestas nativas, contaminação das águas a redução da biodiversidade animal entre outros problemas. Todos estes, portanto, são reflexos da forma acelerada que o sistema capitalista executa para sua permanência, enquanto modo econômico hegemônico, e que além destas causas nos aspectos físicos, provoca uma grande procura da terra para estabelecer uma renda ampliada sobre a mesma, formando-se uma classe dominante e concentradora.

Neste aspecto este capítulo, procura demonstrar e avaliar a estrutura fundiária no Brasil, que é um dos sérios problemas do campo, devido à impossibilidade de parcela de trabalhadores e camponeses, não terem direito a terra, por ela servir de renda capitalizada para poucos fazendeiros, que na maioria das vezes não a utilizam da forma correta e acabam prejudicando o meio ambiente, já que não estão preocupados com a preservação dos elementos naturais, mas apenas com o lucro que a terra possa lhe dar.

Deste modo, a reforma agrária é necessária para eliminar tais problemas no campo, tornando a terra socialmente justa. Mas para isto, deve-se continuar avançando no campo teórico e político com medidas de reforma agrária que realmente promovam uma mudança na estrutura agrária e não apenas como em programas que estão sendo implantados no Estado do Paraná e no município de São José das Palmeiras, que deixam a desejar quanto ao tamanho e a infraestrutura das propriedades, não oferecendo uma qualidade de vida aceitável, apenas para reduzir o inchaço populacional das cidades.

1.1 Ecologismo: a trajetória histórica no Brasil

A história da humanidade nos mostra que há, num sentido crescente, uma apreciação dos processos de utilização dos recursos naturais, o qual adquire maior intensidade após as revoluções industriais e, com isso, é perdido o controle do uso e do equilíbrio natural.

No contexto atual, não devemos pensar em só preservar, mas indiscutivelmente temos que criar formas de reduzir os processos consumistas e predatórios, a fim de recuperar alguns ecossistemas já degradados:

Sabemos que o desenvolvimento harmônico de uma sociedade depende, basicamente, de uma biosfera sadia como sistema integrado e auto-regulado suficiente para dar continuidade a sua reprodução. o homem no processo de sua produção material respeitar as suas leis de funcionamento e evolução. Para tanto, há que se pautar por uma conduta superior orientada no sentido de tornar consciente e planificada a relação interdependente Homem-Natureza, a fim de que se possa criar um meio propício — nos parâmetros naturais e sociais — à vivência dos seres vivos. (GOMES, 1988, p.33).

A preocupação com a questão ecológica já esteve presente na obra de Marx, como é observado em Quaini (1991, p.141):

Marx confirma, portanto que o tipo diferente de apropriação determina condições econômicas diferentes na exploração do mesmo objeto natural: somente com esta metodologia podemos, portanto medir a contribuição dos diversos modos de produção à destruição ou à conservação dos recursos naturais e podemos ao mesmo tempo encaminhar corretamente um discurso sobre a diferença específica dos “compromissos ambientais” das sociedades do passado em relação às de hoje, isto é, esclarecendo o presente com o passado após ter esclarecido o passado com o presente, isto é, com o estudo da formação econômico-social mais complexa.

Com essas indicações, Marx já salientava que, com a evolução de certos modos de produção, havia uma maior intensificação na destruição dos recursos naturais, analisada por ele como duas contradições: uma, entre as forças de produção, nível tecnológico e organização geral do processo produtivo com as relações sociais de produção e o conjunto de relações de propriedade e controle sobre os recursos produtivos. E a segunda, entre a sociedade capitalista e a natureza, num processo cada vez mais antagônico, quanto à evolução do modo capitalista de produção (MONTIBELLER-FILHO, 2004).

Esse estágio atinge seu ápice no cenário internacional, especialmente em alguns países europeus e nos Estados Unidos, a partir da década de 1950. No caso brasileiro, este emerge e começa a ganhar projeção na década de 1970, devido ao impacto ao meio ambiente, provocado pelos incentivos ao crescimento industrial e, um pouco mais tardiamente, ao setor agrícola.

Conforme Gonçalves (1996), o modelo econômico, que se consolidou no país desde a década de 1970, teve a preocupação de desenvolver o Brasil economicamente, mas ignorou a repercussão que tal modelo pudesse causar ao ambiente, ou seja, instituiu-se uma ideologia capitalista degradante do meio ambiente, na qual os únicos beneficiados foram seus precursores.

O capitalismo é um modelo de organização socioeconômica que acelera a forma de consumo, desrespeitando a dinâmica natural dos elementos componentes da natureza, comprometendo a qualidade de vida da população de diversas maneiras, como na qualidade da água, nos crimes ecológicos relacionados ao desmatamento, queimadas, poluição marinha, entre outros (MENDONÇA, 1998). A situação levou à organização de conferências mundiais do meio ambiente, que alertaram a humanidade quanto aos riscos que esse processo poderia causar às gerações futuras, estabelecendo normas para reduzir os impactos ambientais. Entre as conferências mais importantes, estão a de Estocolmo (1972) e a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro (1992).

Em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, foi realizada a primeira conferência de dimensão internacional sobre o meio ambiente, organizada pela ONU, com a participação de 113 países, intitulada “O Homem e o Meio Ambiente”. Foi um encontro de chefes de Estado para debater as questões sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. A Conferência foi marcada pela polêmica entre os defensores do “desenvolvimento zero”, basicamente representantes dos países industrializados, e os defensores do “desenvolvimento a qualquer custo”, provenientes dos países não industrializados. Também foram discutidos temas como poluição atmosférica, poluição da água e do solo, a industrialização que avançava nos países do Terceiro Mundo e a pressão que o crescimento demográfico exercia sobre os recursos naturais.

Para Fernandes (2006, p.03), a primeira grande Conferência Internacional sobre Meio Ambiente (Estocolmo, em 1972) tinha o propósito de criar projetos de alguns países do hemisfério sul, no sentido de empreenderem sua industrialização e lotearem suas reservas naturais em favor do crescimento econômico; a grande discussão foi o binômio desenvolvimento econômico X conservação da natureza. Uma das propostas surgidas dessa conferência foi o

crescimento zero para os países periféricos, a fim de que estes preservassem o meio ambiente.

Já a crise econômica mundial dos anos de 1970, detonada pelo choque do petróleo, serviu para alertar o mundo para o fato de que os recursos naturais são esgotáveis, colocando questões econômicas mais urgentes para os governantes do mundo inteiro. Somente no começo dos anos de 1980 a discussão desenvolvimento X meio ambiente voltou.

Essa nova ordem de discussões é dada por um reordenamento do capital mundial, preocupado com a reprodução do modelo econômico capitalista, que, através dos desafios ambientais, traz no seu âmbito um empecilho à sua continuidade, devido à inserção de elementos contraditórios, como a entrada de movimentos contestatórios e um reflexo negativo desse modelo, em virtude da grande degradação que é por ele efetivada.

Em 1983, a Assembléia Geral da ONU indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para presidir uma comissão encarregada de estudar esse tema. Em 1987, foi publicado, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, um estudo denominado “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como Relatório Brundtland, que defendia o crescimento para todos e buscava um equilíbrio entre as posições antagônicas surgidas na Estocolmo-72. Tentava-se conciliar o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, propondo-se uma concepção de desenvolvimento sustentável.

Termo difundido a partir da década de 80, como enfatiza Montibeller-Filho (2004, p. 49), *desenvolvimento sustentável* “é uma expressão de influência anglo-saxônica (sustainable development), utilizada primeiramente pela União Internacional pela Conservação da Natureza (correspondente em inglês a IUCN)”, a qual tem como pontos principais, de acordo com o autor:

- 1 Integrar conservação da natureza e desenvolvimento;
- 2 Satisfazer as necessidades humanas fundamentais;
- 3 Perseguir equidade e justiça social;
- 4 Buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural;

5 Manter a integridade ecológica.

É muito interessante verificar que a criação desse conceito acontece num momento de reorganização do capital mundial, passando de um modelo desenvolvimentista nacional que se encontrava em crise, nesse período, para um modelo neoliberal. É ainda mais relevante observar que esse termo é “contraditório”, ou seja, ao mesmo tempo em que há um desenvolvimento econômico baseado na lógica do sistema capitalista, procura a preservação ou reabilitação do meio natural.

No entanto, conforme indica a historicidade desse processo, parcela da sociedade o incorporou, de acordo com Montibeller-Filho (2004, p. 50), para manter o padrão de consumo vigente, expandido e difundido internacionalmente, tendo assim uma defesa do “status do consumidor” e conservando um otimismo tecnológico, quando se pensa em “produzir mais utilizando menos recursos”.

Em 1992, realizou-se uma nova conferência, a fim de debater e fortalecer a necessidade desse conceito. Essa segunda grande reunião, patrocinada pela ONU sobre as questões ambientais, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, prevalecendo no debate a questão do conflito e as novas possibilidades do mundo contemporâneo.

Os compromissos específicos adotados nessa conferência focalizaram Mudanças do Clima, Biodiversidade e Declaração sobre Florestas. Também foram aprovados documentos de objetivos mais abrangentes e de natureza mais política: a Declaração do Rio e a Agenda 21.

A Agenda 21 é o principal resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Esse documento foi discutido e negociado exaustivamente entre as centenas de países ali presentes, sendo, portanto, um produto diplomático contendo consensos e propostas. A Agenda 21 propõe que os diversos países do mundo tomem medidas para que, no século XXI, possa ser garantida a sustentabilidade das atividades humanas e principalmente que seja alcançada a melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. Trata de transformações culturais e de valores, estimulando a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo. Identifica também problemas, propõe

soluções e estima custos de investimentos. É um guia de planejamento que deve ser internalizado em qualquer política setorial de governo (agricultura, cultura, educação, saúde etc.), sendo valioso para reelaborar ideias sobre desenvolvimento, formular propostas e captar recursos. O capítulo 15 da Agenda 21 enfatiza a necessidade de aprimorar e estimular, em nível planetário, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

O Brasil tem a Agenda 21 nacional, com o objetivo de definir estratégia de desenvolvimento sustentável para o país, a partir de um processo de articulação e parceria entre o governo e a sociedade. O processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira vem sendo conduzido pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), com base em critérios e premissas específicas, que privilegiam uma abordagem multissetorial da realidade brasileira e um planejamento a longo prazo do desenvolvimento do país. A metodologia selecionou as áreas temáticas que refletem a nossa problemática socioambiental e definiu a necessidade de proposição de novos instrumentos de coordenação e acompanhamento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

A escolha dos seis temas centrais da Agenda 21 Brasileira foi feita de forma a abarcar a complexidade do país, dos Estados, municípios e regiões dentro do conceito da sustentabilidade ampliada, permitindo planejar os sistemas e modelos ideais para o campo, através do tema “Agricultura Sustentável”; para o meio urbano, com as “Cidades Sustentáveis”; para os setores estratégicos de transportes, energia e comunicações, questões-chave do tema “Infra-estrutura e Integração Regional”; para a proteção e uso sustentável dos recursos naturais, o tema “Gestão dos Recursos Naturais”; para reduzir as disparidades sociais, o tema “Redução das Desigualdades Sociais”; e para a “Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável”.

Novamente, é enfatizado o termo *desenvolvimento sustentável*, mas agora como é exposto na Agenda 21.

Desenvolvimento sustentável refere-se principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico

no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável. A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, deve se ter uma união por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. (AGENDA 21, 2006).

Segundo o Relatório Brundtland, uma série de medidas deve ser tomada pelos Estados nacionais: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia de alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas. No nível internacional, as metas propostas pelo Relatório são as seguintes: h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais, como a Antártica, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável (AGENDA 21, 2006).

O reflexo disto, de acordo com Fernandez (2006, p.05), ocorre a partir de 1992, quando os países periféricos começam a adotar uma perspectiva de controle sobre a biodiversidade. Ampliam-se as abordagens ambientais, discutem-se a pobreza e a ausência de democracia como um fator de risco ao meio ambiente, intensifica-se a importância da educação na conservação dos recursos naturais e na melhoria da qualidade de vida das populações marginalizadas. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a sociedade é analisada em suas contradições e principalmente na sua desigualdade, relevando as desigualdades de acesso aos bens de consumo e às condições mínimas de sobrevivência: água potável, saneamento, alimento, entre outras.

Na perspectiva de Montibeller-Filho (2004, p 50), desenvolvimento sustentável é um termo usado para encobrir a forma predatória que o sistema capitalista exerce na sociedade e na natureza possibilitando que o modo vigente de produção seja mantido. Nesse contexto, discute-se a sustentabilidade e a

manutenção da vida no planeta, que até a manter-se o processo de predação atual, inviabilizaria a continuidade da própria vida (MONTIBELLER-FILHO, 2004).

A conferência ECO 92 teve como propósito implantar um novo modelo de produção, incorporado ao modelo econômico vigente, que possibilite a preservação dos recursos naturais e uma nova ordem para a sociedade consumista dos países que dela participaram. Nesta trajetória de mudança das formas de consumo dos recursos naturais, destacam-se os movimentos sociais a favor da conservação e preservação dos recursos naturais, realizaram debates políticos e protestos a modelos econômicos que degradam o meio ambiente.

Na verdade, os movimentos ambientalistas sempre estiveram preocupados em alertar a sociedade quanto ao modo de consumo irracional que se desenvolve no sistema vigente e buscar formas alternativas para amenizar os impactos que tal sistema possa causar ao meio.

Verifica-se que, antes da década de 1950, havia pouca preocupação no cenário político com a questão ambiental, porque, naquela época, os recursos naturais eram abundantes e pareciam infinitos, apesar de contradições já existirem, como será visto adiante, neste trabalho. A Revolução Ambiental emergente, após a Segunda Guerra Mundial, promovendo importantes mudanças no cotidiano mundial, evidenciando mais o problema ambiental para a humanidade e colocando para a sociedade a possibilidade de escassez dos recursos naturais, se os mesmos não forem usados correta e sustentavelmente (GUERRA; CUNHA, 2005, p. 27).

Com a intensificação do processo de exploração desenfreada, com caráter global, aprofunda-se a consciência ecológica de muitos segmentos da sociedade, dando origem ao movimento ambientalista (MONTIBELLER-FILHO, 2004).

Ressalta esse autor:

A partir da década de 1970, uma série de atores e processos que constituem o movimento ambientalista global, tais como, citando apenas alguns: organizações e grupos que lutam pela proteção ambiental; agências governamentais encarregadas desta proteção; grupos de cientistas que pesquisam os temas ambientais; gestão de recursos e processos produtivos, em algumas empresas, voltada à eficiência energética, redução da poluição; e, de suma relevância, demandadores de produtos caracterizados como “verdes” no mercado.

Nessa conjuntura, os movimentos ecologistas se pronunciam a favor não só de uma revisão das relações de poder e do relacionamento com o meio ambiente, como também do comportamento e das expectativas das pessoas. O ambientalismo tem como característica novas posturas no quadro das relações entre as nações. Os países argumentam acerca de suas soberanias e buscam garantir politicamente a maior vantagem na exploração dos recursos naturais e serviços ambientais de outros países e empresas (PORTER, 1991, citado por MONTIBELLER-FILHO, 2004, p. 40).

Nos países subdesenvolvidos, o movimento ecológico tem desafios diferentes dos que se encontram nos países desenvolvidos. Nos primeiros, reproduz-se com mais intensidade do que em qualquer outra região do globo o caráter desigual e combinado do capitalismo, originando uma depredação acelerada do meio ambiente.

É nessa parte do mundo onde acontecem os maiores crimes ecológicos¹, resultado da associação entre as burguesias "nacionais" desses países com o grande capital internacional. O Banco Mundial financia projetos que objetivam apenas o lucro: o Projeto Grande Carajás e o Plano 2010 da Eletrobrás (Brasil), o Projeto Pecuário Livestock III (Botswana), de Colonização em Irian Jaya (Indonésia), de construção de Hidrelétricas (Vale do Rio Narmada, Índia), todos eles vastos empreendimentos voltados para o "desenvolvimento" de grandes áreas territoriais, ainda não economicamente integradas à economia de mercado. Esses projetos se

¹ **LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998** - CAPÍTULO V - DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE - Seção I - Dos Crimes contra a Fauna

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Seção II - Dos Crimes contra a Flora

Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:

Seção III - Da Poluição e outros Crimes Ambientais

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

ligam a ideais dos países desenvolvidos, que, por sua vez, saqueiam os recursos naturais dos países mais pobres (WALDMAN, 1990).

No mundo subdesenvolvido, a divisão internacional do trabalho, ao privilegiar processos industriais e produtivos que são indiscutivelmente os de maior impacto ambiental, torna-se diretamente responsável tanto pelo caos social, devido à marginalização da maioria da população dos frutos desse "desenvolvimento", quanto pelo colapso ambiental. Nesse sentido, coloca-se para o movimento ecológico (assim como para os movimentos populares, em geral) a necessidade de assumir bandeiras como a do meio ambiente, reforma agrária, fim da violência rural e a questão da dívida externa. O movimento ecológico, caso leve até as últimas consequências a sua luta contra a depredação da natureza, não pode se furtar de um confronto com o próprio capitalismo (WALDMAN, 1990).

A interação dos movimentos ecológicos com os movimentos contestatórios ao modelo capitalista se faz necessária, de acordo com Alan Bihr (1998, p. 137), porque ambos os movimentos tiveram, no decorrer da história, diretrizes paralelas e desarticuladas, não se tendo, assim, a superação nem de uma questão nem da outra. Ele verifica que o movimento do operariado tem “ignorado as crises e lutas ecológicas” e que os movimentos ecológicos, visualizando isto, alertam os operários a superar essa “cultura política” pertencente à “sociedade produtivista”, como se observa no movimento operário.

Essa subordinação prática e ideológica do movimento operário à “lógica” capitalista de exploração intensiva da natureza explica-se, em primeiro lugar, pelo próprio processo de constituição do proletariado. Contrariamente as classes produtivas anteriores, o proletariado se forma e se define pela separação dos meios sociais de produção, a começar pelo mais fundamental entre eles, a terra, e através dela a natureza. Essa separação significa a perda, por parte do proletariado, do domínio das técnicas agrícolas e da compreensão espontânea dos processos naturais. Assim como significa, ainda com mais razão, a perda da familiaridade com a natureza e seu sentido cósmico (para não dizer antológico), que constitui a base da cultura de todas as populações agrárias. (idem, p.137).

A crítica feita aos ecologistas é referente à não inserção, na problemática ecológica, da complexidade das relações capitalistas, no plano teórico, e a limitação das suas ações políticas.

Em primeiro lugar, ele leva o ecologismo a avaliar que a contradição principal em atuação na crise ecológica situa-se no conflito entre a vontade prometética da humanidade e a capacidade de uma homeostasia limitada da natureza. Consequentemente, ao se basear em uma visão imobilista e regressiva das relações homem/natureza e em uma concepção fetichista da natureza, os movimentos ecológicos têm tendência a só propor a utopia conservadora (se não reacionária) da defesa ou proteção da natureza enquanto tal. (idem, p.137).

Enfatizando essa contradição do pensamento ecologista, o autor destaca:

Ora, a atual crise ecológica não exige “defender a natureza”: respeitar ou restituir uma “ordem natural”. Considerada imutável e intocável. Pois tal ordem não existe: a natureza, tal como a conhecemos, é o resultado de uma evolução muito longa, para qual contribuíram de maneira decisiva, pelo menos em nosso planeta, milênios de trabalho humano. Assim, o problema não é preservar uma ordem natural no quadro da qual a ação humana deveria estritamente se limitar, mas de conseguir eliminar as retrações negativas sobre a humanidade de sua indispensável ação de transformação da natureza. E, por isso, controlar essa própria ação, liberando-a da influência das relações capitalistas de produção, que dela fazem, atualmente, uma obra destruidora. (idem, p.137).

As concepções desses movimentos sociais e ecologistas estão desarticuladas, em função de posições dualistas sobre a relação da sociedade com a natureza, uma preocupada em resolver os conflitos de classe, reduzindo as desigualdades sociais e procurando uma revolução do sistema econômico, enquanto a outra almeja diminuir os impactos que o sistema atual e hegemônico vem apresentando na natureza e, consequentemente, provocando malefícios à sociedade.

Na década de setenta do século XX, os movimentos ecológicos se sintonizam com outros movimentos contestatórios da época, assumindo posições críticas quanto ao modo de vida da sociedade. Ampliaram as contestações, incluindo temáticas como o uso de agrotóxicos nas práticas agrícolas, a poluição

ambiental causada pelas indústrias, entre outras. Os militantes ecologistas mostravam-se preocupados com a sensibilização da população para com suas lutas. Isso mostra que as questões educativas vinculadas às problemáticas ambientais ganhavam prestígio e enorme importância (GUIMARÃES, s.d.).

Quando parcela da sociedade é afetada pela grande degradação que o processo capitalista provoca no meio ambiente, ela mesma se contrapõe a muitas das inovações fornecidas por este sistema vigente:

Somente a pressão da sociedade, sobretudo através dos movimentos ambientalistas e de regulamentações governamentais, é que coloca empecilhos à atuação do capital sobre a natureza. Mas este é um dado relativamente novo para o sistema. Apenas a partir do último quarto de século XX o capital efetivamente tem sido submetido a algumas regras restritivas em relação à sua atuação sobre o meio ambiente. Com efeito, a consciência ambientalista, que se difunde desde os anos de 1960-70 com início do aprofundamento da crise ecológica [...], tem trazido ao meio intelectual e científico a preocupação em incorporar às teorias e estudos a temática ambiental, agora posta no mundo concreto. (MONTIBELLER-FILHO, 2004, p. 79).

Na opinião de Brandalise (2003), há mudanças de cultura dessa sociedade e a depreciação dos recursos ambientais estreita cada vez mais o mercado e, em decorrência, o lucro. Promovem-se, assim, medidas de gestão ambiental pelas empresas, necessitando das mesmas um gerenciamento de seus produtos e que não estejam mais vinculadas à poluição e possibilitando manter a biodiversidade; busca-se desenvolver atividades industriais e agrícolas que reduzam o impacto ambiental, tornando possível um ambiente mais sadio para as gerações futuras.

Nesse caso, na maioria das vezes, fica a preservação no âmbito político, sem ações que realmente venham a colaborar com a redução dos usos inadequados dos recursos naturais.

Na atualidade, além de haver todos os problemas locais da natureza que são provenientes da ação do homem, como o desmatamento, a poluição do ar, da água, da terra, convivemos com um problema que é, no nível global, chamado de Aquecimento global (VAN DER WEID, 2009).

Nesse âmbito, a agricultura é um dos agentes causadores desse aquecimento, já que é responsável por 18% dos desmatamentos e por 17% de metano e óxido nitroso. Essa situação se agrava para a agricultura, porque ela é a mais afetada, por depender dos fatores climáticos: algumas mudanças serão intensificadas a cada ano, as altas temperaturas, as freqüentes secas e as inundações, os ciclones, as chuvas de granizo e as geadas. Essa instabilidade tornará ainda mais difícil o processo de adaptação da agricultura, não havendo mais padrões para os produtores rurais, podendo os mesmos conviver com os estresses climáticos.

De fato, isso se deve aos padrões consumistas do modelo capitalista implantados na agricultura, não respeitando as dinâmicas dos elementos da natureza nem da sociedade. Nesse processo a modernização, reorganiza as formas de produção, agilizando a produção das culturas agrícolas, dos animais, tudo para obter uma maior produtividade e um lucro para os agricultores, às vezes inferior ao que se teria, se não fosse implementada a tecnologia moderna.

Essa sistemática da modernização compõe os objetivos da globalização, Shiva (2001) destaca que essa globalização visa a um desenvolvimento de prioridades do capital, sendo impostos modelos de fora da realidade das comunidades, destruindo a diversidade e criando a homogeneização e a uniformidade.

A revolução verde é um dos modelos a iniciar o desenvolvimento da globalização; destruiu diversos sistemas agrícolas adaptados a variados ecossistemas. Ela eliminou milhares de variedades de culturas agrícolas, substituindo por monoculturas. E ainda substituiu a grande maioria dos insumos próprios das propriedades, por insumos intensivos de capital e produtos químicos, gerando dívida, alienação ao mercado pelos agricultores e destruição de vários ecossistemas (SHIVA, 2001).

As comunidades locais, como a da Serrinha, em São José das Palmeiras, têm sofrido com essa globalização, cujos reflexos conduziram à redução de práticas sociais dentro da comunidade, de trocas de produtos entre os vizinhos, entre outros aspectos importantes, obrigando tais camponeses a buscarem no

mercado a dependência das suas produções agrícolas como é observado nos questionários.

Essa condição de mudança de relações é problematizada por Shiva (2001):

A transição [...] dos sistemas de cultivos baseados em diversidade e insumos internos para os sistemas baseados em uniformidade e insumos externos, não alterou apenas os processos ecológicos da agricultura. Alterou também a estrutura social e as relações políticas, que passaram daquelas baseadas nas obrigações mutuas (embora assimétricas) – dentro dos povoados – para as relações entre os lavradores individuais e seus bancos, agências de sementes e de fertilizantes, órgãos de obtenção de alimentos e as companhias de irrigação e energia elétrica. Atomizados e fragmentados, os lavradores, relacionando-se diretamente com o Estado e o mercado, acabaram por enfraquecer normas e práticas culturais. Além do mais, à medida que os insumos fornecidos externamente eram escassos, isso gerou conflitos e competições entre classes e entre regiões e plantou as sementes da violência e do conflito.

A tecnologia baseada numa ideologia capitalista dominante pressupõe a substituição da natureza, na maneira de produzir crescimento sem afetar os limites da natureza. Shiva (2001) enfatiza que “ver a natureza como uma fonte de escassez e a tecnologia como fonte de abundância, leva as tecnologias a criarem uma escassez na natureza por meio da destruição ecológica”. Um exemplo: “[...] reduziram a disponibilidade de terras férteis e a diversidade genética das culturas, gerando dessa forma, a escassez”.

O diferencial da agricultura camponesa, como observado na comunidade da Serrinha no município de São José das Palmeiras, é que ela pode ter uma relação absoluta com o mercado, mas na sua propriedade o processo é limitado, porque as atividades são voltadas às necessidades básicas da família. A lógica da produção e do modo de vida camponês, antes de qualquer fator externo, se preocupa com a organização interna de sua unidade agrícola.

Assim, podemos dizer que a lógica camponesa verificada na comunidade da Serrinha no município de São José das Palmeiras traz algumas formas de produzir e de consumir mais equilibrada do que esta imposta por algumas parcelas da sociedade, as quais se dizem preocupadas com a preservação

ambiental e, na verdade, aplicam um novo modelo mais ampliado da lógica capitalista.

1.2 A modernização da agricultura: modelo econômico e impactos ambientais no Brasil.

A agricultura no Brasil desempenhou um papel fundamental no decorrer de sua história, sendo caracterizada de duas formas. Uma especializada no cultivo de monoculturas (café, cana-de-açúcar), utilizando grandes extensões de terra, visando à exportação, com poucas inovações tecnológicas, baixa produtividade e degradação dos solos e outra na produção camponesa, que é diversificada, utilizando mão de obra familiar e baixo impacto ambiental.

A diferença entre as duas provoca vários desdobramentos, e o mais visível é de como a primeira evolui no cenário nacional, preocupada em trazer as relações capitalistas ao campo, e com isto, uma modernização voltada às necessidades do capital e não da população brasileira e dos elementos naturais.

Dessa forma, todo o processo de modernização é marcado por uma forte relação entre a agricultura e a indústria, como aponta Müller:

As relações entre indústrias e agricultura passaram por transformações notáveis no Brasil a partir de meados dos anos 60. As agroindústrias cresceram como consumidoras dos produtos da agropecuária, ao tempo em que se remodelaram; surgiram novas agroindústrias, de grande porte, ligadas ao exigente mercado internacional. O caráter artesanal-manufatureiro de muitas delas cedeu, rapidamente, lugar ao predomínio da forma nitidamente industrial internacionalizada de processar, beneficiar e comercializar. O que teve impactos de monta na agricultura, em seu modo de produzir, organizar e comercializar, acelerando a passagem da forma predominantemente atrasada de produzir para outra, que cada vez mais consome insumos industriais (Müller, 1989, p17).

O campo brasileiro entrou no estágio de modernização, influenciada principalmente pelo capitalismo monopolista, difundido pelas grandes corporações de implementos e defensivos agrícolas, para aumentar a produtividade e a lucratividade.

A transição da agricultura tradicional à moderna ocorreu na década de 1960, sendo incentivado pelo Estado brasileiro que tinha como objetivo a evolução tecnológica e aumento da produção, conseqüentemente da produtividade, visando uma ampliação do mercado consumidor de produtos industriais, principalmente no meio rural.

Para Calaça (2006, p. 02) a modernização da agricultura é um conjunto de transformações implementadas pela agregação de capital ao espaço através da mudança da base técnica de produção. Caracteriza-se pela alteração das relações de trabalho, do uso da terra, da produção agrícola, e pela introdução de novas atividades ligadas ao trabalho no campo, ocorrendo à extinção de inúmeros postos de trabalho no setor e aumentando a degradação ambiental.

As transformações que ocorreram no espaço agrário brasileiro derivam da expansão do capitalismo no campo que modificou o processo de produção vigente, seja nas relações de trabalho no campo, na estrutura fundiária e até na organização dos grandes Complexos Agroindustriais.

Neste modelo, os mais atingidos são os agricultores que não tem um potencial financeiro para superar crises do mercado e que queiram se alienar ao mercado capitalista. Isto porque, ao entrarem neste processo, os agricultores devem investir antes de usar a terra, assim, acabam se endividando e na maioria das vezes, como é visto na história das últimas décadas, acaba fomentando ainda mais o êxodo rural.

Neste processo de exclusões, a modernização da agricultura acabou sendo um agente de desapropriação das pessoas do campo, porque privilegiou alguns caminhos e condições do capital privado, fazendo com que a maioria da população que vivia da agricultura de subsistência até a década de 1950, tivesse que mudar seus modelos de produção para resistir na vida rural.

Além disso, o progresso técnico simplificou a produção agropecuária, reduzindo a onerosidade das tarefas agrícolas. Com este processo mecanizado, os estabelecimentos reduziram acentuadamente o número de pessoas para realizar as tarefas do dia-dia da produção agrícola (BATISTA, 2008, p.63).

Para Batista (2008, p. 63), esta modernização acelerada trouxe alguns reflexos.

A modernização do dia para a noite, arrancou do campo uma considerável parcela da população rural que não mais conseguia trabalho devido à entrada das máquinas no campo. Esta população não teve outra saída a não ser migrar para as periferias dos grandes centros à procura do emprego que não existia nas cidades em condições de garantir a ocupação para todos.

Destacando a entrada do capitalismo no campo, que é baseado no aumento da produção e do consumo, sendo que a lógica de mercado é produzir cada vez mais e com custo mais baixo, passando a ser uma exigência própria do sistema. As grandes corporações criam necessidades e impõem certos padrões e modelos, não mais para assegurar a satisfação das necessidades cotidianas do ser humano, mas sim para garantir o lucro. Assim, a satisfação dos agricultores não é relevante na introdução de uma tecnologia, às vezes os mais capitalizados não são prejudicados com a inserção da mesma, já os menos capitalizados ficam com o ônus do processo, tendo que buscar alternativas para a permanência no campo.

No Brasil, a modernização da agricultura é extremamente prejudicial ao meio ambiente e às populações rurais. O conservadorismo com que se deu este processo preserva a concentração de terras, a produção para a exportação e a segregação dos pequenos produtores, entre outros malefícios. O grande monopólio de insumos, de máquinas agrícolas e de créditos financeiros, consolidou as relações capitalistas no espaço rural, provocando a migração de enormes contingentes de trabalhadores rurais, e uma degradação ambiental atrelada ao uso da terra.

Esta nova dinâmica no processo de produção agropecuária, na qual, grande parcela dos pequenos produtores se viu excluída, devido às dificuldades econômicas para acompanhar essa lógica de produção, foi marcada por novos padrões tecnológicos e a concorrência, impondo-se a adoção de novas técnicas e a aquisição de novos equipamentos, como enfatiza Veloso (2006, p. 03).

Essa modernização não se fez de maneira espontânea nem tão pouco homogênea, pois se realizou através de intensa diferenciação e até exclusão de certos grupos sociais, gerando enormes contrastes inter-regionais, ao privilegiar certas regiões do país, concentrando-se espacialmente no Sul e Sudeste.

A industrialização da agricultura é parte de um amplo projeto de modernização do país, que contou com a formação de uma complexa aliança,

contando com a participação do capital nacional da elite, do capital internacional e do Estado, tendo este último papel fundamental no processo de industrialização da agricultura, seja por meio da criação de órgãos de pesquisa ligada à atividade agropecuária, seja através do fornecimento de crédito rural. (CAMPOS, 2006, p. 01).

Conforme Silva (1981, pg. 46) enfatiza, foi no término da expansão industrial realizada no país que houve a instalação das principais indústrias agrícolas. Neste contexto, a agricultura passa de seu papel “passivo” para se inserir no processo dos meios industriais de produção, chamado de “processo de industrialização da agricultura brasileira”, que elevou a composição técnica nas suas unidades de produção agrícola e subordinou-se aos interesses do capital industrial e financeiro.

De acordo com Oliveira (2006, p. 03):

Esta produção da agricultura moderna (...) acabou por trazer junto com ela a degradação ambiental e todos os problemas que vêm relacionados à utilização excessiva do meio ambiente, como por exemplo, a erosão dos solos, a poluição por pesticidas e a salinização. Além da degradação ambiental, essa produção refletiu também, de maneira bastante relevante, no meio social, trazendo à tona problemas como a eliminação da família agrícola, a concentração de terras, de recursos e produção, o crescimento do comércio agrícola e seus determinantes sobre a produção e mudanças no padrão migratório dos meios, rural e urbano, além é claro, do uso excessivo dos recursos naturais.

Lima (2006, p. 11) destaca que no período de 1950 a 1985 houve aumento na produção agrícola, promovido pela *Revolução Verde*, de 160% na produção de cereais em escala mundial, sendo que em 1985, essa produção atingiu o maior índice da história. Porém, esta modernização acentuou as diferenças regionais, criando-se propriedades com monoculturas, concentrando a produção, agredindo a natureza e provocando desastres sócio-ambientais.

Ainda, segundo este autor, a agricultura empresarial moderna organiza-se em estabelecimentos de médio e grande porte, recebendo orientação e auxílio governamental para produzir visando a exportação, retirando os recursos naturais, sem favorecer as populações locais, que sem acesso às novas técnicas e

tecnologias, passaram a fornecer apenas a mão-de-obra e a renda da terra ao capital instalado na agricultura.

Neste cenário do desenvolvimento agrícola, há uma contradição na desterritorialização e territorialização dos camponeses no Brasil, como analisa Oliveira (1991).

Os dados censitários revelam que, ao mesmo tempo em que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção. Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração de terras nas mãos dos latifúndios, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação de terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista. O Movimento dos Trabalhadores Sem-terra é um bom exemplo dessa nova realidade.

Os conflitos que se encontram no espaço agrário brasileiro, de certa forma ampliada pelo pacote da “*Revolução Verde*”, composto por máquinas e insumos de origem industrial, promoveram a substituição de formas tradicionais de produção por outras, tecnicamente mais avançadas, mas não deixando de ter a reprodução do campesinato que acontece dentro da lógica capitalista. Como nas diversas regiões do Brasil, que têm a economia fortemente ligada à agropecuária, a região Oeste do Paraná é um exemplo destas transformações.

De acordo com IPEA (2000, p. 110) a região Oeste paranaense caracteriza-se pela especialização na produção de grãos, como soja, trigo e milho, entre outras culturas, respondendo a 25,35% da produção agrícola do Estado. Há também a especialização na produção de aves, suínos e de leite com alto nível tecnológico e forte integração agroindustrial, de regime hegemônico cooperativista totalizando 18,47% da produção comercializada no Paraná. Na região concentram-se grande parte das terras consideradas de melhor qualidade para o plantio mecanizado, onde 52,67% das terras são ocupadas por lavoura.

Todas estas características da região Oeste foram estabelecidas a partir de um histórico de interesses e conflitos pela valorização da terra no Brasil, como será visto no próximo item.

1.3 As mediações da estrutura fundiária na relação entre a modernização e o meio ambiente

O Brasil tem sua estrutura agrária ligada a um histórico de concentração de terras por parte de uma elite que começa, desde a colonização pelos portugueses, primeiramente na forma das capitanias hereditárias e em seguida pelas sesmarias como é exposto por Andrade (2002, p. 13)

O processo de colonização deu origem a sistemas de apropriação da terra onde ela era dividida em grandes lotes – as sesmarias – que eram dadas a pessoas que dispunham de recursos para explorá-las, utilizando a força de trabalho, sob coação – indígenas e negros africanos; este sistema permitiu a formação de grandes latifúndios e a exploração das terras em função de uma economia de exportação. Só em 1822, graças à visão política de José Bonifácio de Andrada e Silva, o sistema das sesmarias foi extinto e substituído pelo direito de posse, cabendo ao posseiro requerer a propriedade da terra que ocupava. Procurava-se, desse modo, democratizar o acesso à propriedade da terra, embora dificilmente os posseiros tivessem condições de legalizar os lotes de que dispunham, devido à cobiça dos grandes proprietários e dos altos dignitários governamentais. Nos meados do século XIX, visando consolidar o poder dos proprietários e abrir perspectivas aos colonos estrangeiros que eram atraídos para o Brasil, estabeleceu-se o acesso a terra através do contrato de compra e venda, consolidando-se o poder dos latifundiários.

Em 1850 com a criação da Lei de terras, onde se dá início a comercialização de terras e por sua vez, fazer da terra uma fonte de renda, já que antes não era comercializada, ou seja, antes desta data a terra não era documentada e não tinha valor monetário.

Moreira (1990, p.26) destaca que o século XIX é a passagem do escravismo para o capitalismo, tendo quatro acontecimentos importantes: consolidação do Estado Nacional (1822 a 1840), o nascimento do mercado de terras (Lei 1850), o trabalho capitalista (1850 a 1870), o regime liberal-republicano (1889).

Todos estes acontecimentos não vieram a ser fatos isolados, os mais recentes foram o complemento dos mais antigos ou o reflexo dos mesmos. Para Moreira (1990, p. 36) a desagregação do escravismo traz a valorização da terra,

que com a crise escravocrata, mudou o foco do controle dos escravos para o controle da terra. Por este motivo, pelo intermédio do Estado a classe senhorial procura regular o mercado de trabalho e o mercado de terras. Um pelo decreto da abolição do tráfico de escravos e outro pela Lei de terras de 1850.

Para o autor estes acontecimentos não se deram por coincidência.

Num anúncio público do fim do acesso á terra por meio de concessões pelo Estado, a Lei de terras estabelece o mercado como regra do caminho. Doravante, só se adquire terra mediante a compra, por conseguinte, só a quem a pode comprar fica ela assim franqueada, excluído-se desse acesso quem não tem recursos, o que quer dizer a quase totalidade da população. Dessa forma, embora seja um instrumento de regularização mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras se combina com a lei da regulação do mercado de trabalho, uma vez que exclui automaticamente do acesso á terra a quase totalidade da população colonial, a qual só resta oferecer-se em trabalho aos proprietários fundiários. A um só tempo, a Lei de Terras preserva o latifúndio e organiza a nova relação de trabalho.

A Lei de terras foi, portanto, um marco na relação capitalizada do uso da terra, aprofundando os conflitos e estabelecendo condições monetárias para o acesso a mesma. Dessa forma, a terra passou a ser uma mercadoria, servindo como fonte de acumulação e obtenção de rendimentos.

De acordo com Martins (1993, p.162) primeiramente a terra deve adquirir um processo histórico de uso e de relações sociais.

O capitalista que compra a terra para se tornar capitalista da agricultura investe seu capital improdutivamente, porque a propriedade da terra não funciona como capital real. É apenas um tributo para que tenha permissão de usar a terra de modo capitalista, para remover o empecilho que a terra representa ao processo de reprodução ampliada do capital. A propriedade territorial é, assim, uma irracionalidade para o capital, uma negação do capital enquanto tal.

Então, a terra é uma negação do capital enquanto tal, devido ela na sua condição orgânica não ter valor e ser um capital que se converte em renda capitalizada. O dono da terra para adquiri-la, paga um tributo para uma coisa que não foi produzida pelo trabalho, não tendo valor de troca.

A equivalência da troca tanto pode suprimir o excesso de tempo de trabalho real, em relação ao tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria, quanto pode ocultar uma parte do tempo real do trabalho, socialmente necessário, para que o valor por ele criado seja transferido gratuitamente para outras etapas da circulação e da realização do valor.

Para Martins (1995, p.159) a terra é um bem natural, finito, que não pode ser criado pelo trabalho. Ela é um instrumento de trabalho, diferente dos outros meios de produção. O trabalho que se faz na terra tem como objetivo a produção do fruto da terra.

Mesmo a terra não sendo capital, depois de um período inicial de absorção da renda da terra na história do Brasil, ela se transformou em um importante item de concentração pelos capitalistas que fazem da mesma um meio de adquirir riquezas através da produção agrícola e da venda imobiliária.

De acordo com Lima (2006, p.14), a partir do anos 1930, o Brasil entrou num novo estágio da agricultura, no setor agrícola, havendo um direcionamento para a produção agrícola.

A revolução de 30 fez apenas o reordenamento político e econômico do Estado, rompendo com o poder local e conservador das oligarquias, implantando paulatinamente a política do desenvolvimentismo industrial, sem, contudo alterar a estrutura fundiária. O setor agrário se readequou dentro de um novo modelo de desenvolvimento. A partir de 1940 a agricultura teve seu papel redefinido pela política econômica do Estado, tanto no setor de exportação, quanto no seu papel de produtor de alimentos. No setor exportações, mantiveram-se preservado a sua lucratividade, mas, através da taxa de câmbio, transferindo-se recursos da agricultura para o setor industrial. A produção de alimentos, principalmente na área de cereais era estimulada e obtida nas regiões de “fronteira agrícola”, através de relações de parceira, do arrendo, do mocambo etc. eram relações de produção, cuja a regulamentação era definida na negociação direta entre os camponeses e os donos de terra, ficando a mercê dos interesses dos proprietários de terra. (REVERS, 1999. p.45, citado por Lima, 2006 p.14)

Trazendo este entendimento para compreender melhor a estrutura do município de São José das Palmeiras, este município teve sua formação territorial iniciada a um período recente, como será visto mais adiante neste trabalho. Esta formação se deve a ocupação de terras por empresas ligadas ao Estado Brasileiro,

com o dever de trazer imigrantes de alguns estados brasileiros, como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e também do Norte paranaense. As terras do município quando os imigrantes chegaram tinham um preço baixo se comparado com os atuais valores de mercado. Para que houvesse esta ampliação no preço do tributo pago a terra ocorreu uma transformação social e uma ampliação orgânica da terra.

A capitalização orgânica da terra está relacionada pela limpeza das áreas, já que em um primeiro momento, a floresta é o maior obstáculo para produção tanto de autoconsumo como a comercial, e posteriormente a corporação de insumos para melhorar a qualidade do solo agrícola e de técnicas para plantio, como o plantio direto.

Basicamente, a economia capitalista recriou formas tributárias de extração de excedentes econômicos, como a renda da terra. E manteve tributos embutidos na forma de mercadorias, de modo a transferir valor, sem contrapartida, de classes, setores e sociedades pobres para classes, setores e sociedades ricas, fazendo com que quem trabalha mais recebam menos (MARTINS, 1993).

Isto significa, que pessoas com ligações ou capacidades financeiras em comprarem áreas maiores, no momento que o preço da terra estiver baixo, poderão fazer dela uma fonte de renda ao passar dos anos. Por este motivo, como será abordado mais adiante no trabalho, há áreas maiores de 500 ha e por pesquisas empíricas os proprietários não moram nestas áreas e também não produzem valores desejados para o tamanho da área.

Para caracterizar melhor, Fabrini (2002) apresenta os tipos de rendas da terra.

Existem três tipos de renda: a renda diferencial, absoluta e de monopólio. A renda de monopólio é aquela que resulta do preço de uma mercadoria produzida numa determinada região, o que confere qualidades especiais a esta mercadoria. Depende mais da capacidade de pagamento dos compradores do que do preço geral da produção e valor do produto. A renda diferencial resulta da posse da capacidade de produção da natureza, localização do solo e do investimento de capital na terra. A renda proveniente da natureza (fertilidade) e da localização é a renda diferencial I e a renda obtida do investimento do capital é renda diferencial II. É importante observar que a natureza perde cada vez mais importância na produção, desautorizando a idéia da lei de fertilidade decrescente do solo. A renda diferencial é

essencialmente capitalista e surge no momento que a terra é colocada à produção. A diferença entre o preço individual e o preço geral da produção vai permitir o surgimento da renda diferencial. Quando o preço individual for igual ao preço geral não vai haver renda alguma. A renda diferencial é calculada a partir do pior tipo de solo. A aplicação de quantidades iguais de capital vai proporcionar um total diferente de acordo com a fertilidade desigual dos solos. Assim, a terra, um recurso natural, é transformada em mercadoria. A renda diferencial independe da propriedade privada da terra e existe mesmo que a propriedade privada seja abolida, como no caso da nacionalização de terras. Sendo um equivalente de mercadoria não produzida no processo de trabalho, a terra assume característica especial e se diferencia de outros meios de produção. Isto faz da terra uma especificidade das relações capitalistas de produção. Uma outra forma de renda que se constitui numa especificidade do capitalismo é a renda absoluta da terra. Esta forma de renda (renda absoluta) é resultante da propriedade privada da terra e existe porque há monopólio da propriedade da terra. Surge da posse monopolista da terra, ou seja, do direito de excluir os outros. A renda absoluta de uma determinada terra é resultado da dedução do lucro e dos salários. É proveniente da apropriação privada da terra e não da produção agropecuária daquela terra. Por isso, esta renda surge pela predominância de uma instância política e jurídica que garante a apropriação da terra e realização desta modalidade de renda. A idéia é de que esta forma de renda se constitui como um obstáculo para o capitalismo, ou seja, uma irracionalidade. A divisão da mais-valia social ao proprietário fundiário fundamentado no lucro médio se constituiria num bloqueio para o lucro industrial. Este empecilho representado pela propriedade da terra deveria ser retirado para a expansão capitalista com a nacionalização das terras. Houve o entendimento de que a taxa de renda cobrada pelo proprietário fundiário acaba corroendo o lucro do capitalista, pois há necessidade de desvio de capital da produção para remunerar os proprietários fundiários. O entendimento ainda é de que a mais-valia é distribuída aos proprietários fundiários sem necessidade deles contribuírem para o aumento da produção, o que retira a possibilidade de possíveis investimentos de capital nas atividades produtivas.

Portanto, explicado os tipos de renda, podemos identificar dois tipos de renda da terra no município de São José das Palmeiras. A absoluta, que esta relacionada às grandes áreas de terras e que tem o baixo índice de produção (criação de gado de corte) ou não tem produção e, a diferencial, que são terras com investimentos na adubação e técnicas para a produção, principalmente ligadas à lavoura temporária, que se apresentam um total de 364 estabelecimentos e área de 3.377 hectares no ano de 2006 no município de São José das Palmeiras.

A renda absoluta da terra se apresenta na questão ambiental de maneira geral mais apropriada, devido a pouca ou nenhuma utilização das áreas para fins de agricultura ou pecuária, sendo que o solo é pouco utilizado o impacto nele será praticamente inexistente. Porém, de acordo com a constituição de 1988 artigo 186², são estabelecidos deveres a quem é proprietário de uma terra, e neste caso a propriedades que não fazem uso do solo e, portanto não apresentam nenhuma produção, estarão ilegais e deverão serem utilizadas para fins de reforma agrária.

Já a renda diferencial, foi observada nas propriedades avaliadas na comunidade da Serrinha, das 7 propriedades analisadas 6 tiveram como parte fundamental a produção voltada para o atendimento das necessidades da família, estas áreas apresentam tamanho inferior a 30 ha, tendo a maioria das propriedades com uma parte da área, utilizada na produção agropecuária conforme será abordado no capítulo quatro deste trabalho.

1.4 As vilas rurais e o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Projetos de Reforma Agrária capitalista, implantados a partir da década de 1990 no Paraná

A história agrícola - econômica do Brasil das últimas décadas, está focada a algumas diretrizes básicas, delimitadas por interesses de Estado e pressionadas pelo capital privado. Exemplo disto são as bancadas formadas no congresso e na câmara dos deputados, onde cada bancada expõem seu comprometimento privado.

Como o exemplo que Oliveira (1991, p.27) coloca em relação à ação da UDR – União Democrática Ruralista - que aumentam os conflitos no campo por terem concentração de terras feitas a partir de grilagens e, atuarem nas cidades, fazendo seu *marketing* político e suas manifestações.

² Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Em artigo publicado na folha de São Paulo, adaptado por Hertton Escobar (2001)³, mostra quais são os interesses de duas bancadas do congresso os Ruralistas e os Ambientalistas.

A questão central da batalha entre ruralistas e ambientalistas sobre a modificação do código florestal é determinar quanto de uma propriedade particular pode ser desmatada e quanto precisa ser preservada como mata nativa. O código Florestal (de 1965) é regido desde julho de 1996 pela medida provisória 2.166, que precisa ser reeditada pelo governo a cada 30 dias. Por essa medida, os tamanhos das reservas legais são: 80% em área da Amazônia Legal, 35% em área de Cerrado e 20% nas demais regiões. Uma comissão mista do congresso é encarregada de propor um novo código. Os ambientalistas querem que a MP seja transformada em lei, enquanto os ruralistas (maioria na comissão) querem aprovar um texto substitutivo, favorável aos seus interesses.

A questão abordada sobre a concentração de terras, relacionada com interesses privados, se torna um paradigma da solução dos problemas fundiários e ambientais, isto se deve a grilagem de terras como Oliveira (2008) aborda em seu artigo “Valor - A grilagem de terras públicas na Amazônia”.

A Constituição republicana de 1891 transferiu para os Estados as terras públicas devolutas, mantendo sob controle da União apenas as terras das faixas de fronteira e da Marinha. Porém, nem o governo federal e muito menos os governos estaduais fizeram, através de leis próprias ou não, todas as ações discriminatórias e as respectivas arrecadações de suas terras devolutas. Este fato gerou, até a atualidade, a existência de terras devolutas estaduais e federais em todos os Estados brasileiros. Pelos dados disponíveis no Incra, em 2003 a área ocupada pelas terras públicas devolutas era superior a 400 milhões de hectares, ou seja, quase a metade do território nacional. A metade delas, inclusive, não está sequer cadastrada no Incra. Essas terras foram, portanto, cercadas, porém "não existem" para o Estado. Quer dizer, o Estado não sabe quem se apropriou do território pátrio, legal ou ilegalmente. E mais, a legislação agrária em vigor permite a legalização apenas das posses até 50 hectares pela Constituição de 1988, e até 100 hectares excepcionalmente.

Assim, as áreas maiores do que as posses legais ocupadas não podem ser legalizadas. E, para manter o controle destas terras que não lhes pertencem, os grileiros atuaram de modo a impedir politicamente que os governos estaduais e a União fizessem as ações discriminatórias das terras sob sua jurisdição. É neste

³ Artigo extraído do livro didático. ALMEIDA, L. M. A. de; RIGOLIN, T. B. **Geografia geral e do Brasil**. Editora Ática, 1ª Edição. São Paulo: 2008.

particular também que está a resistência da maioria dos proprietários de terra à reforma agrária. Ou seja, a luta pela reforma agrária desencadeada pelos movimentos sócio-territoriais colocou a nu, esta estratégia ilegal das elites agrárias da apropriação privada do patrimônio público.

No Paraná, nas últimas décadas, surgiram alguns projetos para a realização de uma reforma agrária, podendo ser chamada de reforma agrária “capitalista”. Como é o caso das Vilas Rurais, implantadas pelo governo de Jaime Lerner e Crédito fundiário implantado pelo Governo Federal e pelo governador Roberto Requião.

O projeto de vilas rurais foi implantado em 199, financiado pelo Banco Mundial e pelo Estado do Paraná. O objetivo era assentar 20.000 famílias de pessoas ligadas ao trabalho na agricultura. No término do projeto, não foi alcançado o número de famílias primeiramente estipulado, ou seja, foram assentadas 15652 famílias, em 404 vilas, distribuídas pelos municípios paranaenses (BATISTA, 2008, p. 70).

Este projeto de Vilas Rurais poderia ser considerado antes uma reforma Urbana que propriamente Agrária, suas características de implantação demonstram reduzir o inchaço das cidades, já que grande parcela da população que trabalha na agricultura vive nas periferias urbanas.

As localizações das construções das Vilas Rurais foram juntas aos distritos ou estradas vicinais, para facilitar o contato destes moradores com a infraestrutura urbana de cada município. Cada lote rural tinha uma área total de 5.000 metros quadrados e uma moradia de alvenaria de 44,5 m² (BATISTA, 2008, p. 70).

A compra do terreno ficava por conta das prefeituras municipais. Era recomendado que fossem utilizadas normas técnicas e legais, procurando escolher locais para a implantação das vilas com terrenos planos. Fato este que não aconteceu, devido a interesses privados das autoridades locais, como consequência a maioria das vilas foi implantada em terrenos declivosos (BATISTA, 2008, p. 70).

A forma de pagamento se dava a partir de um financiamento de 25 anos. A partir da quitação do financiamento é entregue para cada proprietário o título da terra (BATISTA, 2008, p. 70).

Além da declividade e outros fatores físicos, Batista (2008, p.71) destaca outros problemas das vilas rurais.

O grande problema criado por esta 'nova ruralidade' diz respeito ao tamanho da propriedade (5.000 m²). Pela atual legislação brasileira no tocante ao tamanho mínimo de uma propriedade agrícola (20.000 m²), as vilas rurais não poderão jamais ser reconhecidas como área rural, já que está abaixo do módulo mínimo exigido pelo INCRA, o que propicia a cobrança do ITR, calculado em ha. No entanto a tributação como imóvel urbano IPTU e conseqüentemente em m², acabaria elevando consideravelmente seus custos e impossibilitaria os vileiros de receberem o título de posse como proprietário rural.

O programa Crédito Fundiário possibilita aos trabalhadores rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais, o acesso a terra por meio de financiamentos para aquisição de imóveis rurais. O projeto também oferece os investimentos em infraestrutura básica (casas, energia elétrica, rede de abastecimento de água, estradas), para a estruturação da unidade produtiva (assistência técnica, investimentos iniciais na produção) e projetos comunitários (PARANÁ BIODIVERSIDADE, 2009).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e está vinculado à Secretaria de Reordenamento Agrário. Os recursos para aquisição dos imóveis e para a infraestrutura necessária são oriundos do Governo Federal.

Neste programa estão previstas algumas mudanças com a elevação do crédito, o que vai possibilitar um incremento na aquisição de terra, e a supri-la de infraestrutura básica. O novo modelo prevê também elevação do prazo de carência de dois para três anos, e elevação do prazo total para quitação do financiamento, passando de 17 para 20 anos. Hoje, o limite para cada família é de R\$ 40 mil. A proposta do MDA é que dentro do Estado se trabalhe com tetos regionais e que o valor mínimo para o financiamento fique em torno de R\$ 60 mil (PARANÁ BIODIVERSIDADE, 2009).

No estado do Paraná o Crédito Fundiário já atende 1.971 famílias, somando um investimento de R\$ 74,7 milhões. Desde o início, em 2005, foram adquiridos 9.855 hectares que se transformaram em pequenas propriedades com área média de 5 hectares.

Um dos municípios que foi implantado este programa foi o de São José das Palmeiras, no oeste do Paraná, distribuídos 38 títulos de propriedades para

beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário. O imóvel onde as famílias serão assentadas conta com uma área total de 184 hectares. Os beneficiários terão a oportunidade de adquirir cerca de 4,80 hectares. O valor total do financiamento foi de R\$ 1,5 milhão. Cada família financiou R\$ 40 mil, correspondente à compra do imóvel e despesas referentes a cartório, topografia, entre outras.

O diferencial deste projeto, segundo Márcio da Silva, responsável pelo Crédito Fundiário na Secretaria da Agricultura, é que está sendo realizado em parceria com a prefeitura de São José das Palmeiras e a Usina Hidroelétrica de Itaipu, que por meio de convênio se responsabilizam pela abertura de estradas que vão possibilitar o acesso aos lotes e posteriormente escoar a produção (PARANÁ BIODIVERSIDADE, 2009).

Um dos objetivos para as famílias assentadas é fomentar nestes lotes à bovinocultura de leite e à produção de uva, de noz-pecã e à olericultura (legumes). De acordo com Márcio da Silva, as áreas de reserva legal que precisam ser repostas estão sendo recuperadas com o plantio de nozes-pecã, com o conhecimento e aval do Instituto Ambiental do Paraná, o que proverá aos agricultores uma renda extra no futuro.

Segundo o secretário da agricultura do Paraná, Valter Bianchini, o Crédito Fundiário está beneficiando famílias de bóias-frias, arrendatários e pequenos agricultores que precisam de terras para trabalhar. “Já é possível citar vários exemplos de sucesso de assentados com o crédito fundiário que estão se destacando como excelentes produtores na cafeicultura, sericicultura e vitivinicultura”, afirmou. “As famílias passam a ser as verdadeiras proprietárias das terras. São agricultores de baixa renda que jamais teriam condições de comprar um imóvel rural. Agora elas podem dar sustentabilidade à produção e à propriedade”, completou o secretário (PARANÁ BIODIVERSIDADE, 2009).

Os dois projetos de reforma agrária criados pelo Estado têm um objetivo de fornecer a propriedade privada num custo relativamente baixo⁴, isto para a agricultura capitalizada. Se pensarmos que os futuros moradores destas

⁴ O custo aproximado de um hectare de terra no município de São José das Palmeiras é em torno de 400 sacas de soja (cada saca vale em torno de R\$ 40,00 reais), ou R\$ 16.000,00 reais.

áreas terão que viver num sistema de auto-consumo, eles haverão de conseguir outras formas marginais de obtenção de renda, ou seja, trabalho externo a unidade produtiva.

O autor russo Alexander V. Chayanov, em seu Livro “La organización de la unidad económica campesina”, faz uma discussão sobre o equilíbrio das relações de trabalho para dentro da propriedade camponesa e para fora, sendo esta última uma condição marginal dos camponeses.

Para Chayanov (1975) a evolução subjetiva dos valores obtidos mediante este trabalho marginal dependerá do grau de sua utilidade marginal para a família que explora a unidade econômica. Como as unidades representadas nos projetos, são pequenas e difíceis de concretizar variadas atividades econômicas, serão necessárias um grau maior do trabalho marginal.

De acordo com o autor, a utilidade marginal diminui com o crescimento da soma total de valores que obtém o sujeito, que explora a unidade agrária. Então, chega um momento, ao alcançar um determinado nível de incremento, em que as dificuldades de absorção da força de trabalho marginal chegarão a equiparar-se com a evolução subjetiva da utilidade marginal da soma obtida com esta força de trabalho. Portanto haverá, portanto um equilíbrio natural entre as forças marginais e a força de trabalho feita na propriedade.

Este equilíbrio entre força de trabalho marginal e interna, antes de ser constatada, deve passar por uma organização da unidade produtiva e seus recursos naturais, feita a partir das necessidades da família camponesa. Alguns aspectos deste modo de vida serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

O DEBATE TEÓRICO SOBRE O CAMPESINATO: O CAMPONÊS, DO CONCEITO AO CAMPO NA COMUNIDADE SERRINHA

O campesinato brasileiro tradicional dos séculos XVIII e XIX tinha na posse da terra a condição de acesso à terra, visto que tais camponeses eram destituídos do direito jurídico da terra. Isso ocorria porque os únicos detentores das terras eram os sesmeiros, um processo de hereditariade que, num primeiro momento, foi passado de pai para o filho primogênito, chamado de morgadio, e depois que esse sistema foi extinto, em 1835, pelo Império, todos os filhos do fazendeiro receberiam suas sesmarias (MARTINS, 1981, p.33).

O camponês, portanto, chamado de agregado, dependia do fazendeiro fundamentalmente para sua permanência na propriedade; para este, se não lhe conviesse manter os agregados na propriedade, bastava-lhe unicamente indenizá-los pelas benfeitorias, como a Lei de Terras o confirmará (MARTINS, 1981, p.35).

Para Martins (1981, p.35), a relação que se mantinha entre o fazendeiro e o agregado era de uma ajuda mútua disfarçada por uma condição de classe:

Os direitos dos camponeses que viviam como agregados só eram reconhecidos como extensão dos direitos dos fazendeiros, como concessão deste, como questão privada e não questão pública. Isso não fazia do agregado um escravo do fazendeiro, um servo, como os servos da sociedade feudal. O código que regulava as relações do senhor com o escravo era um; o que regulava as relações do fazendeiro com o agregado era outro. Naquele, configurava-se uma relação de dominação, da pessoa sobre a coisa que era o escravo, cuja humanidade a relação escravista não reconhecia. Humano era o senhor, não o escravo. No outro, a relação era essencialmente a relação de troca – troca de serviços e produtos por favores, troca direta de coisas desiguais, controlada através de um complicado balanço de favores prestados e favores recebidos. Nesse plano, a natureza das coisas trocadas sofria mutações – pelo fato de viver e trabalhar autonomamente nas terras de um fazendeiro, um agregado podia retribuir-lhe defendendo o seu direito de se assenhorear de mais terras, de litigar com fazendeiros vizinhos, etc. com isso, o agregado defendia também o seu direito de estar na terra do fazendeiro. Mas não podia defender o direito de estar na terra, sem fazer dessa terra propriedade do seu fazendeiro. A sua luta era luta do outro.

Na constituição da Lei de Terras, em 1850, e na abolição da escravatura, havia uma acumulação primitiva, sendo possível de serem encontradas três formas de campesinato: o envolvido com a condição de trabalhador assalariado e camponês, como o morador, o colono e seringueiro; o campesinato familiar autônomo, como os das colônias de imigrantes instaladas no planalto central; e o camponês de “fronteira”, que se dedica de uma policultura livre (MOREIRA, 1990, p. 37).

O camponês brasileiro não é perfeitamente identificável, devido à grande extensão territorial, abrigando contrastes em suas configurações regionais. O motivo dessa particularidade se deve ao modo como se deu o desenvolvimento do capitalismo, no país, fazendo com que o campesinato participasse dos diversos setores de produção agrícola e nas diversas regiões (SILVA et al., 1983, p. 23).

Essas condições criaram uma riqueza nas formas de existência do camponês, que, por exemplo, na região Nordeste, assume um caráter de pequenas

parcerias escassamente monetárias e, na região Sul, uma integração vertical com a agroindústria.

A maneira pela qual o camponês brasileiro tem suas ações é multifacetária, por isso, é muito difícil de caracterizá-lo e analisá-lo:

Com sua grande variabilidade formal e inclusive funcional, coloca dificuldades maiores quando se requer uma caracterização globalizante. Duas ordens de dificuldades podem ser imediatamente apontadas. Uma é a dificuldade de apresentar resultados analíticos que possam ser generalizados para o total da categoria no país, pois muitas vezes as especificidades locais ganham força de variáveis determinantes do comportamento e do papel das unidades camponesas. A outra dificuldade provém da inexistência de dados globais sobre algo que possa ser rigorosamente chamado de setor camponês. As estatísticas agrícolas no Brasil classificam invariavelmente as unidades pesquisadas em função da área total, área cultivada ou valor da produção, não permitindo qualquer corte analítico qualitativo. Assim, há que se recorrer a inúmeras aproximações quantitativas para tentar identificar um setor de unidades produtivas que apresente com grau razoável as características camponesas. (SILVA et al., 1983, p. 23).

A crítica exposta acima é contraditória, no que diz respeito à análise da “classe” camponesa; uma vez que esta deve ser vista como “classe” e não como categoria, ela expõe que o campesinato tem uma variabilidade, no Brasil, depois considera que não há como fazer uma análise correta do campesinato, em razão de haver uma diferença nos dados alcançados por órgãos estatísticos.

Deve-se pensar que, para compreender a “classe” camponesa, não se pode fazer uma análise apenas global no caso brasileiro, mas é preciso ver os aspectos locais e regionais. Em relação à estatística dos dados correspondentes à “classe” camponesa, deveriam ser criadas formas alternativas e diferenciadas das que são usadas pelos órgãos. Portanto, o problema de não se conseguir atingir uma análise qualitativa do campesinato não é problema dessa “classe”, porém de como as pesquisas muitas vezes são direcionadas.

Quanto ao camponês do município de São José das Palmeiras, que será posteriormente discutido, na visão desse autor estaria mais ligado à segunda modalidade exposta, tendo como traço característico a propriedade privada familiar jurídica, constituindo-se um campesinato autônomo.

Esse caráter autônomo costuma ser uma unidade de produção e consumo, a um só tempo, praticando-se uma relação de troca mercantil simples (M-D-M), relacionando-se o capital e o campesinato, conforme ressalta Oliveira (1986):

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada.

Esse processo vem, no mesmo momento, como um modo de subsistência, de resistência para abarcar as necessidades da família, diferentemente da relação capitalista.

Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, temos o movimento de circulação do capital expresso nas formulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, estamos diante da seguinte formula: $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar. (OLIVEIRA, 1986, p.68).

O camponês ao longo do processo histórico, é visto por muitos autores – como Marx, Lênin, Kautsky, Engels, Caio Prado Júnior, José G. da Silva, entre outros – como um sujeito suscetível ao desaparecimento, ou seja, suas características não seriam mais encontradas no campo, que está modernizado, e esse sujeito, que é provido de tradições, culturas e técnicas próprias, não teria mais espaço.

Marx, na obra *O Capital*, descreve o fim do campesinato ainda no século XIX, na Inglaterra (1968).

O último processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, a qual consiste em varrer destas os seres humanos. Todos os métodos ingleses até observados culminaram nessa “limpeza”.

Observa-se que Marx já via os camponeses próximos a serem exterminados pelos processos ligados à acumulação de capital pelos *landlords*, quer dizer, pelos grandes proprietários de terras da Inglaterra.

Marx destaca a exterminação dos camponeses através da tecnologia como um processo irreversível:

Ao descrever as condições modernas e que não há mais camponeses independentes para enxotar, a limpeza prossegue para demolir as choupanas, de modo que os trabalhadores agrícolas não encontram mais na terra que lavram o espaço necessário para sua própria habitação.

Para Lênin e seu partido social-democrata (bolchevique), era necessária a eliminação de uma agricultura pré-capitalista com formas feudais e representada pelas relações comunitárias entre os camponeses; esse sistema seria arcaico para os moldes de um projeto de revolução social que Lênin, como um dos precursores, na Rússia, estava construindo. Portanto para os camponeses terem sucesso, era fundamental a ligação com os operários da cidade, conforme o próprio Lênin (1984, p.59) afirma:

Sem a aliança com os operários da cidade os pobres do campo nunca se verão livres de toda subjugação, de toda a pobreza e miséria; além dos operários da cidade ninguém os ajudará nisto, e não podem contar com ninguém além de si próprios.

Lênin entendia que havia uma necessidade em tornar os pobres do campo seres livres, para fazer de sua propriedade o que bem entendessem, mas o mais importante é que eles entrassem na luta por uma revolução no sistema da Rússia, nos moldes do partido social-democrata.

Engels aponta ao campesinato dois caminhos apenas – a sua ligação com a classe burguesa ou com a classe dos operários. Para esse autor, essa situação está mais pelas circunstâncias que pela vontade dos sociais democratas. Os camponeses, portanto, não formavam uma categoria que se sustentaria por si mesma (ALVES; SILVEIRA, 2007).

De acordo com Alves; Silveira (2007) a ideia central de Kautsky, em sua obra, é de que a grande propriedade agrícola é superior tecnicamente em relação à pequena propriedade, explicitando como causa a penetração do capitalismo no campo e, como consequência, a “industrialização da agricultura”. Nessa compreensão, a grande propriedade é a melhor “unidade” para desenvolver as atividades capitalistas, de sorte que a pequena propriedade tende a diminuir ou a desaparecer.

Kautsky procurava provar que os camponeses eram superexplorados, pois vendiam seus produtos a preços insustentáveis. Segundo ele, o caminho para superar esse declínio de forma de vida está na superioridade técnicas das propriedades. Assim, a visão de rural, para Kautsky, estava nas relações da agricultura com a indústria, ligada às grandes propriedades agrícolas, já que as pequenas não possibilitavam a incorporação das conquistas técnicas, organizacionais e econômicas.

Na perspectiva de Abramovay (1991, p.47), as “previsões” de Lênin e Kautsky não se realizaram:

O processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo. O primeiro recenseamento agrícola posterior aquele em que Lênin (1916/1960) apoiou seu importante trabalho sobre a agricultura norte-americana já mostrava tendência declinante no proletariado agrícola. Mais importante ainda é que se realizou algo que contraria inteiramente não só as previsões de Lênin e de Kautsky, como as explicações que eles davam a sobrevivência das pequenas explorações agrícolas no capitalismo: é impossível afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor. Mais que isso: a incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar – tão decisiva no argumento de Kautsky – mostra-se hoje completamente abolida, se é que alguma vez existiu.

Destacam-se as análises a esse respeito, feitas por Fabrini:

Durante muito tempo, os camponeses tiveram excluídos do debate político, pois se pensava que eles eram incapazes de fazer história. Mesmo, a aliança proposta por aqueles setores reconhecidamente seus aliados e que sempre se colocaram ao seu lado, como o Partido Comunista. (FABRINI 2003, p. 19).

Outra reflexão sobre a questão teórica do campesinato é apresentada por Guzmán & Molina (2006, p.53):

No decorrer do século 19, configuram-se categorias intelectuais nas quais se articulam duas práxis sociopolíticas claramente definidas. Por um lado, o narodnismo, como defensor da vigência do campesinato, com um potencial de adaptação histórica; e, por outro, o marxismo ortodoxo, para quem o campesinato não seria mais do que um resíduo anacrônico que haveria de ser sacrificado nos altares do progresso.

Através dessas leituras, configura-se, por uma boa parte dos teóricos marxistas, o fim do campesinato, vendo-se o mesmo como um resquício do processo produtivo, em que se vê um sujeito politicamente não apropriado à sociedade, que deseja fazer a revolução ou a modificação dos moldes produtivos.

Na contramão dessas hipóteses, surge, nas últimas décadas, uma discussão de certos autores, como Shanin, Martins, Oliveira, Fernandes, Wolf e outros, baseando-se muito nas abordagens de um agrônomo e sociólogo russo do início do século XIX, chamado Chayanov. Estes ancoram suas abordagens na resistência do camponês, propondo a valorização desse modo de vida, que pode ser considerado como singular dentro do modo de produção capitalista, por dispor de características que não se remetem ao uso infinito dos recursos naturais. Com isso, os camponeses se tornam uma “classe” resistente ao princípio capitalista, devido às suas características imanentes, como afirmadas pelos autores acima mencionados.

Para Chayanov, uma família camponesa é aquela que não contrata força de trabalho externa, que possui uma determinada extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e que, às vezes, se vê obrigada a empregar parte da sua força de trabalho em atividades rurais não agrícolas (PONTES, 2005, p. 47).

Esses sujeitos, em relação à mão-de-obra, praticam formas não capitalistas, ou seja, as quais não estão baseadas na forma contratual de pagamento, não tendo a sujeição de um indivíduo sobre o outro; consequentemente, os objetivos não estão fundamentados na mais-valia, porém numa contribuição mútua entre os camponeses.

O trabalho dos camponeses não está atrelado à concentração de capital, mas à satisfação das necessidades familiares, refletindo na organização do trabalho, e num balanço trabalho-consumo, dependendo de aspectos demográficos, isto é, em relação à quantidade de sujeitos que compõem a família para consumir e trabalhar (CHAYANOV, apud FABRINI, 2003, p. 35).

Este é um dos aspectos capazes de demonstrar que o significado de sua vida está baseado na forma finita dos bens materiais, mas, atualmente, ainda podemos dar um avanço a esse balanço feito por Chayanov, acrescentando o tamanho do território e a tecnologia usada, formando uma equação entre trabalho – consumo – território – tecnologia, que vislumbriaria a necessidade de uma área ideal para que esse camponês pudesse realizar todas suas atividades e uma democratização no uso das tecnologias, tendo como reflexo a não necessidade de praticar, por parte da família, atividades rurais não agrícolas fora de seu território.

Conforme Chayanov, o camponês é um indivíduo “conservador” e sua economia é um modo de produção no qual pode ser comparada a produção escravista e capitalista. A teoria aplicável ao camponês não é aplicável universalmente, tratando das condições que afetam o desenvolvimento do ciclo familiar (sistema de herança e o tipo de propriedade), em que há a associação entre tamanho familiar e tamanho da exploração e em que a sucessão patrimonial da exploração é regida pelo sistema patrilinear, ou seja, de pai para filho (apud PONTES, 2005, p. 47).

A vida dos camponeses pode ser considerada como singular, dentro do modo de produção capitalista, porque dispõe de características no seu modo de produção que não se remetem ao uso infinito dos recursos naturais. Com isso, os camponeses se tornam uma “classe” resistente ao princípio capitalista, mas, ao mesmo tempo, se relacionam com o mesmo:

O sentido contraditório e desigual está no fato do camponês garantir a sua existência no sistema adverso pela luta. É como se o camponês não tivesse lugar no capitalismo, fosse de fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja, traindo as leis do capital pela luta. De outro lado, ao se entender a reprodução do campesinato como uma possibilidade aberta pelo capitalismo ao campesinato, está-se admitindo que é uma relação de dentro do capitalismo, ou seja, que tem lugar no capitalismo, servindo

inclusive para a produção de mercadoria. (FABRINI,2004, p. 128).

Para elucidar esses traços Martins (2003) esclarece que essa “classe” é dispersa e fragmentária, sendo teoricamente uma classe conservadora, no geral norteadas pelos valores e concepções centrados na família, na terra, na religião, na comunidade e no trabalho; na verdade, sua manifestação de “classe” ocorre de maneira puramente externa, a partir de suas formas convergentes de produzir e de se relacionar com seu principal instrumento de produção, a terra.

O fato de essa “classe” ser dispersa a torna, para as outras classes sociais, como se não tivesse importância e representação nas questões sociais, contudo, isso é justificável, porque a “classe” camponesa tem um jeito próprio de conviver e lidar dentro de um sistema econômico capitalista, por tratar das relações de capital de um modo não capitalista:

Esta característica do campesinato adiciona elementos de conservadorismo na mentalidade e no modo de vida do camponês. Quando se sente motivado a lutar “contra o capitalismo”, sua luta é uma luta residual, decorrente de um vínculo residual com o mercado e o capital e de uma consciência residual e parcial de sua situação social. (MARTINS, 2003, p. 79).

Essa situação parcial atribui à “classe” camponesa uma resistência individual para dentro de sua propriedade:

Seu vínculo com o mundo é esse, residual, que é também seu limite de compreensão desse mundo e de sua ação sobre esse mundo. É o vínculo de um solitário, confinado à sociabilidade imediata da família, da comunidade e da paróquia. Não é o vínculo de alguém mergulhado diretamente no mundo que o capital criou. Independentemente de sua efetiva inserção no mundo da mercadoria, o camponês está voltado para “dentro”, para o pequeno mundo concreto que conhece e identifica, como família e o bairro, isto é, a vizinhança e a comunidade. (MARTINS, 2003, p. 79).

Podemos verificar, em Chayanov (apud ABRAMOVAY, 1998, p.61), que a necessidade de uso do trabalho do camponês não ultrapassa as necessidades de sua família. Entende-se que, na questão ambiental, essa lógica

pode ser contemplada também, mas no que toca ao território do camponês, já que o objetivo dos camponeses em seu estabelecimento não é da maximização da sua utilidade e também a obtenção da maior lucratividade possível, mas somente atender à satisfação do consumo da família, preservando, assim, a natureza. Essa proposta camponesa de agricultura tem subjetivamente uma colaboração de preservação dos recursos naturais, em virtude desse sistema de vida que prioriza o uso limitado do trabalho e dos recursos disponíveis em seu estabelecimento, diferentemente do modo capitalista de produção.

Conforme Fernandes (2006, p. 02), o capitalismo necessita, para sua reprodução, do aumento da produção e do consumo. No fundo, a lógica de mercado é produzir cada vez mais e com custo mais baixo, passando a ser uma exigência própria do sistema. As grandes corporações criam necessidades e impõem certos padrões e modelos, não mais para assegurar a satisfação das necessidades cotidianas do ser humano, mas para garantir o lucro. Nesse sentido, o consumo é visto como promotor da felicidade humana.

Essa lógica capitalista, mesmo se inserindo parcialmente nos territórios camponeses, não vem a ser um empecilho para a sua recriação. O camponês não tem um vínculo direto com o capital, sendo que sua relação com o mesmo não é estabelecida através da venda de sua força de trabalho ao capitalista, evidenciando a liberdade do camponês em sua produção, na medida em que é dono de seus instrumentos de trabalho (MARTINS, 2003).

Quanto a essa defesa dos camponeses em permanecer, Fabrini (2004, p. 128) destaca:

Neste sentido, os camponeses têm demonstrado que podem desenvolver um conjunto de manifestações coletivas para garantir a sua existência. Não é somente uma ação coletiva proveniente da consciência construída no processo de produção de mercadoria, como ocorre com os operários da indústria, que permite a formação da consciência coletiva. A consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos ao capital e aos grandes proprietários de terra.

Além dessas manifestações coletivas salientadas por Fabrini, observa-se a lógica camponesa, que difere das atividades comuns do capitalismo,

nas suas relações de trabalho. Tal particularidade está visível na obra de Cândido (1976), denominada *Os Parceiros do Rio Bonito*, onde retrata a vida dos caipiras, concebidos como sinônimo de camponeses.

Cândido, em seu texto, ressalta que o ano agrícola é a grande e decisiva unidade de tempo que define a orientação da vida do caipira, ao fixar as suas possibilidades e empecilhos econômicos e ao marcar a direção do ano seguinte. O trabalho também tem um significado social e tradicional, havendo a presença da divisão sexual do trabalho, sobretudo das tarefas familiares, e a troca de trabalho no que se refere aos vizinhos ou ao empréstimo de algum equipamento.

Para o camponês, essa configuração do ano agrícola é extremamente relevante para manter o consumo mínimo de calorias para a família. E, além disso,

[...] deverão também providenciar alimentos acima deste mínimo, para conseguir um numero suficiente de sementes que possibilitarão uma boa safra no ano seguinte, assim como alimentos adequados para o gado. (WOLF, 1970, p. 18).

Wolf (1970, p. 31) sublinha que um dos problemas da vida do camponês é contrabalançar as exigências do mundo exterior, para chegar ao objetivo de suprir as necessidades da família. Tais exigências são o cuidado com a saúde, alimentação, vestuário etc.

A maior parte dos entrevistados deste trabalho é constituída de aposentados, configurando uma renda externa à propriedade, que facilita suprir as necessidades exteriores da família. Quando não se tem essa condição, o autor destaca duas formas para resolver o problema: ele pode incrementar a produção ou reduzir o consumo. Tais formas podem ser feitas da seguinte maneira, de acordo com Wolf:

Na primeira estratégia, deverá elevar o rendimento do trabalho às suas próprias custas, tendo em vista levantar a produção e o aumento da produtividade, com que entrará no mercado. Sua capacidade de fazer isso dependerá da facilidade com que puder mobilizar os fatores de produção necessários – terra, trabalho, capital (seja em forma de economias, em moeda ou crédito) – e das condições gerais do mercado.

Na segunda estratégia, o camponês

[...] pode reduzir seu consumo de calorias restringindo sua alimentação apenas aos alimentos mais básicos; podem limitar suas compras no mercado ao essencial e, em vez disso, pode confiar tanto quanto possível na capacidade de seu grupo doméstico de produzir tanto os alimentos como os objetos necessários, sem precisar sair dos limites da sua terra. Tais esforços para equilibrar a balança do orçamento pelo subconsumo explicam, parcialmente, porque os camponeses temem o novo como se vissem a própria tentação: qualquer novidade poderá abalar seu precário equilíbrio.

Em ambas as alternativas, o camponês terá que enfrentar o fator mercado, mas sempre lembrando que suas estratégias internas terão que se sobrepôr às condições do mesmo. Se isso não acontecer, o mercado pode acarretar na alienação do camponês com as empresas, sendo maléfico para a condução de sua vida, em suas propriedades, porque as diretrizes de muitas práticas serão dadas pelas empresas e não pelos camponeses.

Chayanov (1975) realiza igualmente uma análise do equilíbrio da unidade camponesa, salientando que a energia desenvolvida por um trabalhador numa unidade doméstica de produção agrícola é estimulada pelas necessidades da família, de sorte que, quando estas aumentam, sobe a taxa de autoexploração do trabalho camponês. Por conseguinte, quanto mais intenso o trabalho, comparado com a remuneração, mais baixo será o bem-estar da família camponesa.

Em relação à propriedade, ela apresenta um limite natural de exploração, o qual está determinado pelas proporções entre a intensidade do trabalho anual da família e o grau de satisfação de suas necessidades.

Através dessas concepções, observa-se que a preocupação dos camponeses não é de sobre utilizar suas terras, porque, se assim fosse, causaria uma degradação do solo.

Segundo as teses da obra de Martins *Sociedade Vista do Abismo*, o mercado e o dinheiro aparecem na vida dos camponeses como anomalias, sendo que estas duas expressões podem significar “forças maléficas, dotadas de um poder próprio, como um perigo, fora do controle das pessoas”(p.73).

De fato, a preocupação apontada por Martins, de que o dinheiro e o mercado capitalista são maléficos, remonta a mais uma indagação da lógica camponesa de não utilizar o dinheiro e o mercado como uma maneira de acumular

capital, sendo essa lógica pautada na relação M-D-M; assim, esses indivíduos, não empregando tais artifícios, conservam sua lógica de apropriar-se de mercadorias e, temporariamente, do dinheiro apenas para suprir suas necessidades familiares.

Para Carvalho (2005, p. 171), os atuais camponeses são múltiplos no modo de apropriação da natureza, desenvolvendo uma racionalidade que lhes é própria, características de ser e viver que os diferencia do âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas:

A racionalidade camponesa tem sofrido mudanças nas interações que estabelece com as concepções de mundo, com a produção científica e tecnológica e com as práticas culturais hegemônicas das sociedades capitalistas. As mudanças provocadas por tais interações apresentam graus de intensidade distintos, sendo que as inovações geradas pelos setores dominantes são adaptadas ou reelaboradas pelos próprios camponeses no sentido de se adequarem à sua racionalidade.

Na perspectiva de Shanin (2008, p. 27), a economia familiar camponesa tem seus próprios modelos, estruturas e significados, consequentemente, tem a capacidade de resolver problemas com mais eficácia e é pouco onerosa.

Embora enfrentando inúmeras dificuldades para se manter na terra, o camponês que tem sua produção baseada na relação finita do trabalho e consumo, visando a assegurar as necessidades de sua família, tem encontrado formas diversas de garantir sua existência no modo de produção capitalista, baseado no consumo infinito de materiais. A resistência da agricultura camponesa fez e faz com que as pessoas permaneçam no campo, valorizando a cultura e o saber popular, buscando o reconhecimento da sua importância e concretizando-se como uma “classe”.

No próximo capítulo serão discutidas as pressões exercidas pelo Estado e pelo capital na formação da região Oeste e do município de São José das Palmeiras, também traz contribuições para o entendimento da consolidação das propriedades camponesas.

CAPÍTULO 3

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

A região Oeste do Paraná é composta por 51 municípios, possuindo área de 22.840 quilômetros quadrados, sendo a terceira região mais populosa do Estado (Figura 1). Essa região integrou-se de maneira mais estreita à dinâmica estadual apenas nos anos 1970, com a expansão da agricultura moderna e o início da construção da Hidrelétrica de Itaipu (IPEA, 2000, p. 109).

O modelo de colonização implantado pelo Estado e por empresas colonizadoras, no Oeste paranaense, é muito parecido com outros modelos utilizados no sul do país. As propriedades tinham por medida da empresa uma ligação com os rios e com os divisores de água, sendo a média das propriedades de 25 hectares (PIETROWSKI; VANDERLINDE, 2007).

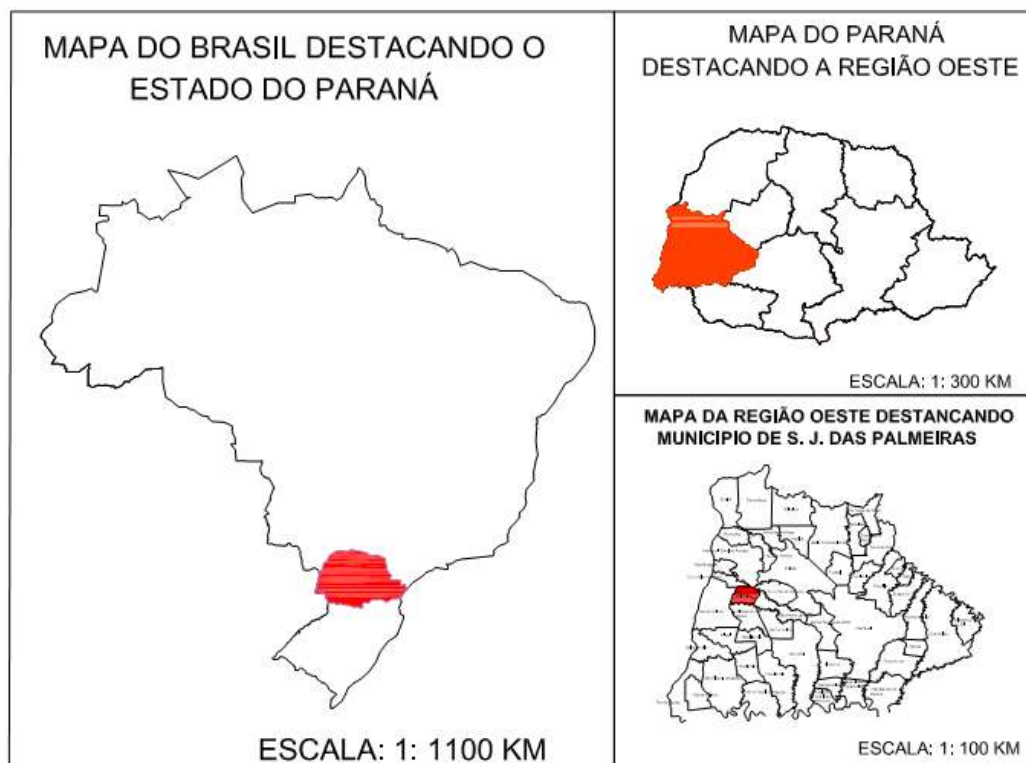


Figura 1. Mapa do Brasil localizando o estado do Paraná e a sua região Oeste. Márcio Alexandre Portz, 2009.

Mesmo sendo um povoamento disperso, os lotes foram demarcados de uma maneira que havia uma aproximação dos colonos. A característica de pequena propriedade policultora é uma marca fundamental para esse campesinato de origem européia desenvolvido primeiramente no Brasil nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para o desenvolvimento nos primeiros anos da região Oeste do Paraná e também para a colaboração do desenvolvimento atual (PIETROWSKI; VANDERLINDE, 2007).

Passando-se os anos de formação da região, houve uma intensificação da tecnificação da agricultura, que impactou profundamente os camponeses dessa região, alterando o modo tradicional de vida e exigindo mudanças e rearticulações.

O modelo de agricultura que foi absorvido predominantemente, na região, chamado de convencional, com intenso uso de mecanização agrícola, tanto abalou as condições de equilíbrio da natureza, quanto trouxe a ampliação de doenças aos agricultores e ao ambiente. Além disso, houve um processo de êxodo rural e falência de muitos agricultores, os quais mudaram a sua forma de produzir

e, dessa forma, se endividaram de tal maneira, que tiveram que abandonar suas propriedades (PIETROWSKI; VANDERLINDE, 2007).

O processo de formação foi efetivado e intensificado a partir da década de 1940, tendo apoio do Estado, que desenvolveu políticas de estímulo à ocupação da porção ocidental do país. As terras localizadas no Oeste do Estado do Paraná foram concedidas a empresas colonizadoras com sede no Estado do Rio Grande do Sul, um dos locais de imigrantes europeus chegados ao Brasil, durante o século XIX.

A colonização que foi prevista pelo Estado deveria ser baseada em propriedades pequenas e com sentido empreendedor. Já que o Brasil, naquele momento vivia um processo de urbanização e industrialização, não bastava apenas a produção de subsistência dos camponeses, mas uma produção de excedentes (GREGORY, 2002).

Todavia, como Gregory (2002) destaca, antes da agroindustrialização completar-se, no campo, houve um período que proporcionou o desenvolvimento da região, através do comércio de madeira utilizada na construção civil, cujo crescimento está relacionado à urbanização no país e à reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra Mundial.

Portanto, as colonizadoras da época acabaram ganhando em dobro, no processo de ocupação do Oeste, uma vez que primeiro exploravam e comercializavam a madeira e, depois, vendiam as terras para os agricultores imigrantes (GREGORY, 2002).

A formação espacial do Oeste tinha esse objetivo estratégico do Estado brasileiro ligado ao capital privado, com propósitos de desenvolver economicamente essa região, de sorte que este teria que fazer sua colonização de forma sistematizada, seguindo os preceitos do capital: e qual seriam os indivíduos mais apropriados? Com certeza, aqueles que têm uma tradição na produção comercial e no uso de determinadas técnicas na agricultura; nesse sentido, foram os emigrantes sulistas de origem europeia que teriam as melhores características para o propósito. Com esses objetivos em sua formação, sujeitos existentes nesses locais – os chamados “caboclos”, “bugres”, entre outras denominações – foram

excluídos, sendo desapropriados e em alguma medida “apagados” na história regional, desconsiderados como precursores da ocupação do Oeste paranaense.

Esse projeto, chamado de “Marcha para o Oeste”, exclui a população cabocla existente na região. A formação do espaço ocorreu sob o referencial do moderno, elegendo o migrante, que tem uma centralidade ética ao trabalho, é competitivo na sua forma de produzir, tornando-se o indivíduo certo para concretizar o processo (SCHREINER, 2002, p.81).

A integração da economia do Oeste do Paraná com a nacional recebeu forte impulso, no final dos anos 60 e início dos 70, com a modernização e diversificação dos setores industriais, estimulados pelas instalações de indústrias, nos setores de química e metal mecânico. Essas indústrias, em sua maioria de grande porte e de capital transnacional, contribuíram para a diversificação de toda a estrutura produtiva industrial, agrícola e de serviços (FLEISCHFRESSER, 1988, p.18).

No Oeste paranaense, a partir da década de 1960, ocorreu a implementação de políticas agrícolas buscando modernizar os meios de produção revelando um contexto ligado ao que foi exposto anteriormente sobre a modernização agrícola do Brasil, criando-se um vínculo dos agricultores com as instituições, influenciando no processo de trabalho. De acordo com FIGUEIREDO (1984, p. 431), “a região teve a atuação de créditos rurais, cooperativismo e assistência técnica, havendo mudanças profundas no processo produtivo”.

Para Schreiner (2002, p.89) com o regime militar, a ação interveniente do Estado fez da região Oeste do Paraná, através da política de modernização agrícola. Uma de suas ações no referido espaço, procurou executar uma geopolítica energética e de segurança nacional.

Nesse período, o setor de energia tinha prioridade, ao lado das indústrias básicas (setor de bens de capital e de eletrônica). Em acréscimo, produtos para exportação (soja, trigo) foram priorizados, por meio de políticas que promoveram a expansão da área de cultivo. A construção de grandes complexos hidrelétricos visava a estabelecer uma infraestrutura adequada às necessidades do rápido crescimento urbano-industrial (SCHREINER, 2002 p.90).

O autor ressalta esses acontecimentos:

As pressões do Estado sobre as populações atingidas pautaram-se numa apologia dos supostos benefícios que suas ações poderiam trazer. Este discurso, fundado na ideologia da modernização, opera dois conceitos (tradicional e moderno) opondo-os de forma excludente: veicula a representação de que a modernização suprimiria o arcaico engendrando o desenvolvimento. A eficácia deste discurso reside na realização de seu objetivo: a execução de projetos de grande envergadura, demonstrando na aparência uma uniformidade de interesses e neutralizando as resistências contrárias. Para tal, diversos expedientes foram utilizados: campanhas publicitárias, reuniões nas comunidades com promessas de preço justo na indenização da terra e das benfeitorias, ocultamento dos critérios de indenização e indenização de vilas rurais antes da área rural. (p.90).

Em relação à mudança da base técnica de produção, Schreiner (2002, p.97) enfatiza:

A ação modernizante levou a um processo de substituição das técnicas agrícolas tradicionais; à utilização de fertilizantes, inseticidas e herbicidas, à intensificação da concentração fundiária; ao aumento da produção e da produtividade; à expansão do crédito rural de forma seletiva a juros baixos, privilegiando os grandes produtores da Região Sul e Sudeste; à integração do capital financeiro com o capital das agroindústrias e do capital agrocomercial; à internacionalização da agricultura brasileira, com a exportação de produtos (soja, cacau, café e laranja), e redução na produção de alimentos para o mercado interno; e a territorialização da burguesia, através de grandes investimentos de grupos financeiros e industriais em terras, facilitados com os incentivos e isenções fiscais concedidos pelo Estado. Estas mudanças não se fizeram sem a alteração das relações de produção. Necessidades até então inexistentes se impuseram, desarticulando a lógica tradicional da produção camponesa.

Nesse contexto, no Estado paranaense, como também na região do extremo-oeste, houve aumento na aquisição de tratores, cada vez mais potentes, e colhedoras – sendo essas maquinarias mais viáveis em grandes propriedades – exigindo, de certa forma, adaptação nas unidades produtivas e, conseqüentemente, entre os próprios produtores rurais. “Assim, no Paraná, as unidades aumentaram em área e reduziu em número, expulsando os produtores com menor capacidade de capital. Ou seja, houve um movimento de concentração da posse da terra” (FLEISCHFRESSER, 1988 p.33).

Até a década de 1950, a estrutura agrária do Estado do Paraná era caracterizada por grandes propriedades, em geral concedidas pelo Estado à iniciativa privada, dedicando-se de maneira geral à exploração da erva-mate e da madeira. Após esse período, havendo um empreendimento das colonizadoras pelo Estado, houve um reflexo no aumento das propriedades com até 100 hectares: de 85,48%, em 1950, foi para 93,84%, em 1960, e 96,70%, em 1970 (SCHREINER, 2002, p.91).

Após a década de 1970, com um reordenamento do capital e tecnológico, houve um crescimento da concentração de terras.

Destaca Schreiner (2002, p.95):

Ao mesmo tempo em que os dados do censo agropecuário confirmam a redução drástica dos pequenos estabelecimentos agrícolas, o aumento da concentração de terra e a redução dos postos de trabalho no campo, também revelam que as formas de produção baseadas no trabalho familiar respondem pelo maior valor da produção agropecuária.

E ainda de acordo com análise feita pelo autor:

Segundo um estudo do próprio ministério do Desenvolvimento agrário a partir dos dados do IBGE, os agricultores familiares são mais eficientes do que a agricultura patronal em todas as regiões do país e investem mais na produção, apesar de receberem menos financiamentos do que as grandes propriedades. E, ainda, a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural e concentra o seu trabalho nos membros da família (p.95).

Esse indicativo de concentração de terras também pode ser confirmado no Oeste do Paraná, de acordo com Franz, que salienta que,

[...] segundo a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), as propriedades que mais decresceram foram as propriedades com menos de 10 hectares, de 50.267 (em 1975), para 35.509 (em 1980), sendo que houve o crescimento das grandes propriedades (100 a 1000 ha) de 1724 para 2205, aos latifúndios com áreas superiores de 100 hectares passaram de 71 para 89. (1997, p.2).

Principalmente após os anos 70, como os demais produtores agrícolas do país, os do Oeste paranaense foram atingidos pela modernização agrícola,

envolvendo diretamente a propriedade da terra e as relações de trabalho em seu contexto, afetando não apenas os proprietários, mas também outras categorias de trabalhadores da agricultura, tais como arrendatários, meeiros, parceiros e assalariados.

Essa introdução progressiva da mecanização implicou uma maior relação dos agricultores com o mercado, consistindo num maior grau de especialização na produção agrícola, especialmente na produção de soja e trigo, além da integração com agroindústrias, para a produção de aves e suínos (COLOGNESE; STOFFEL, 2007).

Mesmo com essa complexificação de modelos produtivos, as pequenas propriedades procuraram ter alternativas econômicas, com menores investimentos de capital, como a produção de milho, de leite, criação de peixes, cultivo da mandioca, entre outros produtos voltados mais para a subsistência das famílias (COLOGNESE; STOFFEL, 2007).

No Oeste paranaense, tanto a modernização agrícola, quanto a construção da Hidrelétrica de Itaipu colaborou na deterioração da condição de vida e de trabalho desses agricultores.

A construção da Itaipu afetou dezesseis municípios⁵, que, logo após a concretização do lago, em 1984, perderam 13,90% dos seus territórios. As consequências, nesses municípios, foram a redução da produção agrícola, já que as áreas alagadas eram consideradas como das mais férteis do mundo, a evasão populacional e seus reflexos no decréscimo da receita e diminuição da capacidade de investimento dos municípios afetados, a infraestrutura constituída e, além disso, ambientes naturais sobrepostos pelas águas (MAZZAROLLO, 2003).

Ainda em relação aos atingidos, o autor destaca a quantidade de pessoas que tiveram que abandonar seus lares e suas identidades, construídas numa região que elas ajudaram a formar.

Na área necessária para a imponente hidrelétrica viviam aproximadamente 8.000 famílias na margem brasileira e 4.000

⁵ Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Helena, Entre Rios do Oeste, Diamante do Oeste, São José Das Palmeiras, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Pato Bragado, Terra Roxa, Guaíra e Mundo Novo no Mato Grosso Do Sul.

famílias na margem paraguaia. Todas foram forçadas a deixar suas terras, casas e benfeitorias, e lançar-se na luta pela reestruturação de suas vidas, famílias e comunidades. Os que tinham propriedade foram indenizados, e entre estes houve os que conseguiram fazer bons negócios e também os que se arruinaram. Mas havia muitos que nada possuíam (posseiros, arrendatários, empregados e bóias-frias), e estes, salvo exceções, tiveram que abandonar a área de mãos vazias, lançados à própria sorte. (MAZZAROLLO, 2003, p.32).

E o governo militar e a Itaipu estavam preocupados com essas situações de desapropriações? Não, de tal maneira que, no primeiro orçamento para a construção da obra, não foram contabilizados os gastos referentes às indenizações. Salienta Mazzarollo (2003, p.41):

A aparente sensibilidade de ITAIPU para com esse lado do problema mais ainda se desfez na prática das indenizações. Desde o início os técnicos manipularam os desapropriados com os mesmos métodos com que manuseavam mapas, dólares e concreto armado. Portavam-se como se para *limpar* a área bastasse fazer um levantamento e uma avaliação unilateral, sem ouvir a parte interessada, baixar um decreto governamental dando a conta ao proprietário, e este, com santa humildade e brioso patriotismo, iria embora para outro lugar sem criar problemas.

Para o autor, o essencial para conduzir essa questão de desapropriação e indenização acabou não ocorrendo, de sorte que algumas medidas simples poderiam ter minimizado as críticas sobre a construção:

As autoridades deveriam discutir com a população afetada a forma mais conveniente de tratar algo tão sério. Talvez um plebiscito fosse conveniente para decidir sobre a execução de uma obra de magnitude de Itaipu. No entanto, seguindo a moda do regime militar, tudo foi decidido e imposto unilateralmente, de cima para baixo (p.41).

Como enfatiza Mazzarollo, a desapropriação de Itaipu coincidiu com uma intensa mobilidade populacional, no Brasil, principalmente com o êxodo rural, cuja dinâmica tinha como fatores determinantes a crescente concentração de terra ligada à especulação imobiliária, sobrepondo-se à função produtiva da terra, e a adoção da monocultura e exportação, juntando-se com empreendimentos megalomaniacos, como a Itaipu.

Nesse contexto, de uma trajetória de vida marcada pela migração e expropriação é que se organizaram, no Oeste do Paraná, pelo menos três mobilizações que tiveram repercussão nacional – a mobilização contra o pagamento das Notas Promissórias Rurais (NPRs), o Movimento Justiça e Terra (MJT) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste Paranaense (MASTRO) – (BRENNEISEN, 2004, p. 21-22).

A mobilização em torno das NPRs de acordo com Roos (2007, p. 31) foi.

À luta dos pequenos agricultores rurais que trabalhavam com a criação de suínos e que lutavam contra as Notas Promissórias Rurais (NPRs). Essa luta ocorreu porque o frigorífico FRIMESA de Medianeira entrou em processo de concordata, e os Bancos, embasados na Lei 167, de 14 de fevereiro de 1967, passaram a cobrar as notas promissórias do agricultor que vendia os suínos para o frigorífico. Diante disso, os agricultores de diversos municípios do Oeste paranaense passaram a se organizar, realizando reuniões e manifestações a fim de pressionar o poder público para desvincular os suinocultores do pagamento das NPRs. Através dessa luta, os agricultores conseguiram se liberar do pagamento das NPRs. A luta das notas promissórias rurais iniciou-se alguns meses antes da luta dos expropriados de Itaipu e ocorreu concomitantemente a esta, visto que vários expropriados também possuíam as notas promissórias.

Esta luta foi a gênese da organização dos trabalhadores rurais, nessa região, tendo suas ações paralelas, até o ano de 1979, com o Movimento Justiça e Terra, este, organizado no ano de 1979, num contexto de injustiça feita aos colonos que tinham terras inundadas a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Com isso, esses agricultores acamparam próximo ao centro executivo da Itaipu, durante 52 dias, culminando nas suas reivindicações básicas atendidas.

Mazzarollo entende que houve certa dificuldade em combater as injustiças sobre as desapropriações, em relação ao Movimento Justiça e Terra, já que os agricultores não tiveram uma unidade constituída entre os desapropriados e lesados pela construção da usina e, conseqüentemente, o alagamento das terras.

Quando o Movimento Justiça e Terra se deu conta do problema já era um pouco tarde. Grande número das pessoas forçadas a dar lugar à hidrelétrica de Itaipu não era proprietário de coisa alguma na área afetada, e os que se haviam mobilizados para defender seus direitos eram os que tinham bens, terra e

benfeitorias a serem indenizados, enquanto os não proprietários (posseiros, arrendatários, bóias-frias, empregados) ficavam à margem esquecidos, de mãos vazias, sem o que reivindicar, esperando o desterro (p. 146).

Outro problema, de acordo com o autor, foi o pouco tempo para fazer as reivindicações antes que toda a construção e constituição da usina de Itaipu fossem realizadas.

O movimento dos desapropriados não teve tempo e condições de atender à imensa gama de problemas que se apresentavam em ritmo descontrolado. Por outro lado, os que não eram proprietários julgavam que, por isso mesmo, não tinham direito de pleitear nenhum auxílio, ao sair dos locais em que trabalhavam e viviam, além de formar um contingente de pessoas menos esclarecidas, mais acanhadas e com menores condições de organização e mobilização.

Com o desdobramento desse Movimento, cria-se o MASTRO, talvez o mais conhecido da região, por sua relação com outros movimentos nacionais. Tal movimento, logo após sua formação, abarcou mais de 6000 pessoas do Oeste do Paraná que estavam em busca pela terra para trabalhar (MAZZAROLLO, 2003, p.146).

Os fatores que influenciaram no surgimento desse movimento foram as políticas agrárias e fundiárias negativas para a vida no campo. E, ainda, a monocultura, a mecanização desenfreada e excludente, a substituição da agricultura pela pecuária, a concentração das propriedades (MAZZAROLLO, 2003, p.147).

Para se fortalecer o MASTRO, além de arregimentar as pessoas sem-terra da zona rural, constatou-se que as periferias das cidades também estavam repletas de ex-agricultores, expulsos e excluídos da roça. Ressalta Mazzarolo (2003, p.147):

A verdade é que quase invariavelmente a trajetória desses agricultores apresentava um roteiro de sucessivos enganos sofridos ao longo da vida. Seja porque nasceram e cresceram na pobreza, ou porque sempre foram explorados no trabalho, ou porque possuíam alguma terra mas ingenuamente a venderam para tentar uma vida melhor na cidade, ou porque simplesmente foram expulsos da terra pela grilagem, pelo avanço do latifúndio e pela perversa política agrícola do governo, enfim, estava

formado um batalhão de trabalhadores que precisavam voltar as suas origens, voltar a terra. Mais que isso: voltar a condição de proprietários ou experimentar pela primeira vez o sabor de ser dono de um pedaço de chão e dele tirar seu próprio sustento.

Após o desdobramento do movimento social, o MASTRO se concretiza no município de Cascavel e na formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra). Em uma reunião, em 1984, inicia-se grande pressão para que o Estado realizasse desapropriação de terras para reforma agrária, perspectiva em que esses movimentos sociais lançam mão de uma estratégia mais eficaz: as ocupações de latifúndios devolutos e improdutivos. Como resultado deste processo, foram efetuados diversos assentamentos. No Estado do Paraná, foram instalados aproximadamente 250 assentamentos, 16 dos quais localizados no Oeste paranaense (BRENNEISEN, 2004, p. 21-22).

Para Fabrini (2001, p.79), a concretização desse movimento de luta pela terra teve uma grande importância e reflexo, no Estado do Paraná:

A consolidação do movimento permitiu a territorialização das lutas, realizando ações massivas com ocupações e acampamentos em latifúndios nas mais variadas regiões do Estado. A maior ocupação de terras no Brasil foi realizada no Paraná, em 1996. Mais de 3.000 famílias (12.000 pessoas) acamparam na fazenda Giacomet, com 83.000 ha, dos quais 17.000 ha foram desapropriados para o assentamento de 900 famílias, no município de Rio Bonito do Iguaçu (assentamento Ireno Alves).

As lutas pela terra no Oeste do Paraná, no decorrer de sua história, ocorreram a partir dos desdobramentos relativos à formação da região, de que é um bom exemplo a formação do município de São José das Palmeiras.

3.1 Formação espacial do município de São José das Palmeiras

Foi no período do governo Lupion (Governo do Estado do Paraná, 1947 / 1951 e 1956 / 1961) que cinco empresas imobiliárias atuaram no município de São José das Palmeiras: Codal, Jamaica, Coroados, Francisco Antonio Sciara, Bentheim.

A principal empresa foi a Bentheim, que revendia lotes entre 10 e 50 alqueires. Os primeiros imigrantes foram atraídos pela propaganda de solos férteis e propícios para a plantação de hortelã e café.

Após a segunda Guerra Mundial, o cultivo de café, no Paraná, teve uma ampliação, implantando-se novas lavouras devido a seu bom preço, de sorte que se abriram fronteiras na região Oeste do Estado. Essa nova fronteira trouxe trabalhadores de diversas regiões do Brasil, ficando essa migração conhecida como “frente cafeeira”. Com a constituição dos municípios, por esses imigrantes, tornou-se famosa a “parte morena do Oeste do Paraná”, por seus costumes, tradições e origens étnicas serem diferentes dos habitantes dos municípios que tiveram a migração e formação espacial dada por descendentes alemães, italianos, poloneses, entre outros provindos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (SCHNORR, 1993).

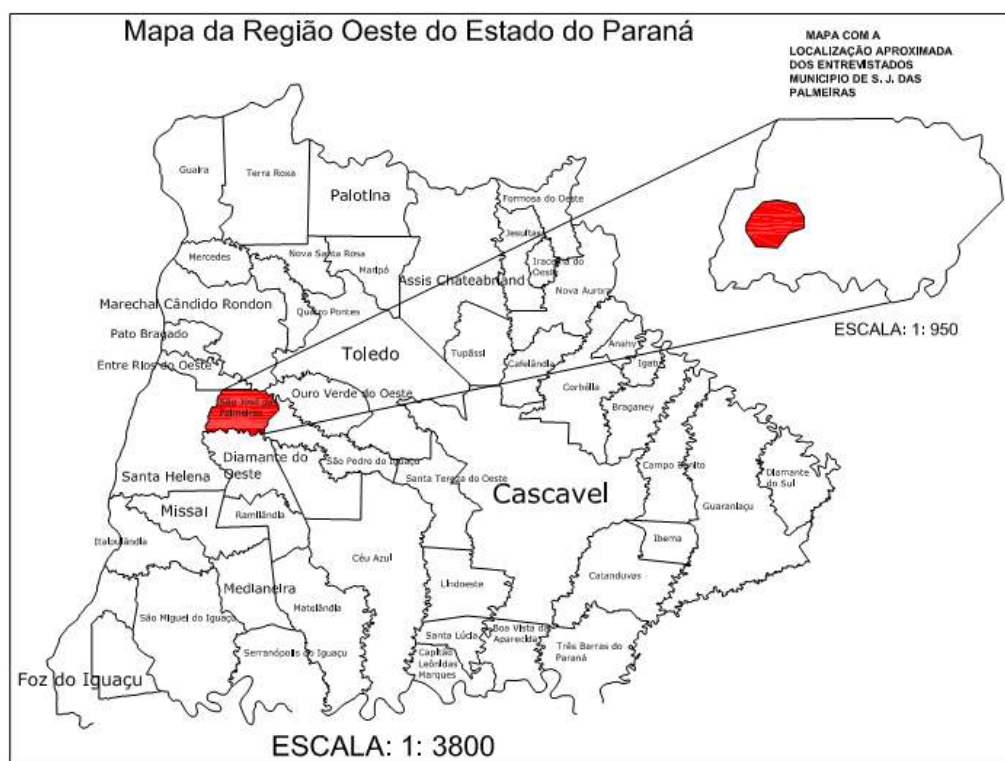


Figura 2. Mapa da região Oeste do município de São José das Palmeiras e a área correspondente a comunidade Serrinha. Márcio Alexandre Portz, 2009.

São José das Palmeiras (figura 2) teve sua formação no final da década de 1960, período em que tinha início a modernização da agricultura, com migrantes vindos do Norte do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e outros Estados do Nordeste brasileiro. Os produtos cultivados para comercializar eram hortelã, café, mamona e, posteriormente, o algodão (CARNIEL, 2003).

No início da colonização os imigrantes do município, tiveram muita dificuldade para se instalarem e desenvolverem. Após a precária instalação, há o desmatamento e a introdução de agricultura, sendo a década de 70, portanto, pautada pelo investimento agrícola. Com o tempo, as propriedades não suportavam as necessidades produtivas, precisava-se de muito investimento em insumos agrícolas, circunstância agravada pela incidência, no ano de 1975, de uma forte geada, a qual dizimou a cafeicultura em nível de Estado e, conseqüentemente, no município de São José das Palmeiras.

Depois da decadência da plantação de café, aconteceu à expansão da cotonicultura, atividade com que os migrantes tinham afinidade e que potencializava uma alta produtividade, suportando a mão-de-obra dos trabalhadores locais. Nesse contexto, havia uma preocupação das empresas regionais em que o distrito de São José produzisse cada vez mais, acelerando a modernização do município e transformando sua agricultura em um investimento agro-industrial (LEMES, 1994).

Através de dois relatos, são observadas as condições em que se encontrava o distrito de São José, no início de sua formação.

O primeiro é da Família Gonçalves Bezerra, oriunda de Janiópolis, Centro-Oeste do Paraná:

Vim para cá através de um corretor que ficou sabendo da existência de São José, vim com o objetivo de comprar lotes de terras e colocar um armazém do qual foi à primeira casa de comercio de São José. Em princípio, havia muitos animais de todas as espécies, mas foram desaparecendo com a devastação, queimadas. O clima daquela época era diferente, chovia e ventava mais que hoje, por isso, os lucros eram grandes, pois havia plantações de arroz, feijão e de alguns anos para cá, esses produtos tiveram que ser substituídos. O hortelã, que foi umas das primeiras plantações, era cultivado no interior do município. O que mais atraiu a chegada da população foi o interesse na produção de café, pois a terra era muito boa e produtiva. A época

de 68 e 70 foi o momento de maior concentração de pessoas pelo fato de existir varias serrarias. As dificuldades encontradas eram as estradas, que não tinha jeito, era fazer picadas na mata. (entrevista concedida em novembro de 1990, SCHNORR, 1993).

Outro imigrante, vindo do Estado do Mato Grosso, em junho de 1969, alude aos conflitos pela posse da terra:

Foi um ano terrível, matavam gente e jogavam dentro do rio São Francisco. Devido este fator, o rio leva o nome de Corvo Branco até hoje. Mas isso era só onde haviam posses e terras griladas. A pobreza era intensa, a falta de recursos levava o povo a unir-se. Com estas uniões eram abertas as estradas com esforço braçal, de 30 a 40 homens trabalhando para abrir estradas. (SCHNORR, 1993).

Como se percebe por esses relatos, as condições desse distrito eram bem precárias, no princípio de sua formação, devido à falta de estruturas básicas, como estradas, postos de saúde etc. Observa-se a entrada de uma nova ordem global de mercado, estabelecida em nível mundial e nacional, que foi influenciando no processo de desenvolvimento desse lugar, fixando novas diretrizes aos habitantes, conforme citado na entrevista: “[...] havia plantações de arroz, feijão e de alguns anos para cá, esses produtos tiveram que ser substituídos”. Isso quer dizer que, no momento da entrevista, estava-se retratando a evolução desse processo, nas últimas décadas, sendo necessário que os camponeses abandonassem ou substituíssem os seus produtos, que eram vendidos ao comércio local. Dessa maneira, por causa do que foi enfatizado anteriormente, sobre o processo de modernização, este interage com o mercado e com os valores dos produtos. Portanto, essa questão não é apenas uma lógica local, mas global, de mercado, sendo o seu reflexo a reprodução de capital.

Mesmo com a evolução do processo produtivo dos camponeses, este não deixou que os mesmos se desvinculassem da condição essencial e manutenção de algumas alternativas tradicionais, em relação ao manejo e conservação de suas propriedades. Pode-se dizer que houve uma redução de algumas alternativas, mas permanecem várias delas, como a preocupação ambiental, a produção diversificada para o autoconsumo da família, que são próprias da “classe” camponesa, as quais

não são destruídas por um processo econômico, como foi observado em algumas propriedades do município de São José das Palmeiras.

O segundo relato diz respeito ao que Carniel (2003) enfatiza: nos primórdios de sua formação, o município de São José das Palmeiras foi palco de vários conflitos de terra, testemunhando nesse contexto várias situações, como a grilagem, a posse ilegal, as invasões, as intimidações e muita violência.

A situação de conflitos pela posse da terra, detectada em certas localidades que hoje pertencem ao município de São José das Palmeiras, não foi uma exceção, mas fez parte do contexto brasileiro, que continua com sérios problemas na questão agrária, em que uma restrita parte dos brasileiros tem acesso à terra (CARNIEL, 2003, p.190).

Em relação a isso, podemos verificar o que foi relatado sobre o processo histórico do Oeste paranaense, sobre a criação dos movimentos sociais. A questão que pode ser colocada é: qual era a preocupação dos mesmos? O objetivo deles não era apenas conseguir terras para seus membros, mas também se rebelar contra esse tipo de processo que aconteceu em São José, ou seja, evitar a grilagem de terras e defender as pessoas detentoras das propriedades.

Nos anos de 1980, o então distrito São José tinha se tornado um local de concentração de pessoas, atraídas por causa da venda de terras e do trabalho agrícola; a primeira causa, implementada pelas colonizadoras da Região Sul do país, e a segunda, devido à intensificação do trabalho para extração de madeira e produção de hortelã.

Aos poucos, a população e o poder político do distrito de São José iniciaram um movimento de emancipação do município-mãe Santa Helena (SCHNORR, 1993).

No dia dezesseis de abril de 1986, pela Lei 198/85, de dezenove de maio de 1985, o distrito de São José consegue sua emancipação político-administrativa, alterando seu nome para São José das Palmeiras (Figura 2).

Depois da consolidação político-administrativa de São José das Palmeiras houve no espaço agrário do município uma grande diminuição, no número de propriedades, através da informação da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), dos anos de 1985, 1992, e ainda em

dados de 2008 da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras (cadastro do ITR) – (Tabela 1).

Tabela 1. Estrutura fundiária do município de São José das Palmeiras, demonstrando o número de estabelecimentos e áreas (ha) no período de 1985, 1992 e 2008.

CLASSES (ha)	1985		1992		2008	
	Número de Estabelecimentos	Área (ha)	Número de Estabelecimentos	Área (ha)	Número de Estabelecimentos	Área (ha)
<10	235	1.699,60	141	1.015,20	192	1.186,54
10 a 20	475	8.616,60	305	5.597,20	146	1.951,50
20 a 50	96	3.494,10	73	2.657,20	73	2.117,09
50 a 100	15	973,60	11	714,30	21	1.450,70
100 a 200	6	816,40	16	2.176,90	20	2.916,05
200 a 500	3	736,20	7	1.717,80	6	1.557,36
>500	4	3.241,50	7	5.690,90	3	7.636,26

Fonte: Adaptado de SCHNORR (1993), com dados da EMATER, para os anos de 1985 e 1992 e Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras para o ano de 2008.

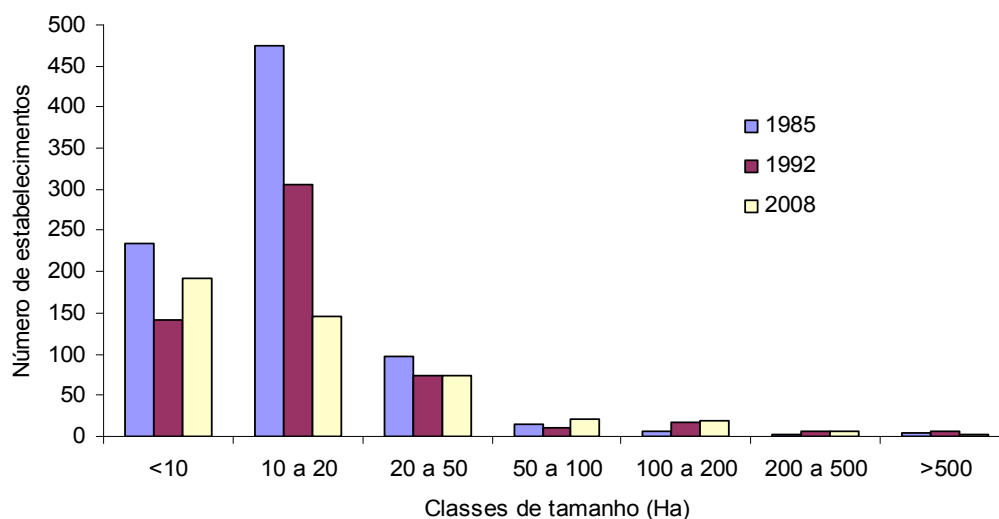


Figura 3. Concentração fundiária no município de São José das Palmeiras. 1985, 1992 e 2008.

Fonte: Adaptado de SCHNORR (1993), com dados da EMATER, para os anos de 1985 e 1992 e Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras para o ano de 2008.

Fazendo a análise da tabela 1 e da figura 3, podemos perceber que, em todas as classes de áreas, desde as menores propriedades – tem áreas com menos de 10 ha – até as com mais de 500 ha, há uma mudança na estrutura fundiária. Nessa perspectiva, é possível examinar a concentração ou desconcentração da ocupação de lotes rurais, no município de São José das Palmeiras. Assim, pode-se verificar que a classe com menos de 10 ha tem, nos três anos analisados, uma queda no ano de 1992 e uma alta no ano de 2008; relacionando-a com outras classes, pode-se constatar que essa situação de queda e alta do número de propriedades pode ser notada principalmente no período de 1992 até 2008, devido à queda gradual das propriedades de 10 a 20 ha e o aumento de propriedades com 50 ha a 200 ha.

Já a queda das propriedades maiores de 200 ha pode ter sido provocada por fatos isolados, como a divisão por herança e a repartição dessas terras, pela preocupação dos latifundiários com os movimentos sociais, já que todas essas áreas não fazem o uso apropriado da propriedade, como limite mínimo de produção.

De qualquer forma, é possível constatar o aumento da concentração fundiária, principalmente na classe de estabelecimentos com mais de 500 hectares, pela qual, em 1985, 0,5% dos maiores estabelecimentos detinham 16,6% da área total, enquanto, em 2008, 0,7% dos maiores estabelecimentos detinham 40,6%, ou seja, quase a metade da área agropecuária do município é ocupada por apenas 3 estabelecimentos.

Em relação ao decréscimo demográfico (Tabela 2 e Figura 4) observado desde 1985, podemos inferir que está em grande parte relacionado à diminuição da população rural, resultado da crise agrícola para os pequenos produtores, sobretudo pelo abandono da cultura de hortelã, como informa o agricultor entrevistado Agenor Francisco Medeiros, morador há 30 anos do município de São José das Palmeiras: “[...] no tempo da hortelã tinha mais que 400 moradores nesta comunidade”, referindo-se a Serrinha houve um esvaziamento, que apresenta atualmente apenas 10 moradores.

Tabela 2. Número da população do município de São José das Palmeiras/PR no período de 1985, 1991, 1996, 2000 e 2007.

	Número de habitantes				
	1985	1991	1996	2000	2007
Zona rural	9.980	3.244	2.384	1.843	1.589
Zona urbana	3.280	2.356	2.068	2.259	2.284
TOTAL	13.260	5.600	4.452	4.102	3.873

Fonte: IPARDES para 1985 - estimativa, Censo Demográfico do IBGE (1991 e 2000) e Contagem da População (1996 e 2007).

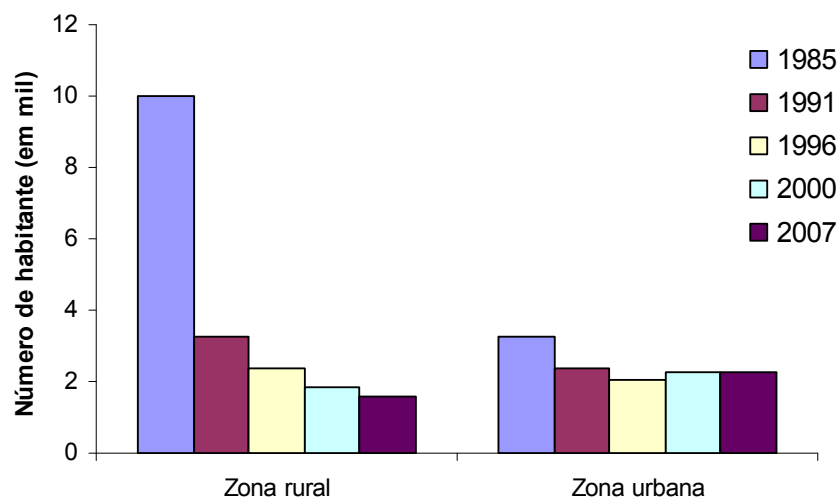


Figura 4. Oscilação populacional no município de São José das Palmeiras nas zonas rural e urbana nos anos de 1985, 1991, 1996, 2000 e 2007.

No que concerne à necessidade da mão-de-obra da produção de hortelã, Backes (2009) destaca:

Com o desencadeamento das lavouras hortelaneiras ocorreu que se pontuou um processo intenso de migração para a região. As lavouras de hortelã exigiam intensivo contingente de força de trabalho e com a frente de trabalho aberta, a partir do ciclo da hortelã, muitos trabalhadores buscam neste espaço vender a sua força de trabalho. No entanto, esses trabalhadores não são aqueles “escolhidos” pela Colonizadora no Sul do país, mas eles vêm de outras regiões, como

Minas Gerais e Bahia, e passam a fazer parte do espaço agrícola da região. As lavouras de hortelã, neste sentido desencadearam um processo significativo de transformações socioculturais na região, pois ocupou não somente as famílias sulistas, mas os demais trabalhadores vindos de outras regiões principalmente os estigmatizados nortistas (p. 02).

Por outro lado, esse processo pode-se dar devido à modernização agrícola, a qual atrapalhou a permanência dos camponeses das propriedades menores, por falta de recursos financeiros a fim de acompanhar a lógica do “pacote da Revolução Verde”, dificultado ainda mais pela grande quantidade de áreas com topografia acentuada, no município (CARNIEL, 2003). Outro motivo são as melhores condições econômicas dos municípios vizinhos e algumas regiões brasileiras e paraguaias que disponibilizam mais empregos e melhores terras para agricultura. O município de São José das Palmeiras quanto ao desenvolvimento econômico, é muito precário, tendo um PIB *per capita* de R\$ 8.275,00, que é considerado baixo para a região Oeste, sendo que a maioria de seus municípios tem o PIB *per capita* acima de R\$ 10.000,00 (IPARDES, 2006).

Nesse caso, a agricultura de São José das Palmeiras representa a maior parte do PIB, como se poderá constatar pelos dados recolhidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De acordo com o IBGE (2006) o município de São José das Palmeiras apresenta 461 propriedades agrícolas, a maioria das propriedades (84% das propriedades) possui pastagens naturais, representando 69% do uso do solo (Tabela 3). A maior parte dessas propriedades está ligada à criação de bovinos de corte (Figura 5) e de leite, com produção correspondente a 24.885 cabeças e 3.657 mil litros anuais.

As criações de caprinos são bem inferiores às outras, nesse município, apresentando 758 animais, em 26 propriedades (Tabela 4).



Figura 5. Criação de gado de corte no município de São José das Palmeiras/PR.
Foto: Márcio Alexandre Portz, Maio de 2009.

Tabela 3. Uso do solo dos estabelecimentos rurais do município de São José das Palmeiras/PR.

Descrição do uso	Número de estabelecimentos	Área total dos estabelecimentos com o uso em (ha)
Lavouras Permanentes	55	212
Lavouras Temporárias	364	3377
Pastagens Naturais	397	12819
Matas e Florestas	370	2022

Fonte: Adaptado de IPARDES (IBGE) Censo Agropecuário 2006.

Tabela 4. Atividades pecuárias dos estabelecimentos rurais do município de São José das Palmeiras/PR.

Descrição do uso	Número de estabelecimentos	Quantidade de animais ou produção das criações
Bovinos de corte	357	24.885
Bovinos de leite	181	3,7 mi litros
Caprinos	12	140
Ovinos	16	618
Suínos	201	9059
Aves	302	99.578
Ovos de galinha	102	15.000 dúzias

Fonte: Adaptado de IPARDES (IBGE) Censo Agropecuário 2006.

De acordo com o IPARDES (2006), em São José das Palmeiras a produção de soja – principal a lavoura temporária – atingiu a produção de 4.160 toneladas, em 2005, ocupando uma área de 2.600 hectares, uma média de 1.6 toneladas por hectare.

A soja foi introduzida no cenário agrícola de São José das Palmeiras, na mesma época de expansão do pacote tecnológico da “Revolução Verde”, no Brasil, que, como já enfatizamos, estabelece um novo paradigma na produção agropecuária, preocupada não só em suprir necessidades de subsistência ou de comercialização regional, mas também voltada para a exportação, com a produção de *commodities* para equilibrar o balanço de pagamentos do país, incentivando a industrialização e os investimentos estrangeiros.

Especificamente no que se refere ao milho, houve uma produção total de 1.485 toneladas, no ano de 2005, ocupando uma área de 450 hectares, tendo um rendimento médio de 3.3 toneladas por hectare. O milho, como a soja, é comercializado *in natura*, porém não é exclusivamente destinado à exportação, já que é bastante utilizado para a criação de animais. Não que a soja não seja introduzida também no alimento animal, mas, devido ao valor da saca de soja ser

superior e sua produção por área ser menor que a do milho, esse produto é menos usado para agregar valor em produção animal. O milho, por conseguinte, continua a ser um importante produto de subsistência para os camponeses e de comercialização regional, aproveitado em maior escala nas criações de bovinos, aves e suínos, entre outros animais.

Outra produção significativa, em São José das Palmeiras, é o cultivo da mandioca, que atingiu 15.400 toneladas, empregada principalmente para a produção de autoconsumo, farinha e fécula e, em menor quantidade, como complemento nutricional dos animais.

Com a produção agrícola de 24.402 mil toneladas, somada ao efetivo de pecuária e aves, para o ano de 2005, o município de São José das Palmeiras proporcionou uma renda bruta na atividade agropecuária, de acordo com IBGE (2006), de R\$ 11.371.273, ou 71% do PIB do município naquele ano, demonstrando a importância econômica da atividade.

Em relação à vegetação nativa (Tabela 3), é representada por 2022 ha, aproximadamente 11% do uso do solo do município, deixando evidente que o uso em relação às matas e florestas não está adequado à legislação ambiental (Lei n.º 4.7714/65, art. 1º, § 2º, III, com redação determinada pela Medida Provisória 2.166-67/2001), que determina 20% da área total ocupada com vegetação nativa.

Com efeito, o uso do solo e os tipos de produções agropecuárias são condicionantes para compreendermos a maior ou menor degradação ambiental. É observado que a maior parte das áreas é utilizada por culturas temporárias (soja, trigo, milho etc.) e pastagens naturais.

Entre esses dois tipos de uso, há duas diferenças básicas: de um lado, as lavouras temporárias apresentam áreas menores, com mais intensificação da produção e maior produtividade – e, conseqüentemente, mais problemas ambientais, relacionada a utilização de agrotóxicos, contaminação dos mananciais de água, compactação do solo e desmatamento.

Já as áreas de pastagens cobrem superfícies maiores, com maior concentração fundiária, menores produtividades, sendo empregadas principalmente para a criação de gado de corte; conforme observado no município de São José das

Palmeiras, apresentam menores índices de degradação ambiental, devido a pouca utilização e modificação do solo.

Dentre essas duas explicações, é possível constatar que o desenvolvimento das atividades produtivas exerce uma ação nos usos do solo, agravando os problemas ambientais. Entretanto, a importância da terra vai além da condição ambiental, tem compromissos com o abastecimento de alimentos para a sociedade e a manutenção das comunidades rurais. Portanto, as áreas de pastagens aumentam as concentrações agrárias e reduzem a produção de alimentos, que são vitais para a soberania de um município, Estado ou país.

Na sequência, serão abordados alguns aspectos da produção, organização social e ambiental, de um estrato de sete propriedades rurais do município de São José das Palmeiras.

CAPÍTULO 4

CONDIÇÃO CAMPONESA E ESTRATEGIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE DA SERRINHA

Neste capítulo, serão tratadas algumas questões produtivas, organizativas das famílias camponesas da comunidade Serrinha, no interior do município de São José das Palmeiras, baseadas em pesquisas empíricas e algumas fontes teóricas.

Para melhor compreender e analisar os elementos socioeconômicos e ambientais dos entrevistados da comunidade da serrinha tem-se a necessidade de apresentar uma tabela com os dados recolhidos das propriedades através de questionário (anexo 1) e também de tabelas (tabela 6 e 7) e mapa (figura 6), mostrando a distribuição e o uso do solo das áreas.

Tabela 5. Uso da terra das propriedades da Serrinha (ha).

USO/NOME	1. Antonio Gonçalves da Cruz	2. José Luiz Nascimento	3. Agenor Francisco Medeiros	4. Vidal Miranda	5. Luiz Daniel	6. Sergio Fernandez	7. Araci Schneider
LAVOURA	3,0766	3,81	4,4674	0,9197	0	2,6917	5,1712
PASTAGEM	8,3944	2,1835	16,1106	9,9948	0	1,5665	0,876
RESERVA LEGAL	1,3103	5,6405	1,0703	2,8529	0	2,49	0
MATA CILIAR	0	0	0	0,6264	0	0,3709	1,1031
SEDE	0,5287	0,466	0,1317	0,1262	0,1014	0,1409	0,1097
EUCALIPTO	0	0	0	0	13,0986	0	0
TOTAL	13,31	12,1	21,78	14,52	13,2	7,26	7,26

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Tabela 6. Porcentagem do uso do solo nas propriedades.

USO/NOME	1. Antonio Gonçalves da Cruz	2. José Luiz Nascimento	3. Agenor Francisco Medeiros	4. Vidal Miranda	5. Luiz Daniel	6. Sergio Fernandez	7. Araci Schneider
LAVOURA	23%	31%	20%	6%	0%	37%	71%
PASTAGEM	63%	18%	74%	69%	0%	22%	12%
RESERVA LEGAL	10%	47%	5%	20%	0%	34%	0%
MATA CILIAR	0%	0%	0%	4%	0%	5%	15%
SEDE	4%	4%	1%	1%	1%	2%	2%
EUCALIPTO	0%	0%	0%	0%	99%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Nas tabelas 5 e 6 são apresentados o uso do solo das propriedades pesquisadas, desta maneira esta distribuição e quantidade de cada área se constitui como um elemento a mais na preservação ambiental das propriedades. Observando a tabela de porcentagem, apenas uma das propriedades apresenta área de lavoura com mais de 50% da área da propriedade, importante característica para verificar o pouco uso do solo para produção das áreas. Outro fator importante para preservação da maioria das propriedades é a quantidade de reserva legal relacionada à pastagem (que é pouco utilizada pela quantidade pequena de animais), nesta relação pode se observar que três propriedades possuem mais de 20 % da área de reserva legal (2, 4, 6) e duas propriedades que possuem pouca reserva (1 e 3), mas apresentam uma porcentagem de mais de 60% de pastagem. Em relação as duas propriedades que apresentam uma pequena área de preservação (5 e 7), observa-se que a propriedade de Araci têm a presença de 15% de preservação permanente possuído apenas 7, 26 ha, já Luiz Daniel não apresenta nenhuma vegetação nativa e possui o dobro da área da propriedade de Araci, o que se torna mais grave o problema da preservação ambiental.

Fazendo uma análise visual da figura 6, pode-se perceber que todas as propriedades, apresentam uma sede que é o espaço em torno da moradia; todas apresentam um tipo de cultivo agrícola, seja cultura permanente ou temporária; 6 propriedades apresentam Reserva Legal com mata nativa; 5 propriedades tem a presença de um rio, destas 5, apenas 4, possuem alguma faixa de mata na margem do rio.

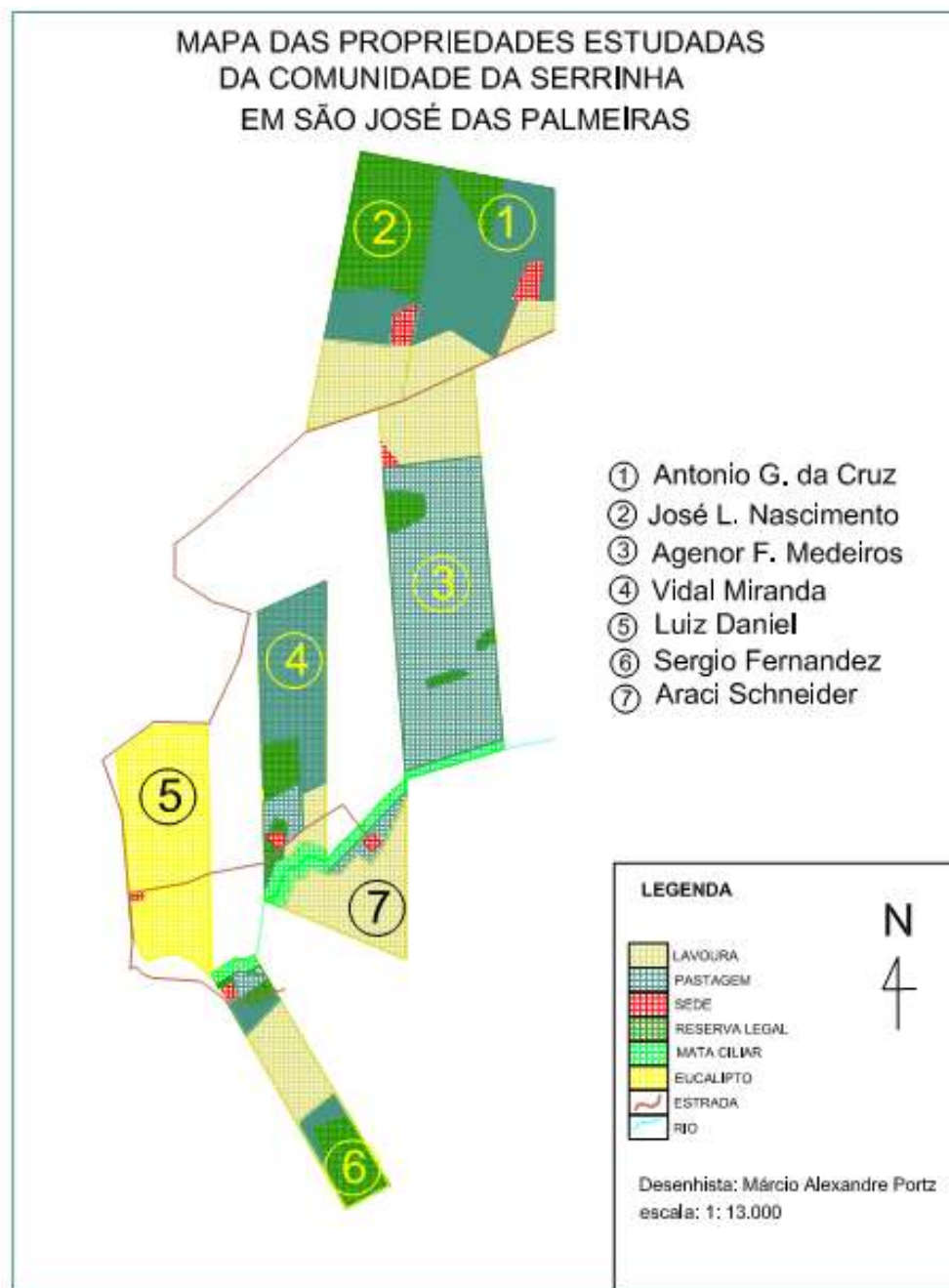


Figura 6. Distribuição espacial das propriedades estudadas da comunidade da Serrinha. Márcio Alexandre Portz, 2010.

Depois de analisar de uma forma geral as propriedades estudadas, serão avaliadas individualmente as características das mesmas através da tabela 7, com o objetivo de avançar no estudo da preservação ambiental baseando-se em um trabalho local.

Tabela 7. Resultados gerais das entrevistas das propriedades estudadas do município de São José das Palmeiras/PR. Márcio Alexandre Portz, 2009.

Agricultor	1. Antonio Gonçalves da Cruz	2. José Luiz Nascimento	3. Agenor Francisco Medeiros	4. Vidal Miranda	5. Luiz Daniel	6. Sergio Fernandez	7. Araci Schneider
Número de pessoas	3	3	3	2	1	3	3
Área da propriedade (ha)	13,31	12,10	21,78	14,52	13,20	7,26	7,26
Balanço área/pessoa	4,43	4,03	7,26	7,26	13,2	2,42	2,42
Anos que vive na propriedade	8 meses	36	30	4	3	35	37
Culturas agrícolas	soja, milho, mandioca, horta	soja, milho, horta	soja, milho, horta	milho, feijão, mandioca, horta	eucalipto, horta.	feijão, milho, mandioca, batata, amendoim, horta	Mandioca, milho, horta
Renda	1,5 salário mínimo	3 salários mínimos	4 salários mínimos	2 salários mínimos	2 salários mínimos	2 salários mínimos	3 salários mínimos
Possuem maquinários	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Passivos ambientais	Não observado	Não observado	Não observado	Erosão laminar	Falta mata nativa	Não observado	Falta de Reserva legal
Bovinos	17	17	0	15	0	15	4

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

4.1 Trabalho familiar

No que tange ao trabalho nas propriedades, todas as unidades são essencialmente familiares. A família é uma condição de laços entre as pessoas residentes no mesmo domicílio, as quais, por sua vez, dependem da mesma unidade produtiva. Na maioria das vezes, os integrantes da família seguem o

conceito biológico, baseado na relação matrimonial de duas pessoas que vivem com seus descendentes (CHAYANOV, 1975). Na verdade, 85% das unidades têm laços matrimoniais como uma das características, portanto, apenas um dos proprietários não é casado. Porém, o objetivo desse proprietário, em morar nessa área, está voltado para o cuidado com a cultura de eucalipto, sendo que parte da sua renda monetária anual é proveniente de outra área agrícola.

As seis propriedades com laços matrimoniais apenas se restringem às áreas onde residem seus membros. Existe uma divisão do trabalho entre os integrantes da família, conforme foi observado na pesquisa a campo: os homens fazem os serviços referentes ao plantio agrícola, as mulheres ajudam algumas vezes os homens, em serviços mais leves, no plantio, já que a responsabilidade dos serviços da moradia e da produção de leite e, principalmente, da confecção de queijos fica por conta delas.

Para Chayanov (1975), a organização econômica da família segue uma fórmula básica, baseada no equilíbrio do trabalho e do consumo. Nesse sentido, examinando as unidades familiares, na Tabela 5, que têm mais de uma pessoa, percebe-se que todas exibem uma produção agrícola, em sua propriedade, podendo-se observar, igualmente, um novo balanço entre números de pessoas e área da propriedade.

Na produção camponesa, o objetivo final da propriedade não é de acumulação de capital, porém de satisfação das necessidades da família, como afirma Chayanov, de sorte que o balanço entre o número de pessoas de uma família e a área da propriedade terá um tamanho limite. Nessa lógica, quanto maior a área *per capita* (tabela 5), maior será a preservação ambiental dessa propriedade, respeitando-se o limite básico das necessidades familiares; num exemplo em que as necessidades de uma família camponesa, com cinco integrantes, sejam abarcadas em uma área de 10 alqueires, e essa família não tenha apenas 10 alqueires, mas 12, então serão dois alqueires ociosos, os quais podem servir de reserva florestal.

Além da área e do trabalho o uso das tecnologias interfere na relação do camponês com a terra, pode ser interpretada da seguinte maneira: quanto mais tecnologia na produção agrícola, maior a produtividade da área, podendo ser menor o tamanho da área condizente às necessidades da família camponesa.

4.2 Anos que vivem na propriedade

O histórico da permanência das famílias camponesas é a base da organização interna de uma propriedade, uma vez que quanto maior costuma ser o tempo, na área, mais visíveis são suas práticas camponesas

Assim, das sete famílias entrevistadas (Tabela 8), quatro vivem na propriedade há mais de 25 anos. Esse indicativo significa uma resistência desses camponeses em permanecer em suas áreas, continuar o processo de produção, buscando suprir as necessidades da família e, ao mesmo tempo, cuidar da área de terra, para que ela permaneça mais equilibrada em relação aos elementos naturais e, conseqüentemente, continue a ser produtiva.

As práticas ambientais serão visíveis numa organização camponesa, a cada ano que passa, já que ela, na sua lógica de trabalho, permitir um aperfeiçoamento da relação da natureza com as práticas agrícolas, buscando sempre uma sustentação dos recursos naturais, que é vital para a sobrevivência da propriedade e da família camponesa.

4.3 Renda dos agricultores

Com respeito à renda das famílias camponesas (Tabela 8), pode-se verificar que não ultrapassa os quatro salários-mínimos, condição que se deve à pequena quantidade de pessoas na família e, em decorrência, observa-se uma pequena diversidade de atividades agrícolas, nessas áreas. Conforme Chayanov (1975) há uma estreita relação entre tamanho da família e as atividades econômicas, de sorte que o tamanho da família determina o número de atividades econômicas.

4.4 Culturas agrícolas

As culturas agrícolas encontradas na pesquisa de campo (Tabela 8) são: soja, milho, batata, mandioca, amendoim, hortaliças e eucalipto:

Eucalipto – há apenas uma propriedade com a plantação de eucalipto, tipo de plantio que está inserido no setor econômico da silvicultura e representa, no país, uma parcela importante da economia, cerca de 2,6 % do PIB brasileiro (VITAL, 2007).

O setor florestal brasileiro contribui enormemente para a economia nacional, pois gera produtos para consumo interno ou para exportação, impostos e empregos para a população. No Brasil, a cultura do eucalipto teve início nos primeiros anos do século XX, sendo inicialmente utilizada como quebra-ventos, para fins ornamentais e na extração de óleo vegetal. No fim da década de 1930, o eucalipto já era plantado em escala comercial. “Com a crescente monocultura do eucalipto, inevitavelmente, surgiram as críticas e discussões acerca de seus efeitos (benéficos e deletérios) sobre a água, o ar, o solo, a biodiversidade, ou seja, o meio ambiente” (VITAL, 2007).

Como as demais monoculturas (soja, trigo, milho, café, laranja etc.), implantadas entre nós, o eucalipto traz com ele uma homogeneidade e, com isso, além de reduzir a biodiversidade natural do meio, intensifica a concentração de terras, diminuindo a quantidade de mão-de-obra agrícola e modificando o modo de vida camponês. O exemplo do entrevistado Luis Daniel identifica as condições destacadas, na comunidade da Serrinha, onde apenas uma pessoa cuida de toda a área plantada. Além disso, foi observado que a plantação de eucalipto ocupa a área de mata ciliar, o que é muito prejudicial, porque, se “as florestas forem plantadas perto das bacias hidrográficas, os eucaliptos passam a consumir mais água, crescem mais rapidamente e podem gerar impactos sobre os lençóis freáticos tanto localmente como a jusante” (VITAL, 2007).

Soja – são três entrevistados que têm como uma das principais fontes de renda de sua propriedade a produção de soja, *commodity*, que, como visto anteriormente, é uma cultura agrícola que serve principalmente para comercialização, já que sua transformação, em uma produção camponesa, não é otimizada, diferentemente da produção do milho.

Milho – apenas uma propriedade não tem a produção de milho, o restante dos entrevistados são unânimes em produzir e se dizem satisfeitos pelos resultados dessa cultura anual, nas propriedades. Isso ocorre porque o milho exerce uma satisfação tanto de autoconsumo como para a comercialização do excedente agrícola, como tem constatado Lima (2006), em uma pesquisa em assentamento com base camponesa.

A produção de milho desempenha um papel fundamental na pequena propriedade em geral, pois por pior que seja a sua produção, ainda torna-se viável, servindo assim para o trato dos animais. A respeito dessa produção foi constatado no assentamento que nos lotes que plantam áreas maiores e os que colhem uma quantidade acima de 60 sacas no total, comercializam 50% dessa produção na cidade ou com vizinhos que não atingem a produção necessária para consumo. Os outros 50% é retido para o consumo e empregada no uso doméstico, isto é, no consumo alimentar (milho cozido, frito, bolo, pamonha, etc.), na alimentação de animais (aves, suínos e gado), ou separadas para sementes a ser utilizadas no ano seguinte. O consumo médio desse produto nos lotes é de aproximadamente 60 sacas por hectare e são realizadas, geralmente, duas safras anuais desse produto. (p. 25).

Feijão – essa cultura agrícola é pouco praticada pelos entrevistados, restringindo-se a duas propriedades, onde é utilizada essencialmente para autoconsumo, já que não há excedente desse produto.

Mandioca – a cultura da mandioca está inserida em quatro propriedades pesquisadas, sendo usada para consumo próprio dessas famílias. De acordo com Martinazzo (2007, p.5), a mandioca possui tolerância a solos pobres e adaptação às diferentes condições ecológicas. Devido ao baixo custo de produção, possibilita o cultivo por pequenos produtores, sendo considerada uma cultura ao mesmo tempo de subsistência e comercial. As raízes para consumo podem ser empregadas a partir do sexto mês de cultivo, dependendo da precocidade da variedade. Segundo Abramovay (1992), a mandioca é uma importante fonte alimentar e de renda (através do excedente da produção) para camponeses, cuja agricultura está voltada para a manutenção familiar.

Batata e amendoim – são encontrados em apenas uma propriedade e se destinam a complementar a alimentação da família produtora.

Horta – é uma prática fundamental para a resistência camponesa sendo que todos entrevistados tem uma área destinada a esta prática, podendo produzir, além de legumes e verduras, ervas medicinais e condimentos para as famílias. Na horta há uma grande variedade de produtos, com baixo custo, pois a adubação do solo pode ser feita com a ciclagem de nutrientes provenientes da propriedade, como esterco animal e restos vegetais.

4.5 Produção pecuária

O gado bovino é a única criação de animais dos entrevistados na qual pode haver uma degradação ambiental significativa, já que eles são criados no sistema extensivo. Assim, são agentes compactadores e erosivos, por causa do pisoteio que fazem, processo mais intenso conforme aumenta a densidade de animais, por área.

São cinco propriedades com criação de bovinos (Tabela 8), porém, em somente uma propriedade (Sergio Fernandez), há uma relação de 15 animais para apenas 7,26 ha da área total da propriedade, mas ainda se deve analisar que apenas uma terça parte dessa área serve para pastoreio sendo 1,5665 hectares (ver tabela 6 e 7), pois o restante produz milho e cana-de-açúcar para tratar o gado. Por isso, a preservação ambiental não deriva só das práticas ecológicas dos camponeses, mas de um modelo de reforma agrária que lhes possibilite, com áreas pequenas, ampliar sua área para conseguir suprir suas necessidades, sem danificar o meio ambiente.

4.6 Maquinários agrícolas

Foi verificado que apenas um dos entrevistados possui maquinário agrícola (trator), ao passo que o restante apenas tem ferramentas manuais de trabalho (tabela 8). No município de São José das Palmeiras, há 62 estabelecimentos com trator, os quais somam 91 tratores. Assim, em relação aos

estabelecimentos com esse tipo de maquinário, as propriedades focalizadas representam, no município, cerca de 13,5%.

Pode-se perceber, através dessa percentagem, que o grau de mecanização do município de São José das Palmeiras é baixo, sendo que, para cada trator, haverá aproximadamente cinco propriedades sem esse tipo de maquinário. Pelo contexto desse município, são possíveis duas explicações para essa questão: primeiramente, porque a maior quantidade de lotes rurais tem áreas pequenas, menores de 20 hectares (Tabela 8), e, nesse caso, não fica vantajoso para os agricultores obter um bem de tal valor; a segunda explicação é haver um grande número de áreas que não se especializaram na produção de grãos, não tendo a necessidade, para a produção, desse implemento agrícola, como a criação de suínos, bovinos e aves, em acréscimo, muitas das propriedades que não têm o maquinário pagam para terceiros, quando precisam de algum serviço.

Os maquinários, assim como os bovinos comentados anteriormente, quando usados intensamente, causam problemas aos passivos ambientais, de que a compactação do solo é a consequência mais grave, de maneira que, se não forem feitas práticas conservacionistas, podem reduzir a produção agrícola e aumentar os processos erosivos, por meio do escoamento superficial da chuva.

4.7 Problemas ambientais

Nas áreas avaliadas, observamos alguns problemas que prejudicam a condição ambiental para dentro das propriedades agrícolas. Os problemas ambientais, portanto, constituem um critério utilizado para uma forma irregular de conduzir os recursos naturais de uma propriedade, como é o caso da falta de conservação do solo, falta de mata ciliar ou reserva legal (Tabela 8). Muitos desses aspectos estão ligados às legislações ambientais. Os principais passivos são: inconsistência da reserva legal e da área de preservação permanente, erosão e diminuição da biodiversidade local.

A reserva legal tem como objetivo o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, da

biodiversidade, e o abrigo de proteção da fauna e da flora nativa (Lei n.º 4.771/65, art. 1º, § 2º, III, com redação determinada pela Medida Provisória 2.166-67/2001).

Quanto à reserva legal, de maneira geral, podemos perceber que muitos agricultores da região são contrários, pois consideram que essas florestas esparsas não possibilitam a criação de um ambiente natural suficiente para os animais e que, para realmente atingir o objetivo que a reserva legal propõe, deveriam existir políticas públicas capazes de promover a aquisição de áreas de florestas em lugares periféricos e sem nenhum uso agrícola que possa agredi-las, de forma a não prejudicar economicamente os proprietários que sobrevivem, na maioria das vezes, em pequenas áreas de terras essencialmente agrícolas.

Outra discordância em relação à lei dos 20%, notada entre os pequenos agricultores, refere-se aos grandes proprietários não estarem fazendo a recuperação da área florestal, dos lotes agrícolas, já que há um artigo, na lei federal⁶, que prevê a possibilidade de averbação de áreas florestais em outra matrícula. Com isso, entendem os agricultores que a lei é discriminatória, já que os mesmos, em razão de não possuírem capital para comprar ou ter o direito florestal de outras áreas, devem fazer a restauração dos 20% na própria propriedade, tornando-a, às vezes, insustentável economicamente.

Quanto à falta dos 20% da reserva legal, não pode ser considerado como um crime ambiental, já que, pela legislação estadual, os agricultores teriam um prazo para implementá-la até o ano de 2018, de sorte que, no que tange à questão da área, ainda pode haver algumas mudanças, pelas evidências e muitas críticas contrárias à legislação.

As propriedades pesquisadas que possuem rio, tiveram um índice satisfatório em relação à Área de Preservação Permanente (Lei nº 4.771), que, dentre suas atribuições, determina a preservação de 30 metros às margens dos rios e 50 metros em torno das nascentes; na verdade, nem todas apresentaram a metragem estabelecida pela lei, mas mostraram indícios de um cuidado maior dos agricultores com essas áreas marginais, por elas serem fundamentais para a

⁶ Lei federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal - com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, Artigo nº 4.

manutenção do rio, da diversidade de animais de espécies de plantas, aspectos importantes para os camponeses que têm uma ligação sentimental com a natureza.

Há várias funções que justificam essa preservação, de acordo com Lange (apud PARIZOTTO, 2004, p. 7). A função das matas ciliares influencia uma série de fatores endógenos, como: escoamento das águas das chuvas, diminuição dos picos de cheias, estabilidade das margens e barrancos, possibilitando que haja infiltração das águas ao invés de escoamento superficial, de forma a contribuir, assim, no abastecimento de lençóis freáticos e a evitar a escassez de água, nas nascentes e rios, além de diminuir a ocorrência de processos erosivos.

As matas ciliares funcionam como reguladores de fluxo de água, sedimentos e nutrientes, entre o ecossistema terrestre e aquático, sendo essenciais para a proteção do solo e dos recursos hídricos, reduzindo significativamente a possibilidade de assoreamento e contaminação dos cursos de água por resíduos de adubos e defensivos agrícolas (SOARES DA SILVA, 2000).

De modo geral, a partir do contato regular e da conversa que mantivemos com os agricultores da região, pode-se afirmar que essa preocupação é compartilhada pelos agricultores, cuja maioria tem um consenso sobre essa questão, enfatizando que a mata ciliar é muito importante para que não se reduza ou até se acabe a água dos seus córregos e nascentes. Eles avaliam que foi equivocada a maneira como foram exploradas as propriedades agrícolas, algumas vezes retirando toda a cobertura das margens dos rios; todavia, garantem que essa preocupação não era observada por eles, naquela época, já que havia muita floresta nativa e o que eles queriam é chegar o mais perto possível dos córregos, para poder fornecer água a seus animais e para eles próprios. Isso hoje é verificado claramente quando se encontram construções abandonadas e até algumas ativas, na margem dos rios.

Outra justificativa dada por eles é que a depredação da mata ciliar ocorreu pela falta de cooperação dos governos e dos bancos, com omissão em suas ações de preservação e até agindo contrariamente, na hora de fornecer créditos agrícolas, obrigando os agricultores a realizarem atos de depredação e, se não fizessem, não poderiam receber tais recursos. Como os próprios agricultores

declararam, a proposta de desenvolvimento do governo era “plante que o governo garante” ou “plante que o João garante”.

Essa fase mostra o interesse em desenvolver a região economicamente, ocultando a importância, por parte dos governantes, no que diz respeito aos recursos naturais. Os agricultores que viveram esse contexto, nas entrevistas, ao rever o histórico desse processo, ficam contrariados com a situação e o descaso das autoridades da época.

E não é para menos, porque a maioria, quando adquiriu essas áreas, era incentivada pelo governo a retirar toda a cobertura vegetal, tornando seu pedaço de terra todo ou a maior parte em área agricultável. Essa situação não é por demais complexa para se reverter, porque os camponeses de São José das Palmeiras, mesmo sem conhecimentos científicos, deixaram algumas áreas de mata, preocupados com os animais, as árvores, principalmente as frutíferas, e os mananciais, já que tudo isso, em locais onde não havia vegetação ciliar, ficava “sujo” ou contribuía para reduzir em grande parte o volume de águas, no período de estiagem. Era desses rios, com efeito, que eles retiravam a água para consumo e para os animais, em alguns períodos do ano.

Erosão – de acordo com estudos feitos, acerca desse passivo ambiental, no Brasil, as perdas anuais correspondentes aos nutrientes e à matéria orgânica, em valores monetários, são da ordem de R\$ 7,9 bilhões por ano. Considerando seus efeitos na depreciação da terra, no custo do tratamento de água para consumo humano, no custo de manutenção de estradas e de reposição de reservatórios, decorrente da perda anual da capacidade de armazenamento hídrico, a erosão causaria prejuízo de R\$ 13,3 bilhões por ano (GEO-Brasil, 2002 citado por SOUZA, 2004).

O uso do solo para a agricultura é um potencial degradador; os fatores que podem causar a degradação são: a água, o ar, os organismos e a topografia, além dos associados com a ação antrópica: a compactação, o preparo do solo inadequado, o monocultivo, a irrigação inadequada, o superpastejo e a cobertura de solo insuficiente (KOBAYAMA et al., 2001).

No município de São José das Palmeiras, a degradação dos solos é proveniente da acentuada declividade do relevo e do monocultivo das culturas da soja e milho. Somente na propriedade do morador Vidal Miranda, entre os entrevistados, foi constatado maior problema de erosão, agravado ainda mais pela compactação do solo e falta de matéria orgânica para proteção (Figura 7).

De acordo com Kobiyama et al. (2001), a falta ou a cobertura inadequada do solo, provocada pelo monocultivo intensivo, gera perda gradativa da matéria orgânica. A matéria orgânica é de fundamental relevância para o solo, porque aumenta a infiltração, reduzindo a ocorrência de erosões e fazendo crescer a resistência e fertilidade do ambiente.

De fato, a maior parte da renda do município de São José das Palmeiras é proveniente do monocultivo (soja, milho). Para Kobiyama et al. (2001), esse sistema de produção, a cada ano, exige uma maior quantidade de insumos para a manutenção da produtividade, elevando o custo de produção e comprometendo o ambiente, pela contaminação de agrotóxicos, adubos químicos e sedimentos.

Essa questão é alarmante, se pensarmos que a maior parte das áreas do município de São José das Palmeiras, sobretudo as maiores de 20 ha, utilizam-se desse sistema de plantio, chamado de convencional, intensificado na produção de monoculturas. Contudo, nas propriedades avaliadas, observam-se que três que se sobressaem na monocultura, a 2, 3 e 5 (Tabela 5); mesmo elas tendo a presença maior da monocultura elas tem uma organização do uso do solo mais equilibrado (ver tabela 6 e 7).



Figura 7. Imagem demonstrando a compactação e a erosão laminar do solo na propriedade de Vidal Miranda na comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.

Esboçando algumas análises da vida dos camponeses de São José das Palmeiras, é possível constatar uma diferenciação quanto ao modo de vida camponês, destacando-se seus aspectos produtivos e a relação com a propriedade.

A lógica camponesa perpassa por algumas afirmações, quanto ao objetivo final da produção e comercialização, quanto à ligação da família com a mão-de-obra e suas necessidades básicas. Também é importante notar que todas as variáveis da vida do camponês estejam ligadas ao consumo finito dos recursos naturais.

Este é um dos objetivos centrais deste trabalho: entender como o uso finito dos recursos naturais, ligado a não ampliação do capital e do lucro, possa mostrar e compreender uma realidade do camponês e sua respectiva preservação ambiental. No próximo capítulo, ficará mais clara essa relação do meio ambiente com o modo de vida camponês.

4.8 Projetos e organizações sociais, econômicas e governamentais, que influenciam na vida dos camponeses da comunidade da Serrinha em São José das Palmeiras

Nas partes precedentes deste trabalho, foram tratadas questões ligadas à preocupação da preservação ambiental e ações e características dos camponeses, de acordo com alguns referenciais teóricos.

Na sequência, serão abordadas as condições de preservação realizadas pelos camponeses de São José da Palmeiras e as instituições colaboradoras, que possam estar demonstrando um modo de recuperar os passivos ambientais e manter um equilíbrio ecológico entre a forma de produzir e lidar com os recursos naturais.

Os camponeses desse município têm ligação com órgãos públicos, como a EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), Prefeitura Municipal, Governo Estadual, ITAIPU BINACIONAL e as empresas agrícolas locais, como as cooperativas COPAGRIL e COAMO.

Os projetos desenvolvidos atualmente, nesse município, são “Paraná, Biodiversidade” e “Cultivando Água Boa”, além da assistência técnica dada pela EMATER.

A assistência da EMATER/PR atua em quase todos os municípios paranaenses, sendo que, dos 399 municípios existentes no Estado, ela está presente em 393, com um total de 851 técnicos de diferentes áreas (Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas, Veterinários, Zootecnistas, Engenheiros Florestais, Engenheiros de Pesca, Técnicos em Bem-Estar Social), todos com o objetivo de fornecer assistência técnica a produtores rurais. De acordo com Figueiredo (1984, p 497), a assistência técnica feita aos pequenos produtores visa a elaborar projetos técnicos e acompanhar sua implementação. Recentemente, têm sido realizados reforços para que ela venha a contribuir na redução dos custos de produção e incentivos e na diversificação das atividades produtivas na agricultura.

Com uma ligação próxima da prefeitura municipal, a EMATER de São José das Palmeiras, vem fornecendo assistência técnica, e buscando levar aos agricultores uma agricultura que possibilite a permanência no campo, que os

mesmos tenham uma qualidade de vida baseada na sustentação das necessidades da família e buscando sempre uma preocupação com o meio ambiente onde vivem.

Projeto Paraná Biodiversidade – o objetivo central é a formação de Corredores de Biodiversidade ligando as unidades de conservação entre si, conservação da biodiversidade e o gerenciamento sustentável dos recursos naturais. Esse projeto está sendo implementado pelo Governo do Estado do Paraná, com o apoio financeiro do Fundo Mundial para o Meio Ambiente, através do Banco Mundial.

A conexão dos fragmentos florestais, representados principalmente pelas unidades de conservação, e a reorientação da produção rural para modelos menos impactantes são os alicerces fundamentais de sua estratégia de implementação.

O desenvolvimento de ações nas ecorregiões da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Semidecidual está embasado no envolvimento da sociedade no processo de construção de novos modelos de produção. A formação dos corredores da biodiversidade e adoção de sistemas de fiscalização e controle mais eficientes tem auxiliado na conservação e conexão da diversidade biológica local (Paraná-Biodiversidade).

Esse projeto teve seu princípio no município de São José das Palmeiras, em 2006; as propostas de implantação, de acordo com os agricultores e participantes do projeto estão sendo viabilizadas através de cercas para a proteção dos mananciais, instalação de saneamento rural, doação de cinco resfriadores e cinco ordenhadeiras para a bovinocultura leiteira.

Os entrevistados foram beneficiados apenas com o saneamento rural e as cercas para a mata ciliar. As ações destinadas ao saneamento rural foram instaladas no mês de agosto de 2009, período anterior ao momento em que foram feitas as entrevistas. Uma das suas preocupações era a falta de água no rio, devido à escassez de chuva nos meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009 (Figura 8). A cerca para o gado não entrar na mata ciliar estava para ser construída e, quanto a isso, os entrevistados não tiveram nenhuma objeção, por haver – segundo já foi

comentado, neste trabalho – uma preocupação deles pela manutenção dos mananciais.



Figura 8. Imagem representando a escassez de água nos rios em decorrência de um período de estiagem, propriedade de Araci Schneider comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.

Programa Cultivando Água Boa – é programa de gestão ambiental da Itaipu Binacional, que ampliou o conceito de atendimento aos 16 municípios lindeiros ao reservatório da usina, para formar parcerias e trabalhar com os 29 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Paraná III (Figura 9). Baseado no forte compromisso da ética do cuidado com o futuro sustentável do planeta, “Cultivando Água Boa” foi criado em 2003, pela Itaipu Binacional, e tem 18 programas, 70 projetos e 108 ações de responsabilidade socioambiental, numa unidade de planejamento natural da bacia hidrográfica (ITAIPU, 2006).

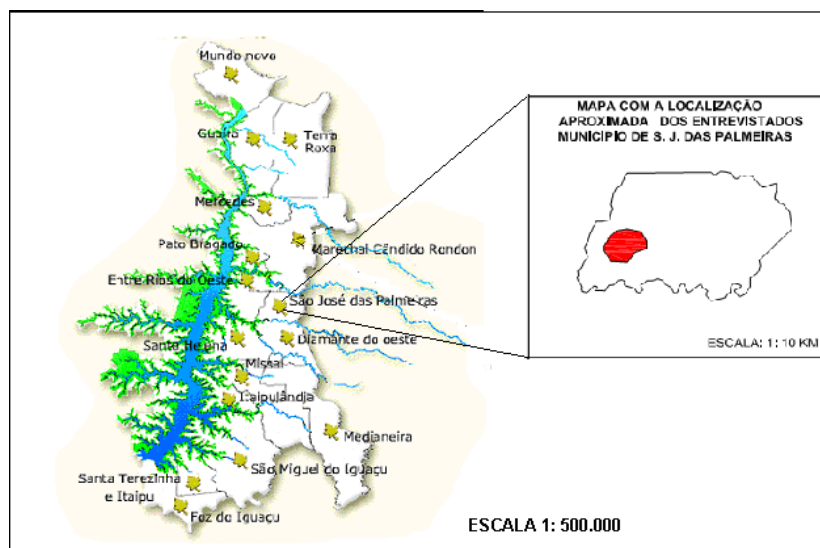


Figura 9. Localização geográfica do Município de São José das Palmeiras na Bacia do Paraná III. Fonte: ITAIPU, 2006; Modificado por Márcio Alexandre Portz, 2009.

As ações do Cultivando Água Boa envolvem parcerias institucionais, não governamentais, com setores dos movimentos sociais, com agricultores, pescadores, catadores, suinocultores, assentados, indígenas e instituições de ensino e pesquisa. Seus principais projetos estão associados à agricultura orgânica, educação ambiental, coleta solidária, agricultura familiar, projeto de adequação ambiental de propriedades rurais, entre outros, todos inseridos num Programa baseado na gestão em bacia hidrográfica.

Entende-se por bacia hidrográfica a área de drenagem do escoamento superficial que alimenta um curso de água, separando-se de outras bacias pelos divisores representados pelas partes mais altas dos relevos (PARANÁ, 1991). A bacia do Paraná III (Figura 9) possui uma área total de 8.389 Km² representando 4,25% do território paranaense, com uma população de 635.030 habitantes, constituindo uma bacia peculiar, em termos de uso e conservação dos recursos hídricos, no Paraná. Sua área de drenagem contribui para o reservatório de Itaipu Binacional, apresentando conflitos potenciais pela geração de energia elétrica, intensificação da suinocultura na região, pelas atividades agropastoris já existentes e crescimento urbano. Esses elementos motivaram os usuários de recursos hídricos

dessa bacia hidrográfica a se organizarem na forma estabelecida pela lei paranaense de gerenciamento de recursos hídricos (ITAIPU, 2006).

O Programa “Cultivando Água Boa” está em atuação no município de São José das Palmeiras há cinco anos, com atividades em três bacias hidrográficas, atendendo a 142 propriedades e 102 famílias. A preocupação desse programa é eliminar os passivos ambientais existentes, como a falta de proteção dos mananciais, a restauração da reserva legal, prevista no Código Florestal, a conservação do solo e ainda a recuperação de estradas rurais.

Em relação aos entrevistados, os mesmos ainda não foram beneficiados diretamente pelo Programa “Cultivando Água Boa”, mas é proposta desse programa que em cerca de dois anos todas as bacias hidrográficas do município estarão auxiliadas com projetos ambientais e ações de conservação do solo, das águas e dos recursos florestais.

4.9 Projetos institucionais nas propriedades rurais

4.9.1 Manejo e conservação das propriedades da Serrinha

Conforme já se pôde verificar, a região Oeste teve a ocupação das terras em período recente, a partir dos anos 1960, movida, sobretudo, pela exploração madeireira precursora da implantação de sistemas mecanizados para o cultivo da sucessão trigo – soja – milho e, em alguns locais, a produção de café e de hortelã.

A ocupação das terras paranaenses, independentemente de sua aptidão agrícola, teve raízes em fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, que levaram à exploração dos recursos naturais, sem respeitar o seu equilíbrio.

Para a contenção dessa degradação, foi e continua sendo muito importante a investigação das características das nossas unidades agrícolas, com a preocupação de incorporar às práticas agronômicas os conhecimentos tradicionais de cada localidade.

O avanço de uma prática conservacionista agrícola deve partir de uma dialética que articule o conhecimento científico com o conhecimento do senso comum. Conforme Muzzili (2005, p.04), nos estágios iniciais da expansão da

agricultura mecanizada, as práticas tradicionais de preparo do solo incluíam a queima dos resíduos de trigo após a colheita, seguida do uso intensivo da aração. Tais procedimentos promoviam a decomposição acelerada da matéria orgânica e intensificavam a desagregação de partículas na superfície do solo, razão pela qual, atualmente, essa prática não é mais utilizada.

Os camponeses de São José das Palmeiras têm uma preocupação com a questão da conservação do solo, uma vez que sabem que ela é fundamental para a proteção dos recursos naturais (solo e água). Assim, ao lado das práticas incutidas pelos órgãos governamentais (Estado do Paraná, Prefeitura Municipal e Itaipu), eles procuram agir além da limitação de exploração, com algumas práticas diferenciadas, como barreiras, que servem para contenção do solo e quebra-ventos, usando espécies da família *Poaceae* (Gramíneas), como a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) e o capim-napier (*Pennisetum purpureum*).

Essas práticas são provenientes de uma necessidade dos agricultores em reduzir os impactos ambientais, econômicos e sociais, provocados pelo pacote da Revolução Verde, de sorte a evitar a contaminação de plantas por agrotóxicos e também por processos naturais de degradação, como as intempéries naturais (chuva, vento etc.). Além de essas alternativas serem muito eficazes, elas apresentam custos financeiros baixos para os agricultores.

As cercas – quando são propostas a serem feitas, têm como objetivo cercar uma área de reserva legal ou uma mata ciliar, mas elas somente são necessárias quando há a criação de animais em torno das florestas, porque, se forem lavouras, não há razão de se construírem cercas.

O Reflorestamento – deve seguir primeiramente alguns critérios ambientais nas Áreas de Preservação Permanente. Em entrevista à revista *Copagril*⁷, o superintendente regional da SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente), Adir Parizzoto, afirma que “o cultivo deve ser exclusivamente de essência florestais nativas, aquelas que são típicas da floresta que ocorria aqui na região Oeste antes do desbravamento”; já em relação à reserva legal, ele menciona o seguinte:

⁷ PARIZOTTO, A. A. Mata Ciliar e Reserva Legal. *Revista Copagril*, Marechal Cândido Rondon – PR, V.16, n.2, p.02-27, mai. 2006.

[...] até o ano de 2014 o agricultor poderá plantar parte desta área com essências naturais exóticas, como eucalipto [...] a partir de 2014 então, a área terá que ser abandonada e tornar-se inativa.

Outro fato importante nessa questão é que, em propriedades de até 30 hectares, podem ser contabilizadas, na reserva legal, as áreas de bosques e pomares. Parizotto enfatiza ainda que, “quando a propriedade no seu todo tem mais de 25% de cobertura florestal a área de preservação permanente passa também a contabilizar como reserva legal”.

O terraceamento – é uma prática conservacionista que começou a ser feita na região Oeste do Paraná na década de 1980, para evitar que houvesse a degradação do solo. Como destacam Bertoni (1990, p. 127), tal prática reduz as perdas de solo e água pela erosão, prevenindo, assim, a formação de sulcos, sendo que seu efeito pode ser observado nas melhores produções da cultura. A declividade do terreno é o fator que determina a prática do terraceamento, uma vez que a erosão aumenta com esse declive; por conseguinte, o custo da construção e da manutenção do terraço aumenta com o grau de declive do terreno.

Há vários tipos de terraços: o manguim, o Nichols, o de base larga, e de base estreita, o patamar e o individual. Na área estudada (Figura 10), são usados os terraços de base larga, os quais podem ser empregados tanto em culturas anuais ou perenes como em pastagens, sendo uma das formas mais seguras de proteção do solo, com a vantagem, em relação os outros tipos de terraços, de não se perder a área de cultura anual que está protegendo todo o terreno, inclusive a faixa ocupada pelo camalhão e pelo canal do terraço, em que pode ser plantada uma única cultura. Em geral, esse tipo de terraço é indicado para terrenos de até 12% de declividade, porém, se houver solos bastantes impermeáveis, é possível utilizar essa espécie de terraço em terrenos com até 20% de declividade (BERTONI, 1990, p. 128).



Figura 10. Terraço em propriedade de Araci Schneider comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.

As estradas devem ser restauradas, pois elas podem vir a ser um passivo ambiental, ocasionando ravinas e voçorocas, além de facilitar na melhor locomoção das pessoas dessa área de estudo. Portanto, a estrada, com uma readequação, será de interesse social econômico e ambiental dos habitantes que a usam.

Para ser possível amenizar todos esses passivos ambientais a curto e médio prazo, é necessário que os agricultores tenham uma renda razoavelmente. Em outro trabalho desenvolvido na Bacia do Paraná III, foi feita uma análise, para contabilizar o custo médio de readequação por propriedade, em que se constatou que, em média, uma propriedade pequena de até 30 hectares, este pode chegar a R\$ 7.500,00, ainda com a necessidade imprescindível de se fazer uma educação ambiental, para que os responsáveis possam se conscientizar da importância de reduzir tais passivos. Quando isso não for possível, cabe à sociedade organizada (instituições privadas e governamentais) criar programas e ações para realizar as medidas cabíveis para a readequação dessas propriedades agrícolas, como é o

exemplo do projeto de Readequação de Propriedades Rurais, integrantes do Programa Cultivando Água Boa (PORTZ, 2006).

4.10 Os camponeses e o mercado: entre a resistência e subordinação

Qualquer grupo ou classe social tem, no seu interior, uma preocupação na organização dos elementos internos e nas perspectivas e ações que deverão ser alcançadas para o seu progresso, no seio da sociedade.

O MST e a Via Campesina são organizações coletivas que apóiam a luta e o modo de produção que o campesinato vem adotando, durante a história. São movimentos sociais que fazem a ligação dos preceitos do camponês para fora de suas propriedades. Mas, também, compreendem a necessidade da organização interna de uma família camponesa e buscam, nos protestos e reivindicações, a manutenção de muitas das práticas camponesas e a eliminação de formas abusivas do capital, na produção agrícola e na preservação ambiental.

O objeto de estudo deste trabalho, como já foi salientado, é uma comunidade em São José das Palmeiras e sua preservação ambiental, com camponeses desligados de organizações coletivas, com poucas relações entre os indivíduos da comunidade. Mas, então, qual é o papel desses sujeitos na sociedade e na preservação? Quais são as suas resistências ao modo capitalista de produção? Trazendo as discussões anteriores, podemos observar que esses camponeses cultivam práticas individuais de produzir e trabalhar na terra, herdadas de seus antepassados, mas fundamentalmente articuladas aos paradigmas de sua própria vida, em que a acumulação de capital não é o elemento central de sua organização.

O exemplo de um croqui (Figura 11) de uma propriedade pesquisada mostra que sua organização, no que se refere aos elementos do uso do solo, possibilita constatar uma condição favorável na preservação dos recursos naturais e, em consequência, uma localização para a produção econômica, tornando-se um meio mais equilibrado. Essa organização camponesa dos entrevistados é muito particular, depende das necessidades das atividades em relação ao uso do solo e porventura das necessidades da família, em utilizar ou não de maneira econômica as potencialidades da propriedade.

A diferença de uma propriedade capitalista e uma camponesa, no cuidado com a natureza, é a limitação de lucro, já que esta não se ocupa da exploração da propriedade como uma fonte de acumulação de capital. Isso quer dizer que o camponês irá usar somente as áreas imprescindíveis para as satisfações familiares, sendo o restante preservado como ambiente natural.

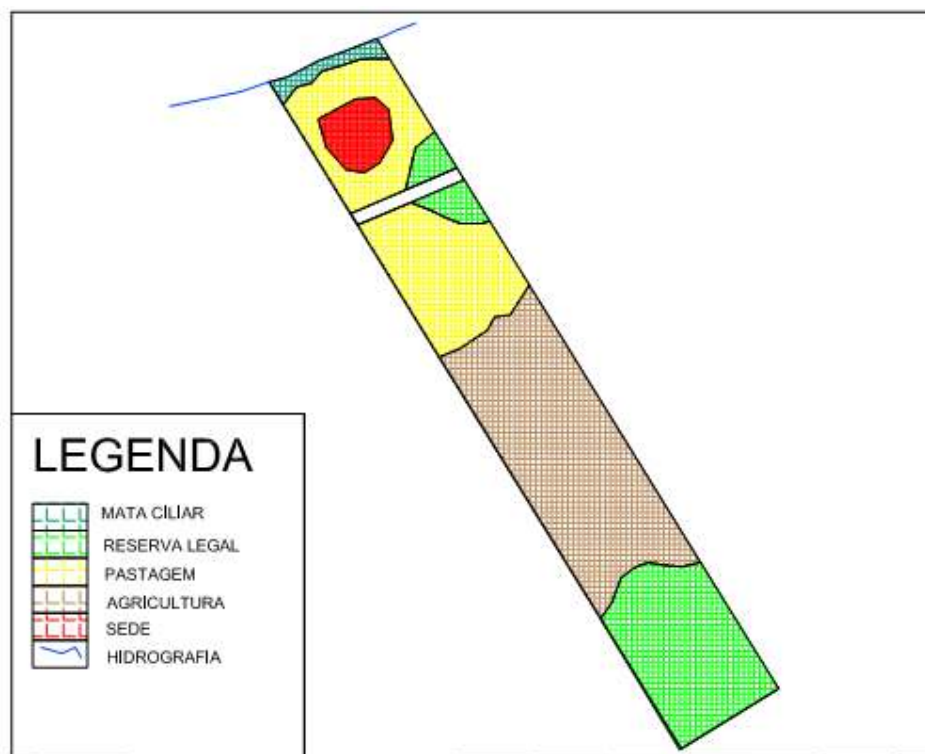


Figura 11. Croqui da área e do uso do solo do agricultor Sergio Fernandez no município de São José das Palmeiras. Fonte: Márcio Alexandre Portz, 2009.

Além de o lucro ser finito, na propriedade camponesa, a tecnologia terá outro sentido em relação à propriedade capitalista. Como visto anteriormente, neste trabalho, apenas um dos entrevistados tem em sua propriedade algum maquinário, sendo que o restante não vê necessidade de tê-lo, com a justificativa associada a pouca quantidade de terra e à falta de mão-de-obra para realizar os serviços, de modo que apenas tinham máquinas manuais. Assim, quando é feito o plantio de suas terras, alguns fazem manualmente, outros terceirizam o serviço, e os que têm maquinários plantam suas terras e prestam serviços aos vizinhos.

Graziano da Silva et al. (1983) salientam, no que tange à tecnologia com a propriedade camponesa:

A nível interno da unidade produtiva a variável tecnológica encontra-se estreitamente associada com a disponibilidade recursos físicos e financeiros, com o processo de produção e de trabalho, com a divisão interna do trabalho entre os membros da família ou a mão-de-obra eventualmente contratada etc. E, a nível das relações externas, com o grau de mercantilização da produção e a articulação com os sistemas de comercialização e financiamento.

Para Wolf (1970, p. 57-58), as novas técnicas instrumentais produziram novas ideias de organização econômica da agricultura, incluindo o tamanho ideal da propriedade. Sob intervenção dos processos industriais, a agricultura em muitas vezes é transformada em uma empresa voltada para a extração do máximo de rendimentos, deixando em segundo plano a subsistência das necessidades do campesinato.

Ainda de acordo com o autor, os camponeses aderiram a muitas das inovações tecnológicas para a produção agrícola, resultando o reflexo desse processo em uma inversão de prioridades na produção, sendo que agora frequentemente é solicitado a produzir culturas e produtos que ele não pode consumir. Nessa ordem, ele tende cada vez mais a se tornar um especialista, produzindo culturas que não são necessariamente consumidas pelo próprio cultivador. Dessa maneira, os produtos são encaminhados para a venda no mercado.

Se esta é uma possibilidade de o camponês reduzir ou até eliminar a sua identidade, também pode acontecer ao contrário, quer dizer, se as necessidades da sua família não são supridas pela condição de relação com o mercado, numa especialização, ele pode encontrar nas relações não-capitalistas alternativas para sua reprodução.

Enfatiza Oliveira (1991, p.20):

Desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não se expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação

de trabalho típica, por todo o canto e lugar, destruído de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas.

Portanto, a entrada de meios de alienação do capital monopolista se encontra cada vez mais no campo, e a precariedade dessa alienação pode ser percebida na forma como os agricultores realizam a sua produção. Um bom exemplo é a propriedade de Sergio Fernandez, camponês que migrou do Rio Grande Sul para o município de São José das Palmeiras há cerca de 35 anos, exibindo várias formas de resistência ao mercado monopolista, como a pouca utilização de agrotóxicos, o uso de esterco bovino para adubação da lavoura; todavia, quanto ao emprego de sementes de milho (Figura 12), ele reproduz as semente híbridas das empresas, estando condicionado a pouca produção, em virtude de lançar mão de uma técnica patenteada, cuja reprodução origina sementes de baixa produtividade.



Figura 12. Cultivo de milho em propriedade de Sergio Fernandez comunidade Serrinha município de São José das Palmeiras/PR. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.

Nesse cenário atual da agricultura, é importante que se façam algumas análises relativas à tecnologia e sua utilidade na vida dos camponeses ou, talvez, na sua não incorporação. Devemos levar em conta algumas variáveis, para poder entender melhor esse processo de aquisição das tecnologias na agricultura, preconizada como uma solução na questão da alimentação mundial.

Entre as mais usadas tecnologias está a biotecnologia, que é composta por vários elementos, explicitados a seguir: os econômicos, relativos à presença de corporações multinacionais, laboratórios de biotecnologia, redes de distribuição, cerealistas ou lojas de vendas de insumos agrícolas e agricultores; os políticos, que incluem movimentos sociais, leis federais, normas estatutárias, patentes; os biológicos, com as mudanças de aspectos fisiológicos dos elementos naturais e suas respectivas ações; e ainda os culturais, que se relacionam com os outros elementos e muitas vezes são os menos respeitados, já que dizem respeito às tradições locais/comunitárias, negligenciadas no processo de inserção dos territórios à globalização.

A contradição desse processo deixa dúvidas de sua aquisição pelos camponeses, porque a maioria das inovações para a agricultura tem sido para a obtenção de lucros e não para as necessidades dos produtores. Os exemplos deixam claros a intenção das empresas, como é o caso dos cultivos resistentes aos herbicidas, as sementes de soja Roundup Ready^R, da Monsanto, que são tolerantes ao herbicida Roundup^R, da Monsanto, os cultivos “bt”, que são modificados pela engenharia genética para produzir seu próprio inseticida (ALTIERI; ROSSET, 2003, p 230). Tais tecnologias intensificam a dependência dos agricultores quanto às sementes protegidas pelos “direitos de propriedade intelectual”, contrários às tradições camponesas de reproduzir, compartilhar ou armazenar sementes (HOBELINK, 1991, apud ALTIERI; ROSSET, 2003, p. 230).

Com essa concepção, podemos verificar que há um estranhamento no uso da biotecnologia por parte dos agricultores ou, em específico, dos camponeses, uma vez que a forma com que estes lidam com a aquisição de sementes e insumos se encontra numa outra lógica, pautada em suas necessidades de produção, tendo o

cuidado com seus valores tradicionais, os quais, com o uso dessa técnica, não são levados em consideração.

É evidente que essas novas técnicas, na medida em que forem introduzidas na agricultura, acabam sendo aceitas pelos camponeses, primeiramente porque elas permitem reduzir a mão-de-obra, facilitando o cultivo de seus alimentos; além disso, porque há uma grande rede de empresas que investe na propaganda desses produtos, incentivando a utilização e prometendo altos rendimentos, que muitas vezes se transformam em despesas desnecessárias, como é apontado por Altieri & Rosset (2003, p. 230):

A fusão das empresas químicas e de sementes parece destinada a acelerar o aumento dos gastos por hectare de sementes e produtos químicos, o que proporciona, significativamente, menos utilidade aos agricultores. As empresas que desenvolvem cultivos tolerantes aos herbicidas estão buscando trocar, tanto quanto possível, o custo por hectare do herbicida para a semente pelos custos da semente e/ou custos tecnológicos. Em Illinois nos EUA, a adoção de cultivos resistente a herbicidas acarretou no maior custo da história moderna no manejo de sementes e plantas daninhas para a agricultura de soja – entre 40 e 60 dólares por hectare dependendo dos preços e de infestações de ervas daninhas etc.

No que tange aos trabalhos das empresas, estão relacionadas vinte e sete companhias que desenvolvem resistências genéticas a herbicidas, nas principais culturas alimentares, o que se justifica do ponto de vista comercial, já que é mais fácil e barato adaptar a planta ao produto químico que o inverso. O custo aproximado de desenvolvimento de um novo cultivar é de 2 milhões de dólares, enquanto o custo de desenvolver um novo herbicida fica na casa de 40 milhões de dólares (SHIVA, 2001, p. 117).

Mesmo que os agricultores troquem o uso intensivo de agrotóxicos pelas sementes modificadas, as quais oferecem uma resistência biológica a certos fenômenos naturais, não parece ser o fim do uso dos agrotóxicos em massa, visto que estudos e investimentos para novos defensivos continuam sendo pesquisados, devido às mutações das plantas provenientes dos exageros químicos realizados com elas, tornando-se a produção de alimentos cada vez mais custosa.

A agricultura moderna tem altos custos, de acordo com Paulino (2008), a partir de dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola de 2005, que registrou 485.969 toneladas somente de agrotóxicos. Contudo a autora faz uma análise de que nesses custos não é contabilizada a questão de saúde ligada às intoxicações decorrentes dos agrotóxicos; o mais agravante é que, no Brasil, conforme o IBGE (2004), foram consumidos 2,8 kg de agrotóxicos por hectare, quantidade sete vezes maior que a média mundial (PAULINO, 2008, p. 220-221).

Portanto, qual seria o motivo central da criação de sementes geneticamente modificadas? Fica evidente que empresas que ganham milhares de dólares à custa de agrotóxicos não vão querer a diminuição de seus lucros, criando as novas sementes para reduzir o custo do agricultor. Assim, como isso é provado que não está acontecendo, essas empresas vendem seus produtos e o agricultor, por estar usando essa tecnologia, deve pagar *royalties* de acordo com sua produção, pois as empresas patenteiam as sementes.

A questão das patentes é muito favorável às empresas multinacionais envolvidas com a biotecnologia. Na perspectiva de Shiva (2001, p. 117), a proteção das patentes garantida pelas TRIPs, também chamado de Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC), acelera a liberação de organismos geneticamente modificados. O maior impacto certamente será nos países em desenvolvimento, pela sua grande diversidade nativa e a enorme dependência dos meios de vida locais ligados à diversidade biológica.

Com os TRIPs, a partir de 1995, torna-se obrigatório o recolhimento de *royalties* sobre produtos biológicos, pelos 146 países membros da OMC (Organização Mundial do Comércio), privatizando inclusive o conhecimento anterior à transgenia, já que a definição do percentual de inovação – a que corresponde as referidas *royalties* – é arbitrária (NILLES, 2003, p.113).

A proteção às patentes permite ao proprietário ter direito sobre todas as etapas subsequentes de multiplicação, como, por exemplo, as plantas e produtos delas derivados (NILLES, 2003, p.113).

Isso dá, por conseguinte, o direito às empresas de criarem monopólios sobre determinados produtos ou, no caso do patenteamento biológico dos genes, ficando o agricultor subordinado à lógica mercantil da produção de sementes.

Nesses moldes, de agricultura voltada somente a alienações financeiras e tecnológicas, quebra-se a continuidade entre a regeneração da natureza humana e a regeneração não humana, deixando-se, assim, as pessoas separadas da natureza, e a criatividade envolvida no processo de regeneração extinto. E, o mais agravante, é que a criatividade para absorver os recursos naturais para utilidade social se tornou monopolizada pelos homens (SHIVA, 2001, p. 67).

Tal distanciamento, que cada vez a técnica e tecnologia trazida pelo capitalismo monopolista remetem às comunidades rurais, vem a ser um empecilho no desenvolvimento da diversidade natural, como enfatiza Canzi em entrevista (2007).

No Brasil a agrobiodiversidade é composta por centenas de variedades, são mais de 500 de milho crioulo, centenas de arroz, feijão e centenas de outras espécies, que muitas vezes tem como fonte de origem de sementes para multiplicação, somente a casa do agricultor, não sendo encontrada, mesmo similar em comércio. Com a liberação do milho transgênico, esta diversidade está ameaçada. Oficialmente o isolamento de uma lavoura e outra para o milho é de 500 metros, mas isto é pouco. O pólen pode voar por vários quilômetros. Nesta perspectiva as sementes crioulas, principalmente as alógamas como o milho crioulo, as cucurbitáceas, e diversas outras espécies, correm o risco de serem contaminadas para sempre. Isto é extremamente grave. Em países com Argentina, França, apesar de uma realidade de convivência com plantas transgênicas; As organizações de agricultores até públicas tem se organizado e trabalhado com programas de pesquisa, avaliação pra expandir as sementes crioulas. Portanto mesmo que os transgênicos sejam nossa realidade, não podemos parar. O agronegócio também depende das sementes crioulas, porque o transgênico a produzido a partir de uma semente híbrida é a híbrida a partir das crioulas.

O que há de diferencial no modo camponês de produção – e isso vai se refletir na manutenção ou não da biodiversidade de elementos naturais e culturais, de acordo com Fabrini (2007, p.362), é um conjunto de conhecimentos das atividades do campo que possibilita um saber fazer, muitas vezes secularmente acumulado, que não deve ser desprezado pela modernidade.

Nesse sentido, o autor salienta que os vínculos estabelecidos pelos camponeses com seu pedaço de terra constituem uma resistência à permanência no campo, sendo a terra e os elementos na sua superfície parte do mundo camponês relacionado diretamente com a natureza.

Por esse motivo, muitos camponeses ficam chocados com os estragos feitos pelos agrotóxicos ou com a entrada da biotecnologia, como foi visto anteriormente, e acham injusta a forma da comercialização. Assim, Fabrini destaca que os pequenos agricultores têm investido em meios de comercialização diferenciada, não pautada nos moldes das transnacionais. Neste caso, há uma utilização de modos não convencionais de recuperação orgânica da terra, através de, por exemplo, adubação com dejetos dos animais da propriedade (Figura 13).



Figura 13. Depósito de dejetos bovinos de propriedade de Sergio Fernandez comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras/PR. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.

Neste caso, o camponês utiliza os dejetos da criação de bovinos, para a adubação das pastagens que serão usadas para a alimentação dos animais e também para a adubação de sua horta de produção de autoconsumo (figura 14).



Figura 14. Cultivo de horta em propriedade de Vidal Miranda na comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras/PR. Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.

Para a questão de equilíbrio em relação do homem com a natureza, Wolf (1970, p. 40) traz exemplos de culturas de algumas sociedades camponesas que respeitam a qualidade orgânica da terra:

A necessidade de terra é determinada pela rapidez com que um terreno original limpo e plantado até um ponto agudo de declínio de rendimento pode recuperar sua fertilidade original. Esta capacidade difere fortemente de região para região, sendo temerárias, portanto as generalizações. Nas cercanias do lago Petén, na floresta tropical da Guatemala – região da formosa civilização maia – a tendência dos atuais cultivadores maias é usar um terreno durante apenas um ano, deixando-o em repouso por quatro anos. Alguns que plantam duas lavouras sucessivas no mesmo terreno permitem, posteriormente, um descanso de seis a sete anos. No Norte de Yucatán o período de pousio tem dez anos em média. Para os Hanunoo das ilhas Filipinas, o período mínimo de descanso é de sete a oito anos. Mais podem existir outros fatores além do esgotamento quando se abandona um terreno. Tal é os casos dos camponeses de língua Totonac do Estado de Vera Cruz no México e em muitas partes das Filipinas, quando novos roçados são ameaçados pela invasão de ervas daninhas, em que o cultivador pode preferir abandonar o terreno a esse adversário a combatê-lo. Em outros lugares, como em algumas partes da Amazônia, os terrenos roçados atraem pragas de insetos daninhos e o cultivador poderá ir roçando mais

além da floresta, ao invés de retornar a seu terreno original. A significativa limitação técnica dessa espécie de ecótipo repousa, portanto, em deixar nas mãos da natureza os trabalhos necessários à recuperação das terras usadas, o cultivador prefere tomar uma nova terra a ter de empregar técnicas e trabalhos adicionais. Em consequência, se o cultivador deseja assegurar seu sustento, ele precisará ter sempre disponível uma quantidade suficiente de terras que lhe permita deixar que uma parte descanse, sem interrupção, enquanto usa outra. A terra de pousio assume geralmente uma importância bem maior do que a área que se encontra sob cultivo.

Por conseguinte, para a biodiversidade natural da produção camponesa continuar, é necessário estimular organizações comunitárias, movimentos de luta pela terra, movimentos ambientais preocupados na manutenção e no equilíbrio da natureza e sobretudo os camponeses ligados a todos esses grupos ou a eles mesmos, reproduzindo variedades de sementes, criando áreas de florestas naturais, entre outras maneiras de manter o equilíbrio de sua produção com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verificação dos conteúdos abordados neste trabalho possibilitou o entendimento que os camponeses de São José das Palmeiras integrantes de um processo histórico de intensificação da modernização agrícola, têm uma relação diferenciada com a terra, fazendo dela uma forma de suprir as necessidades familiares. Modelo este constituído de elementos que preservam o meio ambiente.

O modo de vida camponês se caracteriza pela limitação das necessidades familiares, isso pressupõe limites materiais destes indivíduos relacionados aos mínimos vitais de alimentação, vestuário entre aspectos para a vida. Estes aspectos, da vida do camponês, portanto são diferentes que comumente se observa na sociedade capitalista, na organização, nas identidades e na relação com a natureza, que preserva os recursos naturais. Isso sem impor modelos organizacionais ecologicamente corretos que não respeitam a individualidade das tradições e costumes dos camponeses.

Ao problematizar o “ser” camponês ou “não ser”, foram consideradas nesta pesquisa algumas variáveis como a produção familiar, a produção de autoconsumo, as pequenas propriedades agrícolas e a preservação ambiental.

Neste contexto entre todas as propriedades avaliadas, apenas uma com produção voltada à acumulação de capital foi encontrada, diferenciando-se do modelo camponês. Estas diferenças são percebidas quando é observada a inexistência de uma dependência de produção de alimento para consumo direto e a posse de outras áreas de cultivo com predomínio de monocultura.

Ao contrário, as propriedades camponesas apresentaram todas as variáveis estudadas. Para a produção de autoconsumo, observa-se que todas as propriedades camponesas apresentam certa dependência da produção de alimentos, voltada para subsistência da família, importante para a organização interna da propriedade. Além da produção de autoconsumo são importantes para suprir as necessidades externas da propriedade (saúde, produtos industrializados, etc.), algumas produções para o mercado (soja, milho, mandioca, trigo, etc.) ou relações *marginais* (aposentadoria).

Em relação ao tamanho, todas as propriedades avaliadas, estão entre sete e 22 hectares. O tamanho das propriedades está ligado diretamente com o processo histórico de colonização, políticas agrárias do Estado e o baixo poder de aquisição dos agricultores.

Como observado, o objetivo final da produção é uma condição do modo de vida camponês que é singular dentro do modo capitalista de produção, coexistindo para as necessidades de uma família numa relação M-D-M e não como se encontra no sistema capitalista D-M-D ou ainda na forma ampliada D-M-D'.

Quanto à preservação ambiental foi constatada que a relação do campesinato com a terra é limitada nas formas econômicas. Com o auxílio das entrevistas e análises empíricas (distribuição de culturas agrícolas, manejo do solo, épocas de plantio, reciclagem de nutrientes), observou-se nas propriedades camponesas formas alternativas de produção e uma maior preocupação com o meio ambiente.

Considerando o período atual de modernização dos meios produtivos e na relação de dependência cada vez maior com o mercado, os camponeses de São José das Palmeiras, buscam meios de resistência de permanecerem na terra. De igual forma buscam meios de reduzir os impactos ambientais em suas propriedades, seja por práticas conservacionistas realizadas por iniciativa própria, ou por intervenção de movimentos e instituições da sociedade. A iniciativa de empresas (ITAIPU), ONGS, Governo Estadual (EMATER) e Federal, no suporte técnico e financeiro de pequenas propriedades contribuem para a permanência dos camponeses e de suas práticas ecológicas.

Neste trabalho é verificado que a manutenção do modo de vida camponês, para situação regional do Oeste do Paraná, exerce uma função importante na preservação do meio ambiente, da produção familiar, da produtividade de alimentos favorecendo a distribuição de renda no campo e na cidade. Para os camponeses da comunidade da Serrinha, o modo de vida camponês preserva os recursos naturais e permite uma resistência dos mesmos em se manterem nas propriedades agrícolas.

É fundamental para tornar estas práticas ecológicas dos camponeses uma saída para a degradação feita pelo sistema capitalista, à intensificação de

estudos voltados ao modo de vida do camponês e as políticas de assistência aos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ⁸

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, Brasil. 1998. 275p.

Agenda 21. Disponível on-line <www.ambiente.sp.gov.br/agenda21/apresentacao> acesso em 25 de julho de 2006.

ALMEIDA, L. M. A. de; RIGOLIN, T. B. **Geografia geral e do Brasil**. Editora Ática, 1ª Edição. São Paulo: 2008.

ALVES, F.D.; SILVEIRA, V.C.P. O ESPAÇO AGRÁRIO E AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS: UMA LEITURA DOS CLÁSSICOS RURAIS E O CASO BRASILEIRO. In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Campesinato em movimento. **Anais...** Universidade de Londrina, 2007.

ALTIERI, A. A, ROSSET, P. Dez razões que explicam por que a biotecnologia não garantirá a segurança alimentar, nem protegerá o meio ambiente e nem reduzirá a pobreza no terceiro mundo. IN: MARTINS DE CARVALHO, H. **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. 1 ed., Expressão Popular, São Paulo, 2003.

ANDRADE, M. C. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. In: **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 12, p.11 - 19, 2002.

BACKES, G. Narativas e memórias: os trabalhadores do ciclo hortelaneiro (Oeste do Paraná, 1960 – 1970). In: IV Encontro Regional Sul de História Oral. **Anais...** 2007.

BATISTA, E. E. Vilas Rurais: Uma nova maneira de conceber a relação campo – cidade. In: **Geografia em Questão/ AGB**. Seção Local de Marechal Cândido Rondon – v.1, n. 1. Marechal Cândido Rondon: Coluna do Saber, 2008.

BERTONI, J.; NETO, F. L. **Conservação do Solo**. São Paulo: Ícone, 1990.

BIHR, A. **Da grande noite a alternativa**. 1.ed. São Paulo, Ed boitempo, 1998.

⁸ Baseado na NBR-6023 de ago. de 2002, da Associação Brasileiras de Normas Técnicas (ABNT).

BRANDALISE, L. T. **A aplicação GAIA (gerenciamento de aspectos e impactos ambientais) em um laboratório de análises clínicas**. 1.ed. Cascavel: Edunioeste, 2003.

BRENNEISEN, E.C. **Da luta pela terra à luta pela vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CALAÇA, M. et al. Agroindustrialização, modernização do campo e mobilidade Populacional no cerrado. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 14., 2006, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2006, 17p.

CAMPOS, A. B. F. Agroecologia: uma alternativa para a agricultura familiar. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 14., 2006, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2006. 6p.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 2ª ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1964.

CARNIEL, S. M. **O Oeste paranaense e a singularidade de São José das Palmeiras – 1969 a 1985**. Monografia (Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: 2003.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1975.

COLOGNESE, S.A. STOFFEL, J. A. Organização produtiva da agricultura familiar no Oeste do Paraná. In: **Migrações e Construções do Oeste do Paraná século XXI em perspectiva**. Org. VANDERLINDE, T. GREGORY, V. DEITOS, N. J. – Cascavel: Coluna do Saber, 2007.

Cultivando Água Boa. Disponível on-line <www.itaipu.gov.br/aguaboa> acesso em 20 de Setembro de 2006.

FABRINI, J. E. **Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

FABRINI, J.E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-oeste/pr enquanto território de resistência Camponesa**. Tese doutorado: UNESP, Presidente Prudente, 2002.

FABRINI, J.E. **A Resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FABRINI, **A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa**, GEOGRAFIA – VOLUME 13 – NÚMERO 2 – JUL/DEZ. 2004. Disponível em www.geo.uel.br/revista pg 128. Acesso em: 05 de Outubro de 2008.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. IN: PAULINO, E. T, FABRINI, J.E. **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

FERNANDES, M. L. B. A questão ambiental na sociedade contemporânea. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 14., 2006, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2006, 15 p.

FIGUEIREDO, A, H. et al. **O impacto desigual da modernização da agricultura no Oeste do Paraná**. 1.ed. Rio de Janeiro: R. Bras. Geografia, 1984, p 98.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.

FRANZ, M. I. **Pequenos unidos cidadão da terra e do reino: os expropriados da Itaipu na luta pela terra**. Monografia (História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: 1997.

GOMES, H. A questão ambiental: Idealismo e Realismo ecológico. In: **Geografia e a Questão Ambiental**, Terra Livre, ed. 3, 1988.

GREGORY, V. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940 – 70)**, Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GUERRA, A.J. T.; CUNHA, S. B. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. 5a ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil. 2005. 372p.

GUIMARÃES, L. B. **O Apelo à Consciência nos Movimentos Ecológicos e Nos Movimentos por Educação Ambiental**. Disponível on-line <www.anped.org.br> Acesso em: 10 de Julho de 2006.

GUZMÁN, E. S. MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Expressão Popular, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Disponível on-line < www.ibge.gov.br > acesso em 2006.

IPEIA. **Redes urbanas regionais**. Disponível on-line < www.ipea.gov.br > acesso em 2000, p 110.

KOBIYAMA, M. MINELLA, J. P. FABRIS, R. **Áreas degradadas e sua recuperação**. Informe agropecuário, belo horizonte, v.22, n.210, p.10-17, maio/junho, 2001.

Lei Nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998. Disponível on-line <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/>. acesso dia 22 de abril de 2010, as 14:15 horas.

LEMES, N.S. **O Desenvolvimento econômico do Município de São José das Palmeiras**. Dissertação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: 1994.

LENIN, V. **Aos pobres do campo**. Lisboa: Avante, 1984.

LIMA, I. V. **A Produção de Autoconsumo como Resistência no Assentamento Pedro Ramalho em Mundo Novo-MS**. Monografia (Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: 2006.

LIMA, P. H. S. A modernização da agricultura e os impactos sócio-ambientais. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 14., 2006, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2006, 15 p.

MARQUES, M.I.M. Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: **Campesinato e territórios em disputa**. 2008.

MARTINAZZO, T. **Dinâmica populacional do percevejo de renda (*Vatiga manihotae*) e sua influência sobre a produtividade da mandioca na região Oeste do Paraná**. Monografia (Agronomia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: 2007.

MARTINS DE CARVALHO, H. **O Campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: 1981.

MARTINS.J.S. **A chegada do estranho**. HUCITEC, São Paulo, 1993.

MARTINS.J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MARTINS, J. S. **A Sociedade Vista do Abismo**. 2. ed. São Paulo:Vozes, 2002.

MARX, K. **O CAPITAL: Livro 1 – O processo de produção capitalista**, v.2, ed. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MAZZAROLLO, J. **A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. 2ª ed. São Paulo – SP: Edições Loyola, 2003, 201p.

MENDONÇA, F. **Geografia e Meio Ambiente**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MONTIBELLER, F.G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**, São Paulo: Brasiliense, 1990.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MUZILLI, O. **Degradação e recuperação do solo sob uso agrícola – O caso do Estado do Paraná**. 2005.Disponível on-line <cemac-ufra.com.br> acesso em 19 de Agosto de 2009.

NILLES, B. Jamais patentear a vida. IN: MARTINS DE CARVALHO, H. **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. 1 ed., Expressão Popular, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, A. U. **Valor - A grilagem de terras públicas na Amazônia**, 2008. Disponível on-line <amazonianamidia.blogspot.com> acesso em 05 de Dezembro de 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção na agricultura**. São Paulo: Ática, 1986

OLIVEIRA, F. G. et al. Uma experiência na prática ecológica: o caso da rede eco-vida. Encontro Nacional dos Geógrafos, 14., 2006, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2006, 15 p

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PARIZOTTO, A. A. Mata Ciliar e Reserva Legal. In: **Revista Copagril**, Marechal Cândido Rondon – PR, V.16, n.2, p.02-27, mai. 2006.

PARANÁ BIODIVERSIDADE. Disponível on-line <www.pr.biodiversidade.pr.gov.br> Acesso em 20 de Novembro de 2009.

PARANÁ. **Paraná – 92: perfil ambiental e estratégias**. (versão preliminar). Curitiba: Secretaria Especial de Assuntos de Meio Ambiente, out. 1991.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. IN: PAULINO, E. T, FABRINI, J.E. **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

IPARDES. **Perfil municipal de São José das Palmeiras**. Disponível on-line <www.ipardes.gov.br> acesso em 28 de Setembro de 2008.

PIETROWSKI, V. VANDERLINDE, T. O Espaço socioeconômico da agricultura familiar: impactos e inclusão tecnológica no Oeste do Paraná In: **Migrações e Construções do Oeste do Paraná século XXI em perspectiva**. Org. VANDERLINDE, T. GREGORY, V. DEITOS, N. J. – Cascavel: Coluna do Saber, 2007.

PONTES, B. M. S. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista Nera**, São Paulo, n.7, p. 35 – 47. Disponível on-line <www.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista> Acesso em 10 jun. 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (dê)s caminhos do Meio Ambiente**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1996.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTZ, M. A. **Perfil socioeconômico e ambiental das propriedades com nascentes na microbacia do curvado em Marechal Cândido Rondon**. Monografia (Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: 2006.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROOS, D. **As atividades associativas nos assentamentos de sem-terra: o caso do assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu-PR**, Monografia (Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: 2007.

SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão e a Utopia. Um estudo sobre os processos de Organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região Oeste/Sudoeste do Paraná)**. SP: USP, 2002 (tese de doutorado).

SCHLOSSER, M. T. S. **Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)**. Maringá: UEM, 2001.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: org. PAULINO, E.T. FABRINI, J.E. **Campesinato e Territórios em Disputa**, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Trad. Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILVA, J. G. A. **Modernização dolorosa da agricultura**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 96 p.

SILVA, J. G. A, et al. Tecnologia e Campesinato: caso brasileiro. **Revista de economia política**, vol. 3, nº4, 1983.

SCHNORR, P. L. **A concentração e posse da terra, o processo migratório e o cotidiano dos “bóias-frias” no município de São José das Palmeiras/PR.** Monografia (Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: 1993.

SOARES DA SILVA, N. L. et al. Diagnostico da Situação atual da Mata Ciliar na Micro-bacia do arroio Guavirá no Município de Marechal Cândido Rondon (PR) In: Simpósio Paranaense de Mata Ciliar, 1. 20 a 24 nov. 2000, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM/IAP, 2000.

SOUZA, J. L. **Agricultura Orgânica – Produção, Pós-Colheita e Mercado.** 11ª Semana Internacional da Fruticultura, Floricultura e Agroindústria 13 a 16 de setembro de 2004 – Fortaleza – Ceará – Brasil.

VELOSO, F. Os impactos econômicos e sociais da modernização da agricultura em pequenas propriedades rurais no município de rio Claro-sp. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 14., 2006, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2006, 15 p.

VITAL, M. H. F. Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 14, N. 28, P. 235-276, dez. 2007. Disponível on-line <www.bndes.gov.br/SiteBNDES> acesso em 22 de novembro de 2009.

VON DER WEID, J. M. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WALDMAN, M. **Ecologia e movimentos sociais: breve fundamentação.** Disponível on-line <www.mw.pro.br> acesso em 25 de julho de 2006.

WOLF, E. **As sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Anexo 1 - ENTREVISTA AOS AGRICULTORES

1. Nome:
2. Número de pessoas da família:
3. Qual é a comunidade:
4. Nº. lote:
5. Área da propriedade:
6. Quantos anos vivem na propriedade?
7. Quais culturas agrícolas cultivam durante o ano?
8. Conhece as práticas agrônômicas de preservação ambiental?
9. Recebe assistência técnica?
10. Possuem maquinários agrícolas, quais?
11. Participam de alguma associação ou cooperativa, quais?
12. Parte de sua produção é destinada ao auto-consumo (quantificação proporcional)?
13. Há pessoas da família que trabalham fora da propriedade?
14. Quantos dias por ano:
15. Conhece as leis ambientais?
16. O que poderia ser mudado nas leis ambientais em relação à APP e RL? E qual sua proposta de mudança?
17. Qual é a maior dificuldade na implantação da APP e RL?
18. Qual é o maior problema ambiental na sua propriedade rural?